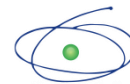




PROFLETRAS



**Universidade Federal de Sergipe  
Campus Prof. Alberto Carvalho  
Programa de Pós-Graduação em Letras Profissional em Rede (PROFLETRAS) -  
Unidade Itabaiana**

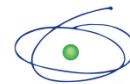
**PEDRO AMARAL SOUSA**

**LEITURA DE CHARGES EM UMA PERSPECTIVA SOCIOCognITIVA  
DISCURSIVA DE REFERENCIAÇÃO:  
O CASO DAS ANÁFORAS INDIRETAS**

**Itabaiana (SE)  
2018**



PROFLETRAS



**Universidade Federal de Sergipe  
Campus Prof. Alberto Carvalho  
Programa de Pós-Graduação em Letras Profissional em Rede (PROFLETRAS) -  
Unidade Itabaiana**

**PEDRO AMARAL SOUSA**

**LEITURA DE CHARGES EM UMA PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVO-  
DISCURSIVA DE REFERENCIAÇÃO:  
O CASO DAS ANÁFORAS INDIRETAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo da Silva

**Itabaiana (SE)  
2018**



PROFLETRAS



**Universidade Federal de Sergipe  
Campus Prof. Alberto Carvalho  
Programa de Pós-Graduação em Letras Profissional em Rede (PROFLETRAS) -  
Unidade Itabaiana**

**PEDRO AMARAL SOUSA**

**LEITURA DE CHARGES EM UMA PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVO-  
DISCURSIVA DE REFERENCIAÇÃO:  
O CASO DAS ANÁFORAS INDIRETAS**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Mestrado Profissional em Letras da  
Universidade Federal de Sergipe e  
aprovada pela Banca Examinadora.

**APROVADO EM:** 11.05.2018

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza  
Examinadora externa ao programa

---

Prof. Dr. Valdinar Custódio Filho  
Examinador externo à instituição

---

Prof. Dr. José Ricardo da Silva  
Orientador

Dedico este trabalho à minha família,  
especialmente aos meus filhos Ruth, Arthur, pai,  
mãe!

## **AGRADECIMENTOS**

À minha capacidade de acreditar nos sonhos, mesmo diante dos maiores obstáculos pelos quais passei.

Aos meus filhos, Ruth e Arthur, pelo sorriso, pelo abraço, pelo calor que fazem o meu coração bater mais forte e vivo ou, simplesmente, por serem meus filhos.

Aos meus pais, especialmente à minha mãe pela iniciativa de procurar a escola menos longe para eu estudar.

Aos meus amigos irmãos Marcos Emanuel, Esileide, Angélica Amorim e Maraiza pela amizade e companheirismo presentes durante minha vida acadêmica.

À minha turma do Proletras/Itabaiana pelo companheirismo e amizade.

Aos amigos e colegas de turma Evandro, Ivânia e Piedade pelos estudos e pelo companheirismo pela diversão proporcionados.

À Capes pelas bolsas de incentivo à pesquisa.

À UFS, pelo acesso ao conhecimento proporcionado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Ricardo da Silva, pela experiência, pela sabedoria e pelos conhecimentos sobre a Linguística Textual.

À força divina que me sustenta física e espiritualmente e me permite viver tudo isso.

## RESUMO

A presente dissertação é o registro de um trabalho desenvolvido nas aulas de Língua Portuguesa, em uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental de Paripiranga/BA. A pesquisa tem como pretensão a análise de processos referenciais - o caso das anáforas indiretas - presentes nas charges como gênero discursivo verbo-imagético, em uma perspectiva sociocognitiva discursiva. Considera a possibilidade de atribuição de sentido ao texto, a partir das “pistas” deixadas pelo chargista e negociadas com o leitor. O *corpus* é composto de quatro textos chárgicos, nos quais se buscam caminhos para a recuperação das *intertextualidades nessas charges*. Nesse viés, a seleção dos textos foi feita em sites da internet, tendo como base a referência e as anáforas indiretas discutidas por Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), Bernardino Silva (2014) e Custódio Filho (2009). Assim, os estudantes do 9º ano participaram das atividades de leitura, ampliando a competência leitora deles por meio de uma proposta pedagógica construída a partir do método da pesquisa-ação.

Palavras-chave: Linguística Textua. Referência. Processos referenciais. Anáforas indiretas. Charge.

## **ABSTRACT**

This dissertation is the record of a work developed in Portuguese language classes, in a 9th grade class of Paripiranga/ BA. The research aims to analyze referential processes - the case of indirect anaphora - present in cartoons as a verb-imagetic discursive genre, in a discursive-sociocognitive perspective. It considers the possibility of attributing meaning to the text, based on the “clues” left by the cartoonist and negotiated with the reader. The corpus is composed of four chargin texts, in which ways are sought for the recovery of intertextualities in these cartoons. In this bias, the selection of texts was made on Internet sites, based on the referencing and indirect anaphora discussed by Cavalcante, Custódio Filho and Brito (2014), Bernardino Silva (2014) and Custódio Filho (2009). Like this, 9th grade students participated in reading activities, expanding their reading competence through a pedagogical proposal built on the action research-method.

**Keywords:** Textual Linguistics. Referencing. Referential processes. Indirect anaphora. Cartoon.

## LISTA DE TEXTOS JORNALÍSTICOS

Texto 01	Gilmar Mendes e a Justiça humilhada.....	25
Texto 02	Judiciário, a nova arena do retrocesso trabalhista.....	45
Texto 03	Judiciário, a nova arena do retrocesso trabalhista.....	80
Texto 04	A delação de Delcídio.....	90
Texto 05	Por unanimidade, STF transforma Cunha em réu pela segunda vez...	96
Texto 06	Reforma política volta à discussão no Congresso; veja as propostas.....	101



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Charge de Sinfrônio.....	24
Figura 02	Charge de Ricardo Araújo.....	37
Figura 03	Charge de Alecrim.....	43
Figura 04	Charge de Amarildo.....	48
Figura 05	Cartaz de filme.....	48
Figura 06	Charge “TEMPOS MODERNOS”, de Pataxó.....	67
Figura 07	Tela captura do filme Tempos Modernos.....	67
Figura 08	Charge de Pataxó.....	79
Figura 09	Charge de Renato Aroeira.....	88
Figura 10	Pintura de Rembrandt.....	89
Figura 11	Charge de Renato Aroeira .....	95
Figura 12	Charge de Ivan Cabral.....	100

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. A PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVO-DISCURSIVA DE REFERENCIAÇÃO....</b>	<b>17</b>
2.1 REFERENCIAÇÃO, TEXTO E COERÊNCIA .....	17
<b>2.2 REFERENCIAÇÃO E OS PROCESSOS REFERENCIAIS .....</b>	<b>30</b>
2.2.1 Introdução referencial .....	30
2.2.2 Anáforas .....	31
2.2.2.1 Anáforas diretas ou correferenciais .....	32
2.2.2.2 Anáforas indiretas ou não correferenciais .....	33
2.2.2.3 Anáforas encapsuladoras .....	36
<b>3. CHARGE GÊNERO DISCURSIVO, AS TIPOLOGIAS TEXTUAIS E AS INTERTEXTUALIDADES.....</b>	<b>38</b>
3.1 CHARGE COMO GÊNERO DISCURSIVO E AS TIPOLOGIAS TEXTUAIS.....	38
3.2. GÊNERO DISCURSIVO CHARGE E A(S) INTERTEXTUALIDADE(S) .....	41
<b>3.2.1 a(s) intertextualidade(s) na leitura e compreensão de charges .....</b>	<b>43</b>
3.3 A CHARGE E OUTROS GÊNEROS EM QUADRINHOS.....	49
<b>3.3.1 A charge e os cartuns .....</b>	<b>50</b>
<b>3.3.2 A charge e as tiras de humor .....</b>	<b>51</b>
<b>3.3.3 A charge e as histórias em quadrinho.....</b>	<b>53</b>
3.4 GÊNERO CHARGE: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS.....	55
3.5 O ENSINO LEITURA DE CHARGE NA ESCOLA .....	56
<b>4. METODOLOGIA .....</b>	<b>58</b>
4.1 A PESQUISA-AÇÃO .....	58
4.2 OS PROCEDIMENTOS.....	59
4.3 O <i>CORPUS</i> .....	65
4.4 AS ANÁLISES DAS ATIVIDADES .....	66
4.5 AS ANÁLISES DO <i>CORPUS</i> .....	78
<b>4.5.1 Análise do texto da proposta pedagógica I .....</b>	<b>79</b>
<b>4.5.2 Análise do texto da proposta pedagógica II .....</b>	<b>88</b>

4.5.3 Análise do texto da proposta pedagógica III .....	95
4.5.4 Análise do texto da proposta pedagógica III .....	100
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	110
ANEXOS .....	114

## 1 INTRODUÇÃO

As propostas de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa sugerem a valorização das práticas de leitura de textos com base nos gêneros discursivos que circulam nas diversas esferas da sociedade (Bakhtin, 2003). Essas propostas devem ter como uma das estratégias didáticas o trabalho com a diversidade desses gêneros discursivos. Pode-se falar, dessa maneira, em um ambiente rico em experiência de leitura e que servirá de base para a formação de leitores competentes. É a partir dessa valorização do gênero discursivo como instrumento de trabalho nas atividades linguísticas na sala de aula que não só os PCNs (1998), mas ainda autores como Marcuschi (2008) defendem a prática de leitura do maior número possível desses gêneros.

Fundamentada nesse pensamento, a leitura e interpretação de charge como texto verbo/imagético possibilita a reflexão sobre o uso da linguagem como atividade ou lugar de interação (Koch, 2008), bem como o desenvolvimento de atividades pedagógicas com esse gênero discursivo que circula em contextos e instâncias reais da sociedade.

Assim, essa pesquisa enfoca os processos referenciais tipificados como anáforas indiretas presentes nas charges. Sabe-se que estudos como os de Marcuschi (2005) discutem a possibilidade de classificação da ocorrência dessas anáforas indiretas nos textos verbais; por outro lado, os estudos na área de referenciação valorizam semioses como a imagem, indo além das expressões referenciais presentes no texto verbal. Custódio Filho (2009), por exemplo, defende que no processo de referir devem ser consideradas outras semioses, além da verbal, na instalação e modificação dos referentes. Bernardino Silva (2014) aponta a possibilidade da presença tanto de introduções referenciais quanto de anáforas diretas e indiretas nos textos que condensam a escrita e a imagem em sua composição. Com propósito semelhante, Nascimento (2014) analisa a construção de referentes em textos verbo-audiovisual baseada nas categorias de metafunção composicional da Gramática do *Design* Visual. Pesquisas como essas vêm ao encontro da atribuição do sentido textual a partir dos vários elementos semióticos que o compõe.

Nesse contexto, é importante perceber como a coerência textual se realiza no gênero charge, composto simultaneamente por partes verbais e por partes imagéticas. Essa coerência textual tem sido amplamente discutida relacionada ao sentido do texto. As pesquisas de Koch & Travaglia (2009) chegaram à conclusão de que ela é estabelecida na/pela interação entre pelo menos dois usuários da língua. Logo,

Ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo ser vista, pois, como um princípio de interpretabilidade do texto. Assim, ela pode ser vista também como ligada a inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor do texto (que o interpreta para compreendê-lo) tem para calcular o seu sentido. (KOCH; TRAVAGLIA, 2009, p. 13-14)

Vê-se que a noção de coerência se estabelece nas negociações entre os parceiros da interação. E isso se relaciona diretamente com os processos de referenciação quando se exige dos leitores a capacidade de fazer inferências textuais a partir de elementos que nem sempre estão postos claramente na superfície dos textos para serem lidos e interpretados, mas que dependem do conhecimento compartilhado entre ambos.

Ao se posicionar sobre tais anáforas indiretas, Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) salientam que é importante o professor fazer a demonstração de como os referentes e os sentidos se articulam textualmente. Logo, percebe-se que dizer ou tornar algo implícito no texto não é escolha do acaso, ou seja, as escolhas de explicitação ou implicação são motivadas por um propósito argumentativo. Nas charges, por exemplo, Ferreira (2010) justifica que a limitação de espaço, a economia no uso da linguagem, e a simplificação dos elementos verbais e visuais são constitutivas desse gênero. Certamente isso implica muitas informações que devem ser inferidas pelo leitor.

Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) ainda ressaltam que as anáforas indiretas são os processos referenciais mais recorrentes. Por isso, encadear os laços que tecem as relações indiretas entre entidades explícitas e implícitas certamente dará ao aluno noções do que é articular um texto na coesão e na coerência textual que tanto se fala nas aulas de leitura e interpretação do sentido textual. Além disso, Marcuschi (2005) acredita que elas também são mais comuns do que as anáforas diretas; já nos estudos de Schwarz (2000), a abordagem das

anáforas indiretas é relevante porque perfazem cerca de 60% das anáforas de forma geral.

Outra questão importante ao se contextualizar a charge na perspectiva da referenciação é o diálogo que existe dela com outros enunciados. Dentro dessa perspectiva, Ferreira (2010), por exemplo, afirma que na charge se observa a existência de relações intertextuais, necessariamente a intertextualidade instauradora de temporalidade. Ao trazer essa possibilidade, a autora acredita que o grau de vinculação existente entre a charge e textos do noticiário jornalístico é muito forte, pois fazer uma leitura produtiva de textos pertencentes ao gênero charge depende do estabelecimento dessas relações intertextuais.

Destarte, o entendimento do humor e da crítica feita pelo chargista a determinados temas da realidade atual depende da recuperação de informações veiculadas no meio jornalístico. Isso nem sempre acontece com base em elementos postos na superfície textual, mas a partir de dados implícitos, necessitando que o leitor do texto chárgico faça inferências no processo de leitura e interpretação textual. Entretanto, é necessário frisar que nesses processos referenciais há possibilidades de intertextualidade não só com textos jornalísticos contemporâneos à publicação da charge, mas também existem possibilidades intertextuais que dependem do conhecimento de mundo ou enciclopédico do leitor para inferir os sentidos textuais.

Cavalcante, Faria e Carvalho (2017) podem contribuir porque direcionam o debate para as intertextualidades amplas e restritas, aquelas que ocorrem através do diálogo entre textos específicos ou com um grupo de textos com temática comum, respectivamente. Outro ponto importante na teoria das autoras é considerar a existência de várias semioses nas relações intertextuais e nas funções que as relações intertextuais exercem no texto.

Logo, as propostas de ensino de Língua Portuguesa podem promover atividades pedagógicas sobre os processos de referenciação relacionados à progressão textual, a orientação argumentativa e produção de sentido nos textos não somente do ponto de vista das expressões ou cadeias referenciais encontradas na superfície textual, mas também quanto às estratégias referenciais passíveis de inferências ativadas cognitivamente e discursivamente por parte do leitor.

Dessa maneira, espera-se que os alunos reflitam e reorientem seus conhecimentos de língua materna com foco na formação de leitores competentes do gênero discursivo charge, apropriando-se cada vez mais das estratégias de inferência necessárias à construção do sentido textual.

O texto elaborado para o SAEB e a Prova Brasil que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (2009), por exemplo, trazem o tópico “Procedimento de Leitura” e o descritor “Inferir uma informação implícita em um texto” como uma competência básica de leitura. As informações implícitas requerem do leitor maiores habilidades para serem inferidas na medida em que é preciso extrapolar o texto e reconhecer aquilo que não está registrado, mas que pode ser subentendido ou pressuposto.

Além do mais, o texto sugere que essa habilidade pode ser melhorada com leituras de gêneros diversificados e com destaque para os que são compostos de escrita e imagem, como as tirinhas. Certamente isso pode ser estendido ao trabalho com as charges e os processos de referenciação indiretos neles presentes, pois a leitura e interpretação desses textos verbo/imagéticos exigem que o alunado recupere ideias implícitas.

Dessa maneira, partiu-se do pressuposto que o público do 9º ano tem dificuldades para fazer inferências das informações implícitas nas charges, possivelmente pela não familiaridade com textos multissemióticos. Isso exige, por outro lado, um trabalho sistemático nas aulas de Língua Portuguesa com vistas à superação dessas dificuldades.

Para tanto, é necessário o alcance dos seguintes objetivos:

#### Objetivo geral

Analisar, em uma perspectiva sociocognitiva-discursiva, as anáforas indiretas como processos referenciais presentes no gênero discursivo charge e as possibilidades de atribuição de sentido ao texto por parte do alunado a partir das “pistas” deixadas pelo chargista nos elementos verbais e imagéticos.

#### Objetivos específicos

1. Identificar informações implícitas a partir dos elementos verbais e das imagens presentes na charge;
2. Pesquisar sobre as âncoras ou “pistas” nas quais as anáforas indiretas se sustentam nos textos chárgicos;

3. Compreender a relação entre as anáforas indiretas e a construção da coerência textual;
4. Aplicar os conhecimentos sobre os processos referenciais na apreensão do sentido do texto chárstico.

Com vistas ao alcance dos objetivos propostos nessa pesquisa, foi selecionado um *corpus*, que além de trazer temáticas políticas, também foca no estudo de processos referenciais das anáforas indiretas e na relação delas para a apreensão do sentido do texto (Koch, 2010) em Língua Portuguesa.

Diante disso, o trabalho de pesquisa está estruturado em quatro capítulos, considerações finais e um manual pedagógico, como se verá a seguir.

A introdução traz os principais conceitos dessa pesquisa e direciona para o problema e para os objetivos a serem alcançados ao longo da investigação.

O capítulo dois fornece um referencial teórico sobre a passagem de uma concepção realista para uma abordagem sociocognitivo-discursiva da referenciação e de seus processos, base para o estudo das anáforas indiretas. Discute a concepção de referenciação sustentada em uma noção de texto e de coerência dinâmicos e flexíveis, assim como são os objetos de discurso. Para isso, buscou-se aporte em autores como Mondada e Dubois (2003), bem como os pesquisadores brasileiros Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), Cavalcante (2014) e Marcuschi (2005), compreendendo os processos referenciais e seus princípios.

No capítulo três se discute o gênero discursivo charge e características particulares do gênero, como a intertextualidade e as implicações teórico-práticas na escola. Os autores de base serão Ferreira (2010), Cavalcanti (2008), Silva (2007), Cavalcante, Brito e Zavam (2017) e Cavalcante, Faria e Carvalho (2017).

No capítulo quatro foram detalhados os procedimentos metodológicos pertinentes a essa pesquisa. Inclui-se aí a apresentação do *corpus*, formado por quatro textos chársticos e quatro textos jornalísticos, com temáticas políticas e temas sobre o Supremo Tribunal Federal (STF). Tais charges foram escolhidas através de buscas no Google e a partir da identificação das anáforas indiretas.

As considerações finais sobre a pesquisa aparecem em seguida e, por último, segue um manual pedagógico com três propostas de atividades sobre charges.



## 2. A PERSPECTIVA SOCIOCognitivo-Discursiva de Referenciação

O estudo dos objetos do discurso ou referentes, numa perspectiva sociocognitivo-discursiva de referenciação, pode ser feito tanto nos textos verbais quanto nos textos verbo-imagéticos. Bernardino Silva (2014), a título de exemplo, passou a analisá-los nas tiras de humor e nos textos publicitários. Trabalhos com esse teor levam em consideração o ato de referir que prescinde de expressões referenciais, valorizando igualmente os elementos imagéticos do texto. Ao encontro desse pensamento Custódio Filho (2009), defende que na abordagem da não menção referencial não se dispensa a materialidade linguística, porém, propõe-se um alargamento da referenciação nos moldes sociocognitivo-discursivo.

Nessa perspectiva, essa discussão pode contribuir para o avanço da Linguística Textual na medida em que traz novas propostas de análises textuais e discursivas. Com base nisso, este capítulo apresenta um panorama teórico sobre referenciação e os principais processos referenciais numa abordagem sociocognitivo-discursiva, bem como aborda as noções de texto e coerência textual sob o ponto de vista da interação.

### 2.1 REFERENCIAÇÃO, TEXTO E COERÊNCIA

O percurso teórico pelo qual tem passado os estudos sobre as formas da língua se referir ao mundo permite o reconhecimento da passagem de uma concepção realista para uma abordagem sociocognitivo-discursiva da referenciação, bem como a percepção do fenômeno relacionado não somente às expressões referenciais manifestadas explicitamente no texto. É preciso considerar o pensamento de Bernardino Silva (2014) quando afirma que assim como ocorre nos textos verbais, a referenciação funciona como mecanismo de compreensão de textos verbo/imagéticos. Portanto, as categorias referenciais podem ser estendidas a esses textos com outras semioses sem alteração dos princípios epistemológicos que a orientam.

Ainda mais, essa concepção de referenciação está apoiada em outra noção de *texto* e de *coerência* textual, os quais são dinâmicos e flexíveis como os objetos de discurso. A noção tradicional de texto preso apenas ao verbal cede espaço para

um texto que abarca aspectos multimodais (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO 2014) e como um todo integrado, mas que as partes se ligam a fatores externos à materialidade linguística para configuração do sentido (CUSTÓDIO FILHO, 2009).

Na perspectiva de mudança da referência para a referenciação, é pertinente salientar a observação de Mondada e Dubois (2003) de que a questão de saber como a língua refere o mundo vem sendo colocada em diversos quadros conceituais. E acrescentam que, se as respostas são diferentes, o maior número delas pressupõe ou visa uma relação de correspondência dada e preexistente entre as palavras e as coisas. Conforme escrito das pesquisadoras, o andamento científico e o discurso por ele produzido, principalmente nas ciências experimentais e naturais, traz a hipótese de um poder referencial da linguagem. As ciências cognitivas, por exemplo, propõem que [...] “um mundo autônomo já discretizado em objetos ou “entidades” existe independentemente de qualquer sujeito que se refira a ele, e que as representações linguísticas são instruções que devem se ajustar adequadamente a este mundo”. (MONDADA E DUBOIS, 2003, p. 19).

Dessa forma, a abordagem realista defende uma relação biunívoca entre linguagem e realidade, bem como a existência de um mundo independente da ação dos sujeitos, esses considerados abstratos. Ainda mais, a função da língua é se ajustar a esse mundo já discretizado em objetos ou entidades.

Por outro lado, a abordagem sociocognitivo-discursiva da referenciação defende que a linguagem não reflete diretamente a realidade, opondo-se à estabilidade, dada *a priori*, da língua e das entidades do mundo. Por isso, explicar a relação entre as palavras e as coisas não se encerra no vínculo direto entre linguagem e o mundo. Por outro lado, abordagem sociocognitivo-discursiva da referenciação reconhece a instabilidade como constitutiva das categorias cognitivas e linguísticas. Mondada e Dubois (2003) sublinham que, ao invés de pressupor uma estabilidade dada *a priori* das entidades do mundo e da língua, parte-se da ideia de que a instabilidade é constitutiva das categorias cognitivas e linguísticas, ou até mesmo de seus processos de estabilização.

Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) explicam que as teses de Lorenza Mondada e a tese de Denis Apothéloz, respectivamente publicadas em 1994 e 1995, marcam a passagem da noção de referência para a de referenciação. O que tem de

mais importante nessa mudança é a compreensão de referente ou *objeto de discurso* em sua dinamicidade.

Tais referentes não traduzem a correspondência entre a as coisas do mundo real que eles representam e nem correspondem somente às expressões referenciais manifestas no cotexto. No que se refere a essa perspectiva de uso do termo referência para a denominação referenciação, cabe analisar o percurso traçado pelos pesquisadores, visto a importância da mudança conceitual dessa abordagem para as práticas de ensino de Língua Portuguesa nas escolas brasileiras, notadamente quando se trata das implicações entre texto dentro de uma visão de interação humana, da coerência como uma das condições fundamentais para sua interpretabilidade e dos processos referenciais diretamente a eles relacionados.

Essa orientação teórica do fenômeno da referenciação tem raízes na Linguística de Texto ou Linguística Textual (LT). Assim, afirma-se que

Em resumo, passando da referência à referenciação, vamos questionar os processos de discretização e de estabilização. Esta abordagem implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito “encarnado”, mas ainda um sujeito sócio-cognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso de cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias, notadamente as categorias manifestadas no discurso. Isso significa que, no lugar de fundamentar implicitamente uma semântica linguística sobre as entidades cognitivas abstratas, ou sobre os objetos *a priori* do mundo, nós nos propomos a reintroduzir explicitamente uma pluralidade de atores que discretizam a língua e o mundo e dão sentido a eles, constituindo individualmente e socialmente as entidades. (MONDADA E DUBOIS, 2003, p. 20)

Logo, percebe-se que o problema dessas pesquisas não é mais como a informação é transmitida ou de que forma os estados do mundo são representados adequadamente. A centralidade dessas pesquisas é buscar o entendimento de como as atividades cognitivas e linguísticas, atividades humanas, estruturam e dão sentido ao mundo. “Em outros termos, falaremos de *referenciação*, tratando-a, assim como a categorização, como uma atividade de práticas simbólicas, mais que de uma ontologia dada” (MONDADA E DUBOIS, 2003, p. 20).

A abordagem da referenciação, partindo dessas pesquisadoras, permite considerar a instabilidade das relações entre as palavras e as coisas. Nesse caminho, é proposto que as categorias utilizadas na descrição do mundo sofrem mudanças tanto sincrônica quanto diacronicamente. Não tem importância se em

discursos comuns ou em discursos científicos, “elas são múltiplas e inconstantes; são controversas antes de serem fixadas normativa e historicamente” (MONDADA E DUBOIS, 2003, p. 22).

Tais variações sincrônicas e diacrônicas dos usos das categorias comuns ou “categorias evolutivas” são recursos asseguradores de uma plasticidade linguística e cognitiva, ou ainda de uma garantia de adequação contextual. Dessa maneira,

Para resumir, quer se trate de objetos sociais ou de objetos “naturais”, observa-se que o que é habitualmente considerado como um ponto estável de referência para as categorias pode ser “deategorizado”, tornando instável evoluir sob o efeito de uma mudança de contexto ou de ponto de vista. (MONDADA E DUBOIS, 2003, p. 26-27)

Aqui se postula a importância do contexto e do ponto de vista para as variações categoriais, pelos caminhos da sincronia e da diacronia. Entretanto, faz-se necessário discorrer sobre essas instabilidades, especificamente nas práticas de linguagem e de cognição. Assim, dentro de práticas linguísticas e cognitivas,

A instabilidade das categorias está ligada a suas ocorrências, uma vez que elas estão situadas em práticas: práticas dependentes tanto de processos de enunciação como de atividades cognitivas não necessariamente verbalizadas; práticas do sujeito ou de interações em que os locutores negociam uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo. (MONDADA E DUBOIS, 2003, p. 29)

As práticas que envolvem as categorias se relacionam de forma direta às instabilidades delas. Essas práticas, como discutidas, dependem tanto de atividades linguísticas e cognitivas como dos processos de enunciação ou ainda de práticas do sujeito ou das interações dos locutores, nas quais eles negociam uma versão provisória, contextual, coordenada do mundo. Essa negociação sobre a versão do mundo importa para o reconhecimento de que a instabilidade dele é um aspecto importante na referenciação.

Discutir as perspectivas dos processos de referenciação, por isso, não será possível sem apontar as sequências de mudanças das categorias a partir do contexto e dos processos colaborativos construtores dos referentes ou objetos de discurso. Conforme Mondada e Dubois (2003) mostram, as transformações sequenciais das categorias no contexto acontecem porque os objetos são negados,

reformulados e até corrigidos pela proposição de uma descrição desse objeto, em conformidade com a situação de interação.

Além do mais, as autoras destacam os processos colaborativos de construção discursiva dos objetos no processo de referenciação. Dessa maneira, a dimensão constitutivamente intersubjetiva das atividades cognitivas se liga a essas instabilidades. Nesse aspecto, a referenciação é concebida como uma construção colaborativa de objetos de discurso. Mais especificamente, objetos têm sua existência estabelecida discursivamente, a partir das práticas simbólicas e intersubjetivas.

É mister destacar também a relação entre referência e referenciação abordada por Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014). Eles colocam a insuficiência da questão da referência porque se limita ao tratamento da informação em um texto. Com os avanços dos estudos na área, a tendência é compreensão da dinamicidade do texto e da coerência. Essa perspectiva, certamente traz impactos na maneira como se compreende a referência, pois os processos sociocognitivos, além de serem altamente complexos e multifacetados, apresentam-se com funções e realizações múltiplas. Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) explicam que “Daí se passou a falar em referenciação – proposta teórica que salienta o caráter altamente dinâmico do processo de construção dos referentes em um texto”. (2014, p. 27).

Nas palavras de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), Mondada e Dubois acreditam, com as estruturas cognitivas memoriais dos seres humanos, em certas estabilidades categoriais que se lexicalizam e se convencionam. Porém, a mesma inteligência humana que dá permissão a essas estabilidades categoriais também permite desorganizar e reorganizar a construção conjunta, isto é, a coconstrução dos referentes ou objetos de discurso pelos interlocutores. Além disso, as concepções de uma cognição ligada com o meio social e com as práticas discursivas é que dão sustentação ao que se defende como sociocognitivismo.

Nesse sentido, a autora explica que o objetivo da Linguística Textual é

Ao contrário dos estudos semântico-cognitivos, a sociocognição pressuposta na Linguística Textual só se ocupa de enunciados em uso, mas não para abstrair deles estruturas e regras abstratas que seriam válidas para dados comportamentos linguísticos. Importa-nos interpretar os sentidos e as referências (re)categorizadas *ad hoc* em situações específicas de elaboração e reconstrução do texto. Os conhecimentos compartilhados não se supõem apenas “convocados”, mas também ajustados a cada particularidade

contextual em que se “desajustam” e se reinventam a todo instante, de maneira que nunca há total controle sobre regras e modelos subjacentes. (CAVALCANTE, 2015, p. 373-374)

Diante disso, percebe-se que a concepção de referenciação se afina com o dinamismo da proposta sociocognitiva discursiva. Segundo Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), a referenciação é uma proposta teórica que salienta o alto dinamismo do processo de construção dos referentes. Por esse caminho, a proposta se ancora nos princípios fundamentais de instabilidade do real, negociação dos interlocutores e natureza sociocognitiva da referência.

O princípio de instabilidade do real, nas palavras de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), propõe que a referenciação é uma (re)elaboração da realidade, apoiada na constatação de que a linguagem tem a função primordial de promoção de acesso a uma dada realidade. Para compreensão da natureza dos processos referenciais, é essencial a ideia de que os objetos do mundo sempre são construídos com base nas especificidades de cada situação de interação, como as características e intenções dos interlocutores. “Dessa forma, toda construção referencial é um trabalho em constante evolução e transformação”. (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO, 2014, p. 29). Ainda mais, tais re/elaborações dos objetos da realidade e dos processos de referenciação correspondentes se dão em interações dos mais variados tipos, como nas formas multimodais, hipertextuais, escritas e orais. Essas transformações que acontecem são denominadas recategorização, a qual nem sempre está marcada nas expressões referenciais, mas se tornam notáveis pelos indícios contextuais.

Outro princípio apontado por Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) é o de que a referenciação resulta da negociação entre os interlocutores. Nessa perspectiva, ler e compreender textos implica a consideração do papel ativo dos sujeitos da interação. Eles negociam os sentidos a serem construídos, modificam e imprimem dinamismo no desenrolar das suas ações.

Quando produzem e compreendem textos, os sujeitos participam ativamente da interação, de modo que estão sempre negociando os sentidos construídos. O processo é amplamente dinâmico, porque permite modificações com o desenrolar das ações. A construção referencial nada mais é que o resultado dessa negociação. (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO 2014, p. 35)

Mesmo nas interações que acontecem por meio de textos escritos, a negociação se dá de forma antecipada ou de projeção em relação aos destinatários potenciais porque eles não respondem diretamente à fala do coenunciador. Por ser a construção dos referentes nesses moldes é que:

O trabalho de construção dos referentes é uma atividade partilhada, intersubjetiva. Não se trata de construir versões da realidade ao bel-prazer do locutor, mas, sim, de submeter a versão à aceitação de outros participantes. E não poderia ser diferente, já que a ação de referir é inerentemente social. (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO 2014, p. 38)

Os objetos de discurso estão, portanto, sujeitos à aceitação dos participantes da interação e não se tratam de uma construção apenas do produtor do texto. Requerem, ainda, ações diversas do leitor ou do ouvinte envolvido em uma relação intersubjetiva.

Por fim, tem-se que a referenciação é um processo sociocognitivo e esse debate leva à consideração de que o texto e a coerência também são afetados diretamente por essa perspectiva. Nessa abordagem sociocognitiva da referência deve ser ressaltado o seguinte:

Essa proposta procura estabelecer uma relação essencial entre o processo de conhecer (da alçada da cognição) e as experiências culturais (da alçada do social), embora não se separem, a rigor, esses dois níveis: o cognitivo e o social. Talvez o fenômeno textual-discursivo que explicita mais claramente essa tendência seja a referenciação. (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO, 2014, p. 39 - 40)

Nota-se que a sociocognição dispensa essencialidade tanto às atividades cognitivas, quanto às experiências culturais dos sujeitos. Aquelas são relativas aos saberes que já foram construídos na mente dos sujeitos e estas se relacionam ao repertório sociocultural experimentado e adquiridos socialmente. São dois aspectos altamente importantes para as propostas de atividades de leitura e interpretação de textos direcionados ao público estudantil brasileiro do Ensino Fundamental II, nos liames da referenciação.

A referenciação sob a perspectiva sociocognitivo-discursiva, aplicada à charge será mais analisada em capítulo posterior. Entretanto, iniciemos a reflexão a partir da leitura da charge de Sinfrônio a seguir.

Figura 1 - Charge do Sinfrônio



Fonte: Disponível em: <http://www.tribunadainternet.com.br/ao-vivo-e-a-cores-o-duelo-entre-gilmar-mendes-e-marco-aurelio-e-imperdivel/>. Acesso em 20/06/2016.

Atente-se, inicialmente, para os fatos e informações direcionados aos ministros Gilmar Mendes, personagem central da crítica estabelecida textualmente. Vê-se que é possível a recuperação do comportamento dele sendo reprovado como ministro, quando se espera que ele aja de forma imparcial. O texto seguinte pode ajudar na recuperação da postura aparentemente política do ministro Gilmar Mendes e colocada pelo noticiário como uma possibilidade de posição partidária ideológica. Além dessa questão, retoma ainda a figura da deusa Têmis, considerada deusa grega da Justiça e a certeza de solução imparcial de conflitos. A partir disso, a charge apresenta a justiça de forma recategorizada para o leitor. Leiamos o texto.



## Texto 01 – Gilmar Mendes e a Justiça humilhada

### **Gilmar Mendes e a Justiça humilhada**

Wálter Maierovitch

*Ao trocar o Direito pela política, ministro do STF dá um péssimo exemplo aos seus pares*

Carlos Humberto/ SCO/STF



O ministro Gilmar Mendes passou a emitir juízo negativo de valor

Na iconografia jurídica, Têmis, deusa grega da Justiça, representa a certeza de solução imparcial de conflitos. Sempre aparece aparelhada com veste comprida até o talo (talar), venda nos olhos para não distinguir pessoas, balança de dois pratos para pesar as pretensões e espada a conferir força coercitiva às suas decisões. Nesta quadra chamada de judicialização da política, a imparcialidade do nosso Supremo Tribunal Federal (STF) é fundamental.

Dois recentes episódios a deslustrar togas chamaram a atenção e chocaram o cidadão comum por se ter trocado a postura imparcial do juiz por condução impregnada de partidarismo político-ideológico, quando a Constituição veda ao magistrado esse tipo de atividade.

Em sessão plenária da Corte, por ocasião de julgamento do recurso limitado de embargos de declaração, com alegações de omissão, contradição e obscuridade do acórdão (sentença) sobre rito do *impeachment*, o ministro Gilmar Mendes deixou de lado a questão jurídica debatida e passou a emitir juízo negativo de valor acerca do governo federal e a indicação do ex-presidente Lula para o ministério.

Trocou o Direito pela política, esquecendo-se de tirar a toga e procurar outro lugar, de modo a não constranger os seus pares. O ministro Mendes, ao trocar de panos, passou

a todos os magistrados brasileiros, e mais uma vez, mau exemplo e desprestigiou o Poder Judiciário.

A difusão desse mau exemplo do ministro Mendes pode ser sentido na liminar concedida em ação popular ajuizada na Justiça Federal de Primeira Instância. A meta da ação popular, um remédio constitucional à disposição do cidadão, era a revogação da nomeação do ex-presidente Lula como ministro-chefe da Casa Civil. A liminar a suspender o ato foi da lavra do juiz Itagiba Catta Preta Neto, ativo nas redes sociais em grosserias e intolerâncias contra o governo Dilma: como esperado até por um rábula, essa decisão dada por juiz inabilitado por flagrante parcialidade foi cassada de pronto pelo Tribunal Regional Federal.

No mesmo dia da nula decisão lançada por Catta Preta, o ministro Gilmar Mendes lançou, depois de almoçar com dois políticos (José Serra e Arminio Fraga) interessados em minar politicamente o governo Dilma e em desprestigiar o neoministro Lula, longa decisão liminar a suspender a nomeação e posse do ex-presidente, em mandado de segurança proposto pelos partidos PSDB e PPS, onde estão filiados os dois convivas do almoço.

Mais ainda, determinou, como consequência do decidido, a volta à 4ª Vara de Curitiba, onde é titular o juiz Sergio Moro, de procedimentos investigatórios, denúncia criminal, em fase de recebimento ou rejeição, e pedido de prisão preventiva formulado contra Lula por promotores paulistas.



O vício processual de parcialidade impede a efetividade da conduta jurídica (Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil)

No caso do ministro Mendes, não se trata de judicialização da política, mas de vício processual em face de notória parcialidade. O ministro já havia antecipado publicamente juízos negativos. Portanto, uma decisão maculada pelo vício da parcialidade e, assim, nula de pleno Direito. Na chamada jurisdicionalização, os juízes ou os Tribunais, quanto ao dissenso ou litígio, são chamados a decidir em substituição à vontade das partes em conflito, declarando o direito positivo e a parte vencedora.

Quando atua um juiz notoriamente suspeito de parcialidade, caso do ministro Mendes ao entender ter ocorrido no ato de nomeação “desvio de finalidade” (seria, segundo o ministro Mendes, apenas para garantir foro por prerrogativa de função ao ex-presidente Lula), temos uma perigosa distorção e não judicialização de tema de interesse político em sentido estrito. Com efeito, espera-se do ministro Cardozo, da Advocacia-Geral da União, em especial para a preservação do prestígio do STF, a propositura de exceção de suspeição do ministro Mendes.

Pelo que se sabe, já foram ajuizados habeas corpus preventivo com Lula de paciente e ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), esta com questionamento sobre ter o ministro Mendes subtraído a competência do juiz natural do caso, ministro Teori Zavascki.

Outra questão agitada da semana retrasada referiu-se à escuta telefônica, só admitida com autorização judicial motivada. Quando Dilma e Lula conversavam, não se podia fazer a escuta porque não mais existia autorização judicial. Bem antes da ligação, o juiz Moro havia cancelado a ordem. Assim e diante de prova ilícita, deveria Moro ter desentranhado a fita dos autos e mandado apagar a gravação.

Sobre o levantamento do sigilo, vale lembrar recente decisão do STF a respeito da não admissão de voto secreto em caso que cuidou do rito do *impeachment*, ou seja, a regra fundamental é sempre a da publicidade. Lógico, não se pode dar publicidade de conversas privadas e as que não guardem correlação com o fato objeto do inquérito. Em vários países europeus, os operadores de interceptações são proibidos por lei de captar e gravar conversas privadas. Eles devem desativar o equipamento e reativá-lo depois de tempo calculado para o fim do diálogo privativo.

*\*Publicado originalmente na edição 894 de Carta Capital, com o título "A Justiça humilhada"*

Fonte: Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/894/a-justica-humilhada>. Acesso em 20/03/2018.

Como a proposta da referenciação se ancora, conforme Cavalcante, Custódio Filho e Brito, (2014) nos princípios fundamentais de instabilidade do real, no

princípio da negociação dos interlocutores e no princípio da natureza sociocognitivo da referência, vejamos como se aplica essas noções na charge do Sinfrônio.

Há uma entidade que será representada na mente dos interlocutores por meio do texto chágico e se define como referente ou objeto de discurso (Cavalcante, Custódio Filho e Brito, 2014). Por meio das linguagens verbal e imagética estão sendo representados na mente do leitor os objetos de discurso justiça e Gilmar Mendes. Nesse sentido, os elementos verbais e imagéticos podem ajudar a recuperar a coerência do texto por meio dos processos de referenciação como uma das condições para o sentido do texto supramencionado.

O princípio de instabilidade do real propõe que a função primordial da linguagem é promover o acesso a uma dada realidade e não refletir fielmente essa realidade como preconizava a concepção realista para relação entre a linguagem e o mundo. Assim, há uma entidade estabelecida no texto, mas não de forma objetiva e imutável.

Ao se deparar com um texto desse tipo, além da necessidade de recuperar os fatos ocorridos no tempo de publicação desse texto, o leitor precisa estabelecer uma relação entre esses fatos e a intenção do chargista de fazer uma crítica humorística à atuação da justiça, por meio da figura pública nela presente, o Ministro Gilmar Mendes, e a deusa da justiça com a venda no nariz. Por isso, os interlocutores precisam perceber que, no Brasil, essa figura da justiça sempre aparece com a venda nos olhos porque representa a imparcialidade da justiça diante dos seus julgamentos. Certamente essas informações fazem parte do conhecimento de mundo do chargista e precisam ser recuperadas pelo leitor.

Mas esse objeto de discurso aparece recategorizado. E isso pode ser recuperado não por expressões referenciais explícitas, mas de forma indireta, exigindo processos de inferência multifacetados. De acordo com a situação concreta de interação, houve uma reconstrução ou evolução do objeto. Quando o ministro Gilmar Mendes questiona sobre o uso da venda no nariz e usa a expressão “UÉ, TÁ USANDO A VENDA É NO NARIZ AGORA?”, faz isso porque o conhecimento de mundo compartilhado permite reconhecer que a venda sempre foi usada nos olhos e não no nariz. Houve realmente uma recategorização referencial sem o uso de expressões referenciais, a qual, porém, fica perceptível pelos indícios contextuais da interação. Portanto, assim como o mundo, os objetos de discursos são mutáveis e a

referenciação é uma das possíveis formas de reconstrução do mundo e dos referentes (Dubois & Mondada, 2005).

Para que haja a recategorização nesta charge, há uma colaboração entre os elementos verbais (“venda” e “nariz”) e os elementos não verbais (principalmente a figura da justiça com a venda colocada no nariz). Além do mais, essa mudança da visão para o olfato permite inferir que as ações dos ministros como representantes da justiça “cheiram mal”. As ações envolvendo a justiça cheiram mal principalmente porque parece não haver a imparcialidade esperada nos julgamentos proferidos pelos ministros como representantes judiciais. O conflito apontado entre eles também pode ser indício de que cada um procura defender os seus interesses pessoais e não promover o bem comum ou a justiça social por meio do exercício da jurisdição.

A referenciação também é resultado de negociação entre os sujeitos que participam ativamente da interação. Com isso, a interpretação da charge passa pela identificação dessa negociação de sentido entre parceiros ao interagirem. Se não houvesse essa possibilidade de negociação dos interlocutores, não seria possível a compreensão do questionamento sobre a venda no nariz, o qual parece sugerir uma falha na justiça que deve ser compreendida como possível afronta ao outro parceiro da interação. Essas possibilidades reiteram o aspecto do trabalho de construção dos referentes como atividade partilhada e intersubjetiva (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO, 2014). Certamente, o chargista espera que o leitor negocie com ele a relação estabelecida entre imagem da deusa Têmis, com a venda no nariz e a ideia de que a justiça cheira mal diante das atitudes e decisões do ministro Gilmar Mendes, caso contrário o sentido textual atribuído pelo leitor será limitado.

Finalmente, a referência tem natureza sociocognitiva, aspecto que também se faz presente na coerência textual como condição de sentido estabelecido a partir do trabalho com o texto em seu contexto de produção. Tanto é que Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) afirmam que a função da referenciação é propor uma versão flexível da realidade e o modo dessa proposição se dá pela negociação intersubjetiva. Entretanto, isso só é possível porque os processos acionadores da linguagem são de natureza sociocognitiva. A crítica e o humor da charge só serão compreendidos através da recategorização implícita da venda no nariz, como uma possibilidade de desvio no julgamento, ou seja, possivelmente existe a parcialidade

nas decisões tomadas pelo STF. Logo, fazem parte do jogo enunciativo os aspectos cognitivos e sociais, a saber, as experiências culturais e conhecimentos prévios para completar os sentidos do texto.

Diante disso, acredita-se na referenciação como um processo sociocognitivo, no qual a recategorização acontece tanto de maneira explícita quanto de forma implícita. Isso deve ter espaço amplo nas reflexões das propostas de ensino de Língua Portuguesa. Deve-se refletir sobre os processos de referenciação relacionados à progressão textual, à orientação argumentativa e à produção de sentido nos textos não somente do ponto de vista das expressões ou cadeias referenciais encontradas na superfície textual, mas também quanto às estratégias referenciais passíveis de inferências ativadas sociocognitiva e discursivamente por parte do leitor, o qual busca fundamento em elementos verbais e imagéticos que de alguma maneira ancoram essas inferências.

## 2. 2 REFERENCIAÇÃO E OS PROCESSOS REFERENCIAIS

Apresentadas as premissas fundamentais da referenciação, agora é necessária a delimitação temática quanto aos processos referenciais propriamente ditos. Nessa perspectiva, Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) classificam os processos referenciais em introdução referencial, anáforas e dêiticos. Embora essa pesquisa não alcance todos os processos referenciais, torne-se proveitosa uma revisão dessas categorias, principalmente os processos responsáveis pela introdução e pela manutenção da referência nos textos verbais e nos textos verbo-imagéticos como as charges.

### 2.2.1 Introdução referencial

A introdução referencial é a forma de trazer um objeto de discurso, ou referente, para o texto pela primeira vez, seja através de uma expressão referencial ou através da utilização de informações visuais. Dessa forma,

Ao introduzirmos um referente no texto/discurso, devemos contar com o fato de o coenunciador se valer simultaneamente de muitos indícios (mesmo aqueles nem cogitados pelo enunciador) para representar essa entidade em sua mente. Tais indícios podem envolver, assim, outras modalidades de linguagem, que não apenas

a verbal. Desse modo, uma imagem, os sons, os gestos, os *links*, qualquer pista contextual colabora tanto para a introdução referencial quanto para as anáforas. (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO, BRITO, 2014 p.58)

Logo, além de considerar a introdução de um referente no texto/discurso e sua configuração apenas quando se trata de um objeto de discurso novo no contexto, vale pensar também sobre os diversos indícios que o coenunciador utiliza para introduzir um objeto do discurso no texto. O conhecimento de mundo ou enciclopédico, por exemplo, podem ser a base para a inferência de informações sobre um novo referente.

### 2.2.2 Anáforas

Inicialmente se faz necessária a compreensão de que as anáforas passaram por mudanças em sua acepção. A concepção original fazia menção aos termos ou expressões que surgiam no texto para substituir referentes já introduzidos. Entretanto, o termo vem passando por um alargamento conceitual. Dentro dessa possibilidade, uma primeira mudança pode ser explicada sob o ponto de vista das expressões referenciais porque

Originalmente, o termo “*anáfora*”, na retórica clássica, indicava a repetição de uma expressão ou de um sintagma no início de uma frase. Hoje, na acepção técnica, anáfora anda longe da noção original e o termo é usado para designar expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo assim para a continuidade tópica e referencial. (MARCUSCHI, 2005, p.54 - 55)

Em vista disso, anáfora é o processo de retomada que promove a continuidade tópica e referencial no texto. Essas formas de retomadas de um referente, em geral (mas nem sempre), são realizadas por meio de outras expressões referenciais. O estudo dos processos referenciais anafóricos é alargado nesse trabalho, pois além desse material linguístico, considera-se outras semioses textuais, a exemplo da imagem presente no texto chágico.

O estudo sobre a continuação da referência e da progressão textual nessa pesquisa se dá com base na classificação apontada por Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), os quais identificam as anáforas diretas ou correferenciais, anáforas indiretas ou não correferenciais e anáforas encapsuladoras. É importante considerar

que diante dos diferentes tipos de anáforas, qualquer que seja a espécie, elas têm em comum a propriedade de continuar uma referência e a progressão textual, seja de modo direto ou indireto.

#### 2.2.2.1 Anáforas diretas ou correferenciais

As retomadas correferenciais, conforme denominadas, vêm sendo colocadas como retomadas de referentes já introduzidos no texto. Existe, nessas condições, uma espécie de correferência entre o termo ou expressão anafórica e a expressão anaforizada. Assim, Marcuschi (2005) postula que geralmente as anáforas diretas fazem a retomada de referentes previamente introduzidos. Dessa forma, elas estabeleceriam, entre o elemento anafórico e seu antecedente, uma relação clara de correferência.

Parece haver uma equivalência semântica e, sobretudo uma identidade referencial entre a anáfora e seu antecedente. Na realidade, a anáfora direta seria uma espécie de substituto do elemento por ela retomado. A noção de correferencialidade é nesses casos crucial, embora não se dê sempre de modo estrito. Seguramente, aspectos gramaticais tais como concordâncias de gênero e número serão decisivos em muitos casos, especialmente quando houver mais de um candidato a antecedente referencial. Pode-se dizer que a visão clássica da anáfora direta se dá com base na noção de que a anáfora é um processo de reativação de referentes prévios. (MARCUSCHI, 2005, p.55)

Essa noção de correferencialidade ou de reativação de referentes prévios através da substituição não leva em consideração aspectos mais amplos da referenciação. No pensamento de Marcuschi (2005), essa visão clássica é linear porque não dá conta da referenciação textual e toda sua complexidade. E reitera que nem sempre o ato de referir textualmente está na congruência morfosintática entre a anáfora e seu antecedente. Nem sempre também a interpretação recebida pela anáfora acontece através da atividade de simples atribuição de referente. Além disso, é certo que,

Mesmo no caso da AD não se requer identidade de significação nem identidade estrita entre anáfora e antecedente. Ao contrário do que se postula, o caso da anáfora correferencial não é paradigmático e o pronome não é uma classe de palavras tipicamente anafórica. Inexiste uma classe de palavras funcionalmente definida como anafórica. Na sua essência, a anáfora é um fenômeno de semântica textual de natureza inferencial e não um simples processo de clonagem referencial. (MARCUSCHI, 2005, p.55)



Essa perspectiva de anáfora direta ou correferencial como fenômeno de natureza inferencial, alçado no campo da linguística textual, foge aos preceitos clássicos e reconsidera outras possibilidades de retomada de um mesmo referente e a tendência de promover a continuidade textual. Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) ponderam que esse tipo de anáfora não só se configura como a expressão referencial que retoma o mesmo referente introduzido no texto/discurso, mas também, de maneira geral, há uma tendência evolutiva dos referentes retomados durante o desenvolvimento do texto. Com isso, o referente pode permanecer o mesmo, porém acrescido de informações, sentimentos, opiniões. Esses acréscimos contribuem para a progressão das ideias do texto. Por isso mesmo que o objeto de discurso ou referente se transforma, ou seja, vai sendo recategorizado pelo locutor e pelo interlocutor. Essa recategorização nem sempre está explicitada na própria expressão anafórica, ao contrário, a relação pode vir estabelecida indiretamente com diferentes âncoras do cotexto.

#### 2.2.2.2 Anáforas indiretas ou não correferenciais e suas âncoras sociocognitivas

Assim, além da retomada de um referente de maneira direta ou correferencial, pode-se identificar os casos em que também acontecem a continuidade e a progressão textual pela via indireta. Nesse caso, o processo de referenciação resulta pela via inferencial ou de modo implícito.

Se a concepção de referenciação trouxe implicações na noção de texto e coerência, as discussões sobre anáforas não fogem disso. A abordagem desse aspecto da referenciação, no dizer de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), apesar das denominadas anáforas indiretas ou não correferenciais não retomarem o mesmo objeto de discurso de modo exato e de introduzir aparentemente uma entidade “nova”, na verdade, remetem ou a outros referentes expressos no cotexto, ou a pistas cotextuais de qualquer espécie, com as quais se associam para permitir ao coenunciador inferir essa entidade.

Sobre o assunto, Marcuschi (2005) assevera que essas anáforas indiretas são constituídas por expressões nominais definidas, indefinidas ou pronomes. Além do mais, defende que a interpretação referencial nesses casos não corresponde a um antecedente explicitado no texto ou, a rigor, pode haver uma expressão

subsequente que seja correferencial a uma expressão que, inicialmente, apareceu como anáfora indireta.

Esses tipos de anáfora também não são reativação de referentes já conhecidos, mas uma estratégia endofórica de ativação de referentes novos. Assim sendo, a anáfora indireta se constitui em um processo de referenciação implícito. Ao analisá-las como progressão referencial multilinear, afirma-se que,

Mesmo inexistindo um vínculo de retomada direta entre uma AI e o co-texto, persiste um vínculo coerente na continuidade temática que não compromete a compreensão. A AI é um caso de *referência textual*, isto é, de construção, indução ou ativação de referentes no processo discursivo que envolve atenção cognitiva conjunta dos interlocutores e processamento local. Uma análise detida das características centrais da AI mostra que ela não depende de uma congruência morfossintática nem da necessidade de reativar referentes já explicitados. (MARCUSCHI, 2005, p.54)

Percebe-se não só a negação da relação direta entre a retomada pela anáfora indireta e o cotexto, mas ainda se reconhece a necessidade de reativação de referentes já explicitados. É essencial, ainda mais, perceber que a compreensão não se torna comprometida e que a construção e a indução/ativação discursiva de referentes exigem atenção dos interlocutores e processamento local.

Já que a anáfora indireta se constitui em um processo de referenciação implícito, é preciso saber que por isso a inferência do interlocutor não acontece sem ter alguma informação para se ancorar. Assim sendo, haverá informações das mais diversas nas quais o interlocutor se apoiará para fazer suas inferências. Corroborando com esse pensamento, postula-se o seguinte:

Essas informações que apoiam as anáforas indiretas são chamadas de âncoras; elas engatilham a referência à menção de outras expressões referenciais, ou qualquer outra construção linguística do cotexto, e a inúmeras outras informações que povoam a bagagem de conhecimentos de quem participa da enunciação. (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO, 2014, p. 72)

Logo, o traço mais marcante das anáforas indiretas é que a interpretação delas fica na dependência de outros conteúdos fornecidos pelo contexto, e não têm correferência com nenhuma outra entidade já introduzida no texto. Elas colaboram, para o coenunciador juntar as peças do quebra-cabeça dos sentidos e da coerência textual.

Nessas condições, os referentes não são retomados por expressões referenciais com marcação linguística explícita. Cavalcante, Custódio Filho e Brito, (2014) propõem que da mesma forma que há possibilidade de se construir a introdução de um referente, sem mencioná-lo linguisticamente, mas apenas uma construção mental, também é possível a retomada anafórica de um objeto de discurso sem uma expressão referencial que confirme essa retomada. O que dá as condições para a recategorização do referente são as pistas contextuais.

Outro ponto importante sobre as retomadas anafóricas é a presença de outras semioses textuais para ancorar a recategorização de referentes. Diante disso, os estudos passaram a considerar as diversas semioses como a presença de imagens na configuração textual. Custódio Filho (2009) aponta para a necessidade de se considerar a construção do referente como fenômeno que não se limita apenas as expressões referenciais. Na verdade, essa possibilidade só é considerada se se levar em conta, nas análises, o princípio de que o sentido textual é resultado de fatores linguísticos e extralinguísticos não importa se no texto apenas verbal ou no texto com conteúdo verbal, imagético, sonoro entre outros. Isso não muda os princípios fundamentais da referenciação, apenas deve fortalecer as pesquisas no cerne da concepção sociocognitiva discursiva, trazendo contribuições para a Linguística Textual.

Nesse diapasão, Cavalcante apud Bernardino Silva (2014) diz que nos casos de anáfora indireta é importante considerar os mecanismos inferenciais envolvidos no processo de referenciação. Outra consideração importante é a de que as análises não devem ser limitadas à forma anafórica, ou seja, ao sintagma nominal definido ou ao indefinido e ao pronome pessoal. Para Silva (2014), a anáfora indireta pode ser vista dentro da concepção da não menção referencial. Logo, podem ser identificadas não só pelas relações cotextuais marcadas nas âncoras ou fontes textuais, mas ainda pelas dimensões cognitivas, sociais, históricas, culturais e discursivas.

Para atender a essa perspectiva, comprova que existem ocorrências anafóricas indiretas em 100% das 11 tiras e dos 11 anúncios publicitários analisados. Essa ocorrência se deu tanto em objetos do discurso verbais, imagéticos e verbais e imagéticos. Se o importante é a valorização do processo inferencial, também não se dispensa a importância dada às expressões, o fato é que se deve ir

além delas, valorizando a complementação ente aspectos verbais e imagéticos do texto chárigo, por exemplo.

### 2.2.2.3 Anáforas encapsuladoras

Outra possibilidade de retomada de um referente é a anáfora encapsuladora. Com base nas ideias de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), ela poderia parecer anáfora indireta porque, no momento em que é explicitada, surge no cotexto como uma expressão nova e mencionada pela primeira vez. E apesar de considerá-la como um subtipo da correferencial, reconhece-se sua especificidade ou sua característica primordial que é resumir porções contextuais. Explicado de outra forma, resume o conteúdo de parte do cotexto somado a outros dados de conhecimentos compartilhados, tanto em sentenças como em partes maiores do cotexto.

Além da finalidade resumidora de porções textuais e de desempenhar funções argumentativas no propósito do enunciador, o encapsulamento anafórico também é fundamental para a progressão textual. De modo que,

Na verdade, a capacidade de propor encapsulamentos adequados é complexa, pois exige do produtor, ao mesmo tempo, a percepção apurada de como a expressão escolhida para encapsular se refere ao cotexto precedente e o vislumbre de como ela pode contribuir para a progressão textual. Dessa forma, com essa estratégia, o enunciador promove um movimento duplo, para trás e para frente, estabelecendo relações de continuidade e progressão. (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO, 2014, p.84)

Portanto, compreender o uso de palavras ou expressões encapsuladoras requer a atenção dupla de partes cotextuais anteriores e posteriores ao uso delas, tanto para o modo como se refere a partes do texto anterior, quanto para se perceber a contribuição que oferece para esse texto progredir. Para fins de exemplificação das anáforas encapsuladoras, atente-se para a charge a seguir:

Figura 2 - Charge de Ricardo Araújo



Fonte: ARAÚJO, Ricardo (Rice), disponível em: <https://www.visaoeste.com.br/charge-126/>. Acesso em 20/06/2017.

Observe-se a construção do título da charge acima. “CUNHA É DENUNCIADO AO STF POR CRIME DE CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO”. Em seguida o uso da palavra “/SSO”, no quadrinho que contém a fala do personagem, encapsula toda parte textual anterior, apresentada no título da charge. Ao exclamar: “ESTOU ABSOLUTAMENTE TRANQUILO E SERENO COM RELAÇÃO A ISSO...”, percebe-se que na referenciação, o encapsulamento anafórico exercido pelo pronome “ISSO”, é complementado pela parte não verbal, imagem na qual Eduardo Cunha aparece “sujo”, o que aponta o aspecto argumentativo, por parte do encapsulamento, de que Eduardo Cunha não está livre quanto às acusações de crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro.

Apontados os desdobramentos sobre os processos referencias, será feita uma discussão voltada para o texto chágico e a relação desse gênero com as tipologias textuais e com as formas de intertextualidades.

### 3. CHARGE COMO GÊNERO DISCURSIVO, AS TIPOLOGIAS TEXTUAIS E AS INTERTEXTUALIDADES

Sabe-se que não se objetiva nessa pesquisa uma proposta didática exclusiva para o gênero discursivo charge. Entretanto, mesmo a charge não se configurando o fim, mas o meio para uma proposta de leitura com foco nos processos referenciais, faz-se jus a apresentação do conceito de gênero discursivo (Bakhtin, 2006), da noção de tipologias textuais (Marcuschi, 2008) e das relações intertextuais.

Qual a necessidade de estabelecer relações entre gênero discursivo, tipologias textuais e intertextualidades nesse capítulo? O primeiro caso se justifica pela necessidade de situar a charge como gênero discursivo verbo/imagético; o segundo, pelo aspecto argumentativo presente no texto chágico; e quanto à/às intertextualidade(s), torna-se necessária devido a presença desse fenômeno linguístico no texto chágico, conforme análises do *corpus* selecionado para o desenvolvimento da proposta didática sugerida na presente pesquisa. Diante disso, entre os quatro (04) textos selecionados, constatou-se relações intertextuais tanto com um conjunto de textos do meio jornalístico – por isso surgiu a necessidade de inclusão de uma notícia como forma de recuperar informações importantes para a leitura e interpretação de cada charge - quanto com outros textos: filme, romance e pintura.

#### 3.1 CHARGE COMO GÊNERO DISCURSIVO E AS TIPOLOGIAS TEXTUAIS

A comunicação humana se efetua a partir da materialização da linguagem em textos, em vários momentos e contextos da sociedade, inclusive na escola. Para Bakhtin (2006), todos os campos da atividade humana se ligam ao uso da linguagem. Ele compreende que o caráter e as formas do uso da linguagem são multiformes. Destarte, o emprego da língua se efetiva por meio de enunciados. Nessa direção, propõe:

O emprego da língua efetua-se em formas de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção

dos recursos lexicais, fraseológicos, e gramaticais, da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos- o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional- estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação (BAKHTIN, 2006, p. 261-262).

Estes enunciados são entendidos em sua particularidade e de forma individual como gêneros discursivos ou gêneros do discurso. É importante a consideração de que a infinita riqueza e variedade que eles representam, refletem da mesma forma, as várias esferas de atividades humana porque cada esfera dessa atividade comporta, conforme o pensamento bakhtiniano, um repertório de gêneros discursivos. Já que as instâncias de comunicação humana são diversas, os gêneros também só poderiam ser múltiplos. Esses gêneros passam a se diferenciar e se ampliar à medida que a própria esfera se desenvolve e se torna mais complexa. Isso faz com que os gêneros discursivos sejam históricos, relativamente estáveis e próprios de cada campo de utilização da língua.

Conforme colaboração de Marcuschi (2008), a “esfera da atividade humana” bakhtiniana indica as instâncias discursivas ou domínios discursivos originadores de vários gêneros porque eles são institucionalmente marcados. O pesquisador reitera que

Constituem práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder. (2008, p.155)

Se para Bakhtin (2006), existem inúmeros gêneros, bem como suas variações de extensão, conteúdo e estrutura, ainda assim ele defende que esses enunciados conservam características particulares estáveis. Essa estabilidade se mantém presente nos gêneros discursivos ao longo do tempo, mantendo-se como pista para o reconhecimento intuitivo e sistematizado sobre determinados gêneros discursivos. Além dessa estabilidade relativa, vale considerá-los pelas condições concretas da interação, além dos aspectos formais, temáticos ou de estilo, apontados acima.

Diante da noção Bakhtiniana de gênero discursivo, é preciso considerar que eles não se confundem com os tipos textuais ou sequências tipológicas neles presentes. Marcuschi (2008) assevera que enquanto os primeiros são ilimitados, os tipos textuais geralmente são classificados como narração, descrição, argumentação, tipos injuntivos e tipos preditivos. Os tipos textuais se referem ao

interior do texto, às estruturas linguísticas utilizadas e à sintaxe, por exemplo. Definem-se, pois, pela forma como as informações são organizadas, com predominância de certas categorias gramaticais que auxiliam ao leitor a atribuir significados ao texto.

Os dois conceitos (gênero e tipo textual) são interligados, mas não mantêm uma relação de sinonímia. Nas palavras de Marcuschi (2008), o tipo é a designação de uma construção teórica, geralmente, sequências subjacentes ao texto, definida pela natureza linguística da composição, como aspectos lexicais, sintáticos, semânticos, tempos dos verbos, relações lógicas e o estilo textual dessa composição. Para o autor,

O tipo caracteriza-se muito mais como sequências linguísticas (sequências retóricas) do que como textos materializados; a rigor, são modos textuais. Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias como: *narração, argumentação, exposição, descrição e injunção*. O conjunto de categorias para designar tipos textuais é limitado e sem tendência de aumentar. Quando predomina um modo num dado texto concreto, dizemos que esse é um texto *argumentativo* ou *narrativo* ou *expositivo* ou *descritivo* ou *injuntivo*. (MARCUSCHI: 2008, p. 154-155)

Ademais, esse cientista (2008, p. 154) postula que “toda manifestação verbal se dá sempre por meio de textos realizados em algum gênero.

Tais esclarecimentos elementares permitem contextualizá-los com a charge, pois é verdadeiro que se tem um exemplo de enunciado concreto pertencente ao domínio discursivo do jornalismo. Assim, trata-se de uma atividade humana que faz parte de determinada instituição e que se utiliza do suporte jornal para veicular o gênero discursivo charge.

Além disso, é preciso destacar que existem possibilidades divergentes quanto à classificação da tipologia textual predominante na charge. No entanto, consideramos a posição assumida por Ferreira (2010) de que na charge predominam os aspectos argumentativos. Nesse viés, o caráter argumentativo se volta para temas jornalísticos da realidade atual a sua publicação. Por conseguinte, é um texto de opinião pautada em informações do noticiário e com objetivo claro de crítica voltada para o assunto nela comentado.

Por conta da flagrante importância da relação intertextual instauradora de temporalidade do comentário feito no gênero discursivo charge com as informações da esfera jornalística e, como se notará a seguir, do possível diálogo com textos



específicos, se disporá sobre o fenômeno da intertextualidade e sua origem bakhtiniana e sobre a base teórica de pesquisas mais recentes, principalmente aqui no Brasil.

### 3.2 O GÊNERO DISCURSIVO CHARGE E A(S) INTERTEXTUALIDADE(S)

Abordar a intertextualidade como fenômeno da linguagem situando na Linguística Textual, requer o entendimento de que ele interfere na leitura e interpretação de textos. Especialmente do texto chargístico, que mantém uma composição multissemiótica.

Nessa perspectiva, Cavalcante, Brito e Zavam (2017) defendem a ideia de que a percepção dos diferentes modos de flagrar o diálogo entre os textos repercute de maneira positiva na compreensão textual. A repercussão se dá não somente pelo alcance interpretativo, como também pelos diferentes efeitos de sentido que as relações intertextuais possibilitam, conforme estudos linguísticos.

Nesse caminho, a opção teórica aqui adotada retoma as relações de intertextualidade existentes na charge como texto multissemiótico. Portanto, elas ajudam no estudo sobre os processos referenciais anafóricos indiretos ocorridos nas charges que formam o *corpus* aqui pesquisado.

Assim, as pesquisas de Cavalcante, Brito e Zavan (2017) sobre intertextualidade partem da evidência de marcas intertextuais de duas maneiras: *no diálogo entre textos específicos* - porque existem partes de um texto em outro texto ou porque passou por modificações e se transformou em outro texto. Respectivamente, são casos de copresenças e de derivações. – e *na imitação entre gêneros do discurso ou entre estilos de autores*. No caso da intertextualidade entre os gêneros ocorre pela reprodução do padrão de certos textos pertencentes a um determinado gênero.

Converge com essa perspectiva, o pensamento de Cavalcante, Faria e Carvalho (2017), pois escrevem de forma semelhante sobre intertextualidades restritas e amplas. Desse modo, afirmam que esses dois modos são diferentes, no entanto não excludentes. Mais precisamente expõem que intertextualidades

- i) estrita, dada pela copresença (inserção efetiva de um texto em outro) ou pela transformação/derivação de um texto específico ou de partes dele em outro texto; e ii) ampla, dada não pela marca de

copresença de um texto específico em outro, mas por uma marcação menos facilmente apreensível, porque mais difusa e relativa a conjuntos de textos: por indícios alusivos à forma composicional de um padrão de gênero; ao estilo de um autor deduzido de vários de seus textos; ou a uma temática particular divulgada por diversos textos. O que dá um caráter amplo a essa intertextualidade é o fato de o diálogo não se dar entre textos individuais e de essa ligação acontecer por mecanismos de alusão a traços de composição de gênero, de estilo de autor ou de tema de textos.

As autoras apresentam uma classificação para esses dois grupos. Elas sugerem que as intertextualidades restritas, nas relações que se verifica o diálogo entre textos específicos, subdividem-se em relações de copresença (citação, o parafraseamento e a alusão estrita), relações de derivação (paródias e a transposição) e metatextualidades. As intertextualidades amplas, quando há o diálogo tangível entre um texto e um conjunto de textos não específicos, não apresentam um rol classificativo. O que importa nessas situações é a imitação de parâmetro (s) genérico (s) e/ou de estilos de autor(es) ou um conjunto de textos. Nesse caso, não se convoca à memória um texto especificamente, e sim, remete-se difusamente a um conjunto de textos. Assim, as alusões amplas remetem a vários textos que abordam certas temáticas ou situação de interação.

Percebe-se que o debate retoma a classificação apresentada anteriormente por Cavalcante, Brito e Zavam (2017). Porém, acrescentou-se a possibilidade de intertextualidade ampla: de alusão à temática tratada em um grupo de textos. Além disso, as perspectivas de intertextualidades restrita e ampla vêm como fenômeno ligado aos diversos recursos semióticos do texto. Certamente, essas ideias podem ser aplicadas na análise do texto chárstico, pois condensa elementos verbais e imagéticos em sua composição.

As relações intertextuais restrita e ampla serão analisadas de maneira mais profunda a seguir, para isso será feita a leitura do texto chárstico de Alecrim.

Figura 3 - Charge do Alecrim



Fonte: Disponível em: <http://www.chargeonline.com.br>. Acesso em 31/07/2017.

Essa charge foi publicada em 30 de Julho de 2017. Nesse texto, é possível perceber não só a relação com o aumento do imposto sobre a gasolina e o diesel anunciados e efetivados pelo governo Temer na última semana de julho, bem como a relação com as emendas aprovadas por esse governo para favorecer aliados na briga contra a denúncia que permite ao Supremo Tribunal Federal (STF) julgar o presidente contra o crime de corrupção passiva.

Dessa forma, a charge de Alecrim traz dados sobre o governo Michel Temer. Entre eles, a instituição de novos impostos ao cidadão como forma de arrecadação de receita para os cofres públicos e as emendas que favorecem os aliados políticos do presidente. A denúncia seria levada ao plenário em 02 de agosto de 2017. Diante disso, é possível a identificação da temática política, mas também a relação da charge com aspectos da realidade atual para criticá-la de forma humorística.

A crítica ou a ironia humorística se estabelecem porque a Receita Federal e os impostos para arrecadar dinheiro ganham sentido metafórico como ingredientes de uma receita culinária. Adiciona-se a isso a aprovação das emendas que favoreceram com milhões de reais os possíveis aliados de Michel Temer. Esses aliados certamente são os responsáveis por barrar, em plenário, a denúncia que

chegaria ao STF, onde seria julgada. Mas isso não é sugerido apenas pela parte verbal. Machado apud Vasconcellos (2008), por exemplo, considera a charge como uma paródia visual, pois usa recursos iconográficos e textuais para criticar humoristicamente os acontecimentos que lhe deram origem, mesmo que não sejam os acontecimentos políticos.

Destarte, os elementos verbais e visuais da charge de Alecrim como a expressão “RECEITA...”, colocada no título, e a fala do personagem: “IMPOSTO, AUMENTO, E UM TOQUE COM EMENDAS!”, devem ser analisadas de forma complementar com a parte visual do texto chágico. Por esse caminho, é possível observar uma panela liberando vapores. Os ingredientes do caldeirão estão sendo mexidos, por um chefe de cozinha identificado pelo uso do chapéu branco (toque blanc), típico dos cozinheiros. No entanto, é preciso ir mais adiante para identificação da figura do presidente Michel Temer através da presença do terno e principalmente da faixa presidencial nas cores verde e amarelo. Atente-se também para a presença de duas aves, em cores pretas, sobrevoando e olhando para a panela que contém a receita. Parecem “urubus” que muito se interessam pela receita presidencial.

O texto chágico se relaciona, portanto, com outros textos do noticiário da mídia brasileira. Essas relações acontecem em um contexto histórico, político e social situado e específico: um governo situado em meio à crise política do país, mas ao mesmo tempo tenta buscar o convencimento da população de que medidas, impostos e reformas são necessários para o Brasil sair da crise política e da crise econômica.

Para recuperar essas informações da charge a partir de outros textos do noticiário, Ferreira (2010) escreve que basta pesquisar nos principais jornais, revistas ou na internet. A pesquisadora também defende que a relação intertextual da charge com o noticiário é instauradora de temporalidade, elemento particularizador da charge como gênero discursivo. As ideias da pesquisadora sobre essa intertextualidade instauradora de temporalidade contribuíram muito nesse trabalho, mas não faz uma tentativa de classificação desse processo textual discursivo. Por isso, torna-se profícuo recorrer às noções de intertextualidade ampla e restrita apresentadas por Cavalcante, Faria e Carvalho (2017) e Cavalcante, Brito e Zavam (2017). Observe, por exemplo, na notícia a seguir.

## Texto 02 - Emendas liberadas em julho pelo governo equivalem ao total do primeiro semestre

### Emendas liberadas em julho pelo governo equivalem ao total do primeiro semestre

**Levantamento é da ONG Contas Abertas. Segundo a entidade, de janeiro a junho, o total liberado foi de R\$ 2,12 bilhões; nas três primeiras semanas de julho, R\$ 2,11 bilhões.**

[...]

O total de emendas parlamentares liberadas pelo governo nas três primeiras semanas de julho equivale a quase tudo o que foi liberado nos seis primeiros meses do ano, segundo levantamento da ONG Contas Abertas.

Emendas parlamentares são recursos previstos no Orçamento, cuja aplicação é indicada pelo parlamentar. Esse dinheiro tem de ser empregado em projetos e obras nos estados e municípios. A liberação dos recursos é obrigatória, e o governo tem todo o ano para realizar os repasses.

De janeiro a junho, informou a entidade, o total liberado foi de R\$ 2,12 bilhões. Nas três primeiras semanas de julho, R\$ 2,11 bilhões.

O aumento na liberação de emendas ocorreu em meio às articulações da base aliada para garantir a rejeição, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, do relatório do deputado Sergio Zveiter (PMDB-RJ) que recomendava ao plenário o prosseguimento da denúncia de corrupção passiva da Procuradoria-Geral da República contra o presidente Michel Temer.

No último dia 15, após sucessivas trocas na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, os deputados recusaram por 40 votos a 25 o relatório de Zveiter. Na sequência, aprovaram um segundo relatório, de Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG), recomendando a rejeição da denúncia. Após o resultado, os oposicionistas criticaram a liberação ostensiva de emendas no período próximo à votação e afirmou que isso garantiu votos favoráveis ao presidente.

Segundo a assessoria da Presidência, não há relação entre as emendas ao Orçamento e a tramitação da denúncia na CCJ da Câmara. "Tradicionalmente, o maior volume de liberação das emendas ocorre no final de cada semestre, em virtude da programação orçamentária do Ministério do Planejamento", informou a assessoria (*leia a íntegra da manifestação do Planalto ao final desta reportagem*).

### 'Empenho'

Os valores informados pela ONG Contas Abertas, obtidos numa base de dados do

Senado, dizem respeito às emendas "empenhadas". Isto é, são o compromisso de pagamento (o dinheiro não foi efetivamente repassado para a obra ou serviço público a que se destina).

Com o empenho, o valor da emenda fica registrado na rubrica "contas a pagar", e o governo tem até o ano seguinte para efetuar o pagamento.

“Normalmente, com o empenho, os deputados já voltam para a cidade deles e fazem uma festa. Anunciam, colocam no jornalzinho e depois pressionam para o governo liberar”, afirmou o economista Gil Castelo Branco, secretário-geral da ONG.

Segundo ele, a prática é comum e frequentemente o pagamento das emendas só é feito no ano seguinte.

#### **Valores por deputado**

O levantamento mostra, ainda, que, do total liberado em emendas em 2017, mais de 82% foram para deputados federais (R\$ 3,5 bilhões); o restante, para senadores.

No topo do ranking de beneficiados, segundo a ONG, estão as bancadas estaduais do Maranhão, Roraima e Rio Grande do Norte.

[...]

#### **Resposta do Planalto**

Consultada sobre a liberação das emendas, a assessoria do Palácio do Planalto informou o seguinte:

O orçamento impositivo foi criado por meio da aprovação de uma emenda constitucional no ano de 2015 e obriga o Governo Federal a não contingenciar as emendas parlamentares.

Tradicionalmente, o maior volume de liberação das emendas ocorre no final de cada semestre, em virtude da programação orçamentária do Ministério do Planejamento. Não existe ligação entre as emendas orçamentárias e a denúncia da CCJ da Câmara dos Deputados. Segundo a Consultoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara, das emendas efetivamente pagas entre 26/06 a 13/07 os maiores beneficiados são quatro parlamentares do PT.

Fonte: Modzeleski, Alessandra. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/governo-acelera-liberacao-de-emendas-parlamentares.html>. Acesso em 24/07/2017.

Vejamos as possibilidades de recuperar informações implícitas na charge de Alecrim a partir do texto acima sobre as emendas parlamentares. Já no título - “Emendas liberadas em julho pelo governo equivalem ao total do primeiro semestre” - e no Lead dessa notícia - “Levantamento é da ONG Contas Abertas. Segundo a entidade, de janeiro a junho, o total liberado foi de R\$ 2,12 bilhões; nas três primeiras semanas de julho, R\$ 2,11 bilhões” –

percebe-se o descompasso entre a quantidade de reais liberada no mês de Julho e o resto do semestre. E com uma leitura mais completa do texto jornalístico, é possível saber que se trata de uma medida constitucional e prevista no orçamento para ser empregado em projetos e obras nos estados e municípios. Mas que, no mínimo, o contexto permite inferir o beneficiamento de parlamentares porque

O aumento na liberação de emendas ocorreu em meio às articulações da base aliada para garantir a rejeição, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, do relatório do deputado Sergio Zveiter (PMDB-RJ) que recomendava ao plenário o prosseguimento da denúncia de corrupção passiva da Procuradoria-Geral da República contra o presidente Michel Temer. (MODZELESKI, acesso em 24/07/2017)

Assim, a charge de Alecrim “conversa” com a notícia. Com base na fundamentação de Cavalcante, Faria e Carvalho (2017), essa intertextualidade ampla acontece porque não se trata de diálogo com textos específicos. As pesquisadoras afirmam que as alusões amplas não convocam a memória de um texto específico, porém se remetem de maneira difusa a vários textos que têm uma temática em comum. Embora a notícia acima trate apenas da liberação de emendas parlamentares ou a liberação de milhões de reais com essas emendas para favorecer os aliados políticos do presidente Michel Temer, possivelmente o noticiário brasileiro também se voltava para a instituição de novos impostos sobre o diesel e a gasolina como forma de arrecadação de receita para os cofres públicos.

Esse tipo de diálogo, entre textos não específicos, identificado pelas autoras, parece ser uma marca do texto chárigo. Tanto que apontam como um processo discursivo que ultrapassa o domínio literário e reivindica a retomada de uma performance textual não específica para alcançar o status intertextual. Na charge, esse processo é produtivo para se alcançar a persuasão de função jocosa e/ou de crítica apreciativa.

Além da intertextualidade ampla encontrada nas charges, também é possível a identificação de tipos de intertextualidade restrita; esse fenômeno textual discursivo acontece entre textos específicos em duas situações: quando o diálogo acontece com base na presença partes de um em outro ou pela possibilidade de transformação que um texto sofre para se transformar em outro texto.

Veja, por exemplo, a charge seguinte produzida por Amarildo. Além de reafirmar a intertextualidade com os textos jornalísticos, pode-se identificar o diálogo

estabelecido de maneira menos difusa, ou seja, no qual se estabelece uma “conversa” com outro texto específico.

Figura 04 - **Charge do Amarildo**



Fonte: Disponível em: <https://patyedeni.wordpress.com/2011/06/17/charges/charge-dilma-lula/>. Acesso em 24/07/2017.

Certamente noticiário tem como temática comum o fim do mandato do ex-presidente Luis Inácio e o início do mandato da presidenta Dilma Rousseff em 2010, contexto de publicação da charge. Deve-se reconhecer as caricaturas deles e a expressão “Estréia em 2010”, muito usada para divulgar filmes em lançamento para a apreensão dessa relação.

Mas ainda é certo dizer que há uma relação de intertextualidade restrita, pois está presente o diálogo com um texto específico: “Se eu fosse você 3”. Observe:

Figura 5 - **Cartaz de filme**



FILHO, Daniel. Disponível em: <http://www.blogdozebrao.com.br/v1/2013/02/03/se-eu-fosse-voce-3/>. Acesso em 24/07/2017.



“Se eu fosse você 3” é um filme protagonizado por Tony Ramos e Glória Pires. No desenrolar da história eles trocam de papéis: o personagem de Toni Ramos passa a se comportar como se fosse a mulher e o personagem de Glória Pires se comporta como se fosse o homem. Assim, as tarefas também são invertidas.

Na charge, nota-se a reprodução do título do filme “Se eu fosse você 3” escrito nas cores rosa e azul, Dilma Roussef e Luis Inácio dispostos na mesma posição das personagens como se estivessem em cartaz. Da mesma maneira que os personagens da ficção, ambos estão segurando objetos: Luis Inácio um batom e Dilma Roussef um aparelho de barbear. Na parte textual, foram acrescentados os nomes deles dois, pois não há nomes identificando os personagens, e a expressão “Estréia em 2010” para marcar o início do terceiro mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores na presidência com a presidenta Dilma Roussef.

Diante disso, percebe-se a importância da intertextualidade apontada por Cavalcante, Brito e Zavan (2017) como diálogo possível com os textos da seara jornalística e com um texto específico. Cavalcante, Faria e Carvalho (2017), além de convergirem com essas ideias, defendem a presença de outras semioses textuais na análise da intertextualidade como fenômeno textual discursivo.

Nesse diapasão, a construção do sentido do texto chágico de Amarildo depende de relações estabelecidas nos diálogos intertextuais, isto é, o conhecimento das relações feitas na charge com as informações sobre os mandatos petistas e com o filme “se eu fosse você 3”. Logo, o alcance interpretativo do alunado pode ser ampliado se souber lidar com o fenômeno da intertextualidade que caracteriza umas das funções anafóricas indiretas.

### 3. 3 CHARGE E OUTROS GÊNEROS EM QUADRINHOS

Como o gênero discursivo adotado nessa pesquisa é a charge, torna-se pertinente situá-lo no debate sobre os quadrinhos e reconhecer semelhanças e diferenças entre o texto chágico, as tirinhas de humor, os cartuns e as histórias em quadrinhos.

A partir dos estudos de Ferreira (2010), é possível situar a charge como pertencente ao hipergênero quadrinhos, pois está agrupado dentro do grande rótulo

dos quadrinhos juntamente com as histórias em quadrinho, as tiras e os cartuns, mesmo cada um mantendo especificidades em relação aos outros e constituindo-se com gênero diferente. Ela reconhece ainda que existe um diálogo constante com outros gêneros em quadrinhos porque os elementos característicos de um podem ser transferidos para o outro de modo produtivo. A charge, por exemplo, tem sua particularidade como gênero discursivo na medida em que se diferencia dos demais quadrinhos pela intertextualidade instauradora da temporalidade.

Nas palavras de Cavalcanti (2008), a charge tem alto teor de informações implícitas condensadas principalmente através dos processos intertextuais. Esses processos obrigam o interlocutor a conhecer os fatos atualizados como condição para realizar as inferências adequadas e atingir resultados plausíveis na leitura e interpretação desse texto. Além disso, os leitores precisam fazer uso do seu conhecimento de mundo, estabelecendo um sentido a partir das inferências necessárias. A compreensão dos processos inferenciais, conforme Bernardino Silva (2014), é essencial para a construção do sentido no texto chágico.

### **3.3.1 A charge e os cartuns**

As charges e os cartuns não só visam à crítica de aspectos da realidade de maneira bem-humorada, como também ambém costumam apresentar apenas um quadrinho como característica comum. Nessa direção, Ferreira (2010) sugere que os termos charge e cartuns são usados sem distinção porque geralmente se apresentam em uma única vinheta e veiculam uma visão crítica relacionada ao universo extratextual por meio da perspectiva humorística. Mas não só pelo foco da crítica, que no cartum são os costumes e na charge um personagem ou acontecimento histórico, mas ainda porque somente a charge se liga ao momento histórico, o que sustenta a defesa de certa temporalidade nesse texto.

Diante disso, percebe-se que as formas de abordar as temáticas e os personagens nos cartuns não são tão específicas quanto na charge, a não ser que se remetam aos personagens “universais” como Deus, Papai Noel, personagens dos contos de fadas entre outros. Na charge, por outro lado, pode-se identificar algum traço físico da personalidade representada, identificá-la em um contexto social

concreto e também é possível situar a temática abordada no contexto atual do leitor. Nesse sentido,

Enquanto a **charge** tem como alvo as mazelas sociais de expressão datada, representando de forma crítica as celebridades do mundo da política, dos esportes e do cenário artístico, o **cartum** trata de temas mais universais atacando problemas relacionados aos valores e atitudes dos seres humanos, diante de determinadas situações no cotidiano. A abordagem dos temas tratados pelos *cartuns* ultrapassa o seu tempo; ele pode ser lido em uma época mais distante do seu contexto de produção, visto que sua formulação estabelece críticas de teor mais genérico que se estendem a diferentes grupos. (SILVA, p. 15, 2007)

Nas considerações de Ferreira (2010), quase sempre os personagens dos cartuns são caricaturas de tipos sociais, estereótipos estocados na memória da sociedade. Já o texto chágico representa caricaturas de personalidades públicas reconhecíveis pelo leitor. Mesmo nos poucos casos em que aparecem personagens mais genéricos nas charges, críticas a grupos sociais ou tipos sociais, ainda assim permanece intertextualidade instauradora de temporalidade para diferenciá-las dos demais gêneros dos quadrinhos.

Apesar das tiras e dos cartuns também estabelecerem possíveis relações intertextuais, essas relações são mais comuns com gêneros como livros, filmes, quadros entre outros e não facilmente são percebidas relações intertextuais com textos do domínio jornalístico e os fatos ocorridos no período o qual ocorreu à publicação da tira ou do cartum. Dessa maneira, os processos inferenciais para recuperar informações implícitas em tais relações intertextuais ganham essa mesma direção.

### 3.3.2 A charge e as tiras de humor

Assim como os cartuns, as tiras de humor se assemelham às charges porque apresentam, por exemplo, os quadrinhos e contém os recursos gráficos. Como postula Silva (2007), o gênero tira de humor faz parte da linguagem gráfica. Além disso, é publicada nas colunas jornalísticas. A linguagem dessas tiras apresenta semelhanças e também diferenças com as charges e os cartuns, principalmente, na maneira como abordam assuntos polêmicos da vida em sociedade.

Do ponto de vista da tipologia textual, poderia ser afirmado que as tiras de humor são narrativas (Ferreira, 2010) e as charges são argumentativas. Assim

Nas tiras, há, geralmente, o predomínio da sequência narrativa, com uso de diálogos. Elas contam uma história completa e trazem o clímax no último quadrinho. Nas tiras de humor, há um desfecho inesperado, que pode ser ingênuo ou crítico. A quebra de expectativas é uma de suas regularidades, e é a partir dela que se constrói o humor. No humor, evidencia-se muitas vezes uma forma de argumentação indireta do autor, pois este faz conhecer suas opiniões através das intervenções do narrador e dos personagens`... (FERREIRA, 2010, p. 159)

Segundo Silva (2007) o caráter narrativo predomina nas tiras de aventura e nas tiras de humor predomina o caráter crítico sobre os fatos. Mesmo com o viés argumentativo indireto proposto na leitura das tiras de humor, suas características se distanciam das charges. Para Ferreira (2010), as tiras apresentam situação e personagem comuns, e, sobretudo, não há diálogo com o noticiário. Essa ausência de diálogo com o noticiário faz com que as tiras de humor não estabeleçam relações intertextuais instauradoras da temporalidade como a charge.

Quanto aos processos inferenciais, Ramos apud Ferreira (2010) observa que os quadrinhos possuem uma limitação física de espaço, pois geralmente têm poucas vinhetas. Essa limitação de espaço impõe certa simplificação dos elementos visuais e verbais. Por conta dessa limitação espacial, a inferência se torna importante para a construção do sentido tanto nas tiras de humor, quanto nas charges.

Além do mais, as vinhetas de uma tira podem ser relacionadas a momentos anteriores e a momentos posteriores a serem preenchidos mentalmente pelo leitor. Essa relação é explicada por Ferreira da seguinte maneira

Assim, cada vinheta pressupõe um momento anterior e um posterior, um antes e um depois. Esse efeito elíptico exige do leitor, para sua interpretação, o acréscimo de informações à narrativa, e permite uma maior participação deste, que preenche mentalmente os vazios deixados antes e depois das vinhetas. Essas informações que o leitor acrescenta em sua interpretação são obtidas em um processo de inferência que ele faz ao comparar o contexto sugerido nos diferentes quadrinhos. (FERREIRA, 2010, p.57)

Percebe-se, portanto, que o leitor acrescenta informações conseguidas através de processos inferenciais necessários para interpretação de uma tira. E isso acontece na comparação dos contextos sugeridos entre um quadrinho e outro. Silva (2007) também defende que a leitura de tiras impõe atividades de dedução das ações omitidas entre uma vinheta e outra. Ressalta ainda que o implícito nem sempre está nos elementos verbais desse texto. Nessa direção, sabe-se que

A própria linguagem dos quadrinhos dispõe de uma organização que impõe atividades dedutivas. Em muitas tiras, o implícito não se encontra no plano verbal, mas na passagem de uma vinheta para outra, isto é, entre uma atividade exercida pelo personagem e um novo acontecimento. Sendo assim, há um conjunto de ações omitidas que são deduzidas em decorrência da própria linguagem dos quadrinhos que é dotada de formulações implícitas responsáveis pela progressão da sequência. (SILVA, 2007, p.112)

O pesquisador reafirma, portanto, o pensamento de que o leitor deve fazer inferências para recuperar essas ações omitidas entre as vinhetas.

### 3.3.3 A charge e as histórias em quadrinhos

Possivelmente a história em quadrinho, apesar de se enquadrarem no hipergênero quadrinhos, seja as que menos se aproxima dos gêneros do grupo porque têm como característica principal maior número de vinhetas e caráter narrativo evidente. Como podemos observar na definição de Peeters apud Ferreira (2010), a história em quadrinhos ou HQs, assim como os demais gêneros dos quadrinhos, possui uma linguagem coerente na qual os elementos verbal e imagético se ligam de maneira indissociável. Trata-se de uma verdadeira complementaridade entre o legível e o visível. Essas duas instâncias assumem cada qual o seu papel nessas HQs.

O rótulo *história em quadrinhos* ou, simplesmente, *quadrinhos* vem sendo empregado por vários autores e é quotidianamente utilizado pelas pessoas para se referirem a um número considerável de gêneros que possuem em comum uma linguagem própria – a *linguagem dos quadrinhos* –, caracterizada, principalmente, pelo recurso ao icônico e pelo formato empregado. Esses textos são compostos por um ou por vários quadrinhos (ou vinhetas), em geral justapostos, que podem, ou não, aparecer demarcados por uma linha de contorno, dentro dos quais são inseridos desenhos. Em sua maioria, os quadrinhos são narrativas ou possuem, ao menos, um caráter narrativo. Alguns gêneros caracterizados pelo emprego da linguagem dos quadrinhos podem, no entanto, abrigar textos que não são predominantemente narrativos. (FERREIRA, 2010, p. 42)

Nos limites entre narrar não narrar, como afirma Romualdo apud Ferreira (2010), as HQs propriamente ditas são essencialmente narrativas, apresenta-se em várias vinhetas. Esse número amplia as HQs, deixando-as mais longas do que as charges ou qualquer outro gênero discursivo dos quadrinhos.

Por isso, Ferreira aconselha utilizar o termo *quadrinhos* e *histórias em quadrinhos* distintamente. É mais certo que o termo *quadrinhos* abarca não só aos textos dos *quadrinhos* com caráter narrativo, como também os cartuns, as tiras de humor e as charges. E o termo *história em quadrinho* apenas para as narrativas que possuem várias vinhetas e são publicadas em álbuns ou revistas. Nesse contexto, Viana (2013) explica que a história em quadrinhos possui um grupo de imagens dispostas, característica que não têm, por exemplo, as charges e os cartuns. Não se confundem, portanto, as histórias em quadrinho com a charge, texto opinativo e de caráter predominante argumentativo, cujo objetivo principal seria uma crítica efetiva e sob o viés humorístico, encontrada em uma vinheta ou um quadrinho.

Viana (2013) também analisa o processo de compreensão leitora das histórias em quadrinho e procura compreender como se identifica operações inferenciais que constroem o humor nesses textos. É importante ressaltar que essa compreensão leitora e a construção da coerência e da coesão textual do humor dependem das estratégias empregadas. Assim, dependem das inferências realizadas através do entendimento das pistas (verbais e não verbais) deixadas pelo contexto, da ativação adequada dos esquemas de conhecimento compartilhados e da percepção das quebras de expectativas dos quadros iniciais com a sua ruptura do último quadro da história.

Essa construção do sentido na história em quadrinho é percebida pelo leitor na medida em que ele articula as pistas linguísticas verbais e as pistas não verbais fornecidas contextualmente por essas linguagens. O processo de leitura dessa história possibilita o desenvolvimento da maturidade leitora do aluno. Esse desenvolvimento tem implicações no uso de estratégias de inferências e, conseqüentemente, nas habilidades discursivas relacionadas aos elementos culturais dispostos nos textos.

A discussão sobre a diferença entre charges e a história em quadrinho, bem como entre as tirinhas e os cartuns, é proveitosa na medida em que ajuda a compreender melhor o gênero discursivo charge em suas especificidades. Nesse caminho, Ferreira afirma que para chegar à delimitação do conceito de charge é preciso dizer primeiro o que não é charge. Foi com base nesse pensamento que inicialmente foi comparado o gênero discursivo charge com os outros quadrinhos:

cartum, tirinhas e história em quadrinho. Portanto, as especificidades da charge serão apresentadas de forma mais sólida no tópico seguinte.

### 3.4 O GÊNERO DISCURSIVO CHARGE: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

A concepção de gênero discursivo como enunciado concreto vem das pesquisas de Bakhtin (2006), o qual considera que esses gêneros refletem a multiplicidade das esferas de comunicação humana. Esses gêneros se diferenciam e se ampliam a partir dessas instâncias, ao mesmo tempo em que apresentam certa estabilidade relativa. Essa noção de gênero discursivo é crucial para a compreensão das características genéricas que se apresentam na charge.

Dentre as possibilidades de definição de charge, Vasconcellos (2006), por exemplo, traz um conceito de charge relacionado à origem da palavra. Ela tem suas origens no idioma francês, tendo equivalência a uma representação pictórica, representação de caráter burlesco e caricatural. É um texto no qual se satiriza um fato específico, geralmente relacionado com a política, e que faz parte do conhecimento público.

O conceito charge encontrado em Cavalcanti (2008) traz elementos comuns ao anterior na medida em que relaciona o gênero a um fato específico, mas abordado sobre o viés crítico e humorístico. Assim

A charge transmite informações que envolvem fatos e é, ao mesmo tempo, um texto crítico. É a representação gráfica de um assunto conhecido dos leitores segundo a visão crítica do desenhista ou do jornal. Quanto à forma, a charge representa figuras existentes no mundo real. Assim, caricaturas e símbolos são utilizados e não desenhos lúdicos, fantasiosos. É necessário ter detalhes que forneçam dados suficientes para a compreensão do leitor, tais como a caracterização do ambiente e as marcas simbolizando o tema. É a crítica humorística de um fato específico, atual e não atemporal. (CAVALCANTI, 2008, p. 49)

Apesar de esse conceito trazer elementos importantes para a caracterização do gênero discursivo charge, tais como a presença de um fato atual e não atemporal, o viés crítico e humorístico, a representação gráfica ou pictórica, representação de caráter burlesco e caricatural, precisa-se de uma maior delimitação do gênero em questão. Nessa perspectiva, Ferreira (2010) parece

fornecer melhor caracterização para a charge porque complementa as ideias de Cavalcanti (2008). Nessa discussão

A charge é um gênero autoral que aborda, portanto, com humor e crítica um tema jornalístico da realidade atual. Ela é um texto opinativo pautado em uma informação do noticiário jornalístico que não visa a produzir uma notícia nova, mas a comentar uma já existente com parcialidade e subjetividade. Como vimos, um elemento particularizador da charge é que o assunto comentado na charge é fruto de uma relação de intertextualidade que é instauradora de uma temporalidade, e cabe ao leitor a recuperação da informação para compreensão do texto. (FERREIRA, 2010, p. 169-170)

Além da noção de gênero autoral, o humor e a crítica como forma de se abordar um tema jornalístico real e atual, deve-se considerar que se trata de um texto opinativo. A opinião presente na charge está pautada em uma informação do noticiário jornalístico e visa comentar com parcialidade e subjetividade uma notícia já existente.

Mas Ferreira (2010) afirma que o elemento particularizador da charge é a intertextualidade instauradora de certa temporalidade. Por isso, o pesquisador afirma que a charge começa seu processo de criação com as notícias que aparecem diariamente nos jornais, e isso deixa claro seu caráter intertextual e temporal. Dessa maneira, cabe ao leitor recuperar a informação presente no intertexto para compreender o texto chárigo. Outras vezes, o leitor precisa relacioná-lo a conhecimentos do patrimônio cultural mais geral e não marcados temporalmente para construir o sentido textual.

Diante disso, pode-se falar em aspectos que particularizam da charge – a intertextualidade instauradora de certa temporalidade – e a diferenciam dos demais quadrinhos.

### 3.5 O ENSINO DE LEITURA DE CHARGE NA ESCOLA

No contexto da sociedade atual, não se pode negar ao alunado a oportunidade de conhecer as diversas formas de comunicação e suas linguagens. É essencial se expressar competentemente em inúmeras situações que a vida apresenta. Para isso, ele deve estar em contato com formas de comunicação mediadas por gêneros discursivos que comportam semioses verbais e não verbais,



as quais trazem possibilidades de articulação e expressão para necessidades comunicativas diversas. Por isso, os gêneros devem fazer parte do currículo e da proposta pedagógica escolar com o objetivo de melhorar a competência linguística daqueles que frequentam a escola.

Como visto anteriormente, cada esfera da atividade humana (Bakhtin, 2000) ou cada domínio discursivo (Marcuschi, 2008) desenvolve tipos relativamente estáveis de enunciados. Nessa direção, a charge encontra-se na esfera da atividade jornalística. E como os meios de circulação do noticiário se ampliaram nos dias de hoje, Vasconcellos (2006) afirma que a charge pode ser encontrada nos jornais e revistas impressos, mas também na internet. A importância desse gênero fez com que o mesmo ganhasse espaço nos livros didáticos e como de meio de sensibilização de alunos sobre temáticas diversas na sala de aula, nas redações escolares, nos concursos e nos vestibulares.

Por isso, não basta a partir do saber intuitivo formular as diferenças e semelhanças entre os gêneros dos quadrinhos. É preciso a escola investir pedagogicamente no desenvolvimento da competência sociocomunicativa do alunado dos textos verbo-imagéticos. Pela mediação docente, por exemplo, a leitura de gênero discursivo charge pode e deve acontecer, não restando dúvida aos professores da importância do contato dos estudantes com essas leituras.

Assim, a atitude do professor deve estar pautada em exposições de textos, com diferentes linguagens e abordagens, dando sempre espaço para os alunos lerem e se apropriarem das informações não só explicitadas nas linhas textuais, mas também daquelas que requerem um trabalho cognitivo maior quando exige do leitor um processo de inferência, como é o caso das charges. Em análises feitas posteriormente, perceber-se-á que, devido a presença das anáforas indiretas no texto chágico, a sua leitura e compreensão depende muito das inferências feitas por parte do leitor. Para isso, a atribuição de sentido será balizada pelas várias pistas deixadas pelo produtor do texto.

Portanto, diante da crescente importância da charge, apontado por Vasconcellos (2006), essa pesquisa vai ao encontro da compreensão das âncoras construídas social e cognitivamente pelas anáforas indiretas como processo de referenciação que atribui sentido ao texto chágico, com sustentação nessa possibilidade de desenvolvimento da competência leitora na escola.

## 4. METODOLOGIA

Este capítulo explica a pesquisa-ação aqui adotada, descreve ainda os procedimentos utilizados, inclui a análise e discussão das atividades aplicadas como proposta de intervenção e traz análises técnicas dos textos que compõem o corpus da pesquisa.

### 4.1 A PESQUISA-AÇÃO

Nessa pesquisa, encontram-se análises de quatro textos chárgicos e a proposição de um caderno pedagógico baseado no pensamento sociocognitivo-discursivo de referenciação, destacando as anáforas indiretas como processos referenciais.

Assim, as análises apontam os processos de referenciação denominados anáforas indiretas ou não correferencial, envolvidos na leitura e interpretação da charge. Nessas análises, busca-se a identificação desses processos anafóricos e a compreensão das âncoras linguísticas ou imagéticas deixadas pelo chargista para estabelecer críticas ou ironias bem-humoradas através desse gênero discursivo. Essa questão das âncoras ou pistas deixadas pelo chargista é importante porque, conforme o pensamento de Bernardino Silva (2014), por exemplo, existe relação de complementaridade nos modos de significação da materialidade textual, ou seja, relação entre o verbal e o imagético.

A partir disso, propõe-se a elaboração de um produto, um caderno pedagógico, com atividades de leitura e interpretação de textos chárgicos para o professor de Língua Portuguesa desenvolver com o alunado do 9º ano do Ensino Fundamental II.

Dessa forma, deve-se pensar na pesquisa-ação como possibilidade de pesquisa que pode contribuir qualitativamente para o ensino-aprendizagem de língua materna. A pesquisa-ação, nas palavras de Lopes (1996), é uma tendência na pesquisa na área de ensino-aprendizagem de línguas no Brasil porque está relacionada à formação teórico-crítica do professor, como professor-pesquisador, em que ele deixa de ser mero consumidor de pesquisas feitas por pesquisadores

externos e assume o papel crítico nas pesquisas desenvolvidas em sua própria prática. Essa é a tendência denominada pesquisa ação que:

Pode ser entendida de duas maneiras: a) como uma maneira privilegiada de gerar conhecimento sobre a sala de aula, devido à percepção interna do processo que o professor tem; b) como uma forma de avanço educacional, já que envolve o professor na reflexão crítica do seu trabalho. (LOPES, 1996, p. 89)

Segundo Thiollent (2002) esse tipo de pesquisa se relaciona às formas de ação coletiva por parte dos participantes, os quais terão papel ativo na resolução de problemas que os atingem, objetivando a transformação da realidade. Dessa forma, trata-se de uma maneira de experimentação na qual os sujeitos ou grupos procuram transformar alguns aspectos da situação pelas ações que decidiram aplicar. Ao observar e avaliar essas ações, ao evidenciar os obstáculos encontrados no caminho, há um ganho de informação que será captado e restituído como elemento do conhecimento.

Diante disso, valoriza-se a participação dos estudantes do 9º ano, visando à aprendizagem e compreensão dos processos de inferência exigidos no gênero discursivo charge, gênero marcado pela presença das anáforas indiretas e pelas âncoras, nas quais elas se apoiam, servindo de pistas para o leitor atribuir sentido no processo de leitura e compreensão textual.

Na pesquisa-ação, essas atividades pedagógicas podem servir como técnicas e instrumentos a serem analisados de forma qualitativa, visto que se trata da interpretação de fenômenos a partir do referencial teórico utilizado. Portanto, as atividades aplicadas em sala de aula sobre os textos chárgicos e as ocorrências do fenômeno anafórico implícito servirão como análise de dados.

## 4.2 OS PROCEDIMENTOS

Antes de detalhar as etapas da proposta de trabalho com leitura de charges e os processos referenciais indiretos, faz-se necessário explicar o porquê do gênero se fazer presente nessa pesquisa. Nesse sentido, cabe lembrar que no planejamento para o ano letivo 2018 foi incluído um grupo de gêneros discursivos que deveriam ser lidos pelas turmas do 9º ano do Ensino Fundamental. Os gêneros foram selecionados com base em um determinado livro didático adotado pela escola, no

qual alguns gêneros dos quadrinhos - Histórias em quadrinho, Cartum, Tirinha de humor - apareciam não só como instrumento de trabalho com a gramática, mas também como meio para atividades de leitura - compreensão e interpretação textual.

Na primeira semana de aula, quando o professor comentava sobre os textos que estariam presentes nas atividades de leitura, inclusive os quadrinhos, observou-se que apesar da presença dos textos supracitados, a charge não aparecia nem como meio de ensino de gramática e nem como gênero discursivo a ser lido. Isso fez com que fosse vista a necessidade dessa inclusão. Para isso foi necessário apenas uma (01) aula de 50 minutos.

Diante disso, na quinta feira da segunda semana de aula foi solicitado, com escrita na lousa, que a referida turma do 9º ano pesquisasse na internet textos chárgicos e os trouxessem para a aula de Língua Portuguesa do dia seguinte, ou seja, na sexta feira. A proposta inicial consistiu em formar um mural com as charges, comentar oralmente o fato ou acontecimento que originou cada uma delas e identificar a crítica estabelecida nos textos selecionados pela turma. Essa sugestão daria início ao estudo sistemático sobre a leitura desse gênero discursivo. Esse momento não contabilizou uma aula, visto que consistiu apenas em fazer a solicitação aos alunos.

Na sexta feira, ocorreram duas (02) aulas de 50 minutos cada uma delas. O planejamento atendia ao combinado no dia anterior: todos da turma deveriam trazer um texto chárgico para a aula de Língua Portuguesa, comentar oralmente o fato referenciado e identificar a crítica estabelecida nas charges. Percebeu-se que apenas dois alunos não cumpriram o combinado, mas pediram para usar o computador do professor durante a aula, fizeram a impressão na secretaria da escola e assim também puderam cumprir com o combinado.

Nessa tentativa inicial de leitura dos textos chárgicos, tornou-se evidente que os envolvidos tiveram dificuldade de percepção quanto às críticas estabelecidas, dificuldade essa que também ocorreu ao se tentar inferir as informações implícitas no texto, como a identificação dos acontecimentos que as originaram. Diante das dificuldades de leitura da turma, foi combinado que o professor deveria trazer outras possibilidades de trabalho pedagógico para melhorar a compreensão e interpretação das charges apresentadas na aula.

A partir desse momento, pensou-se na possibilidade de desenvolver atividades de leitura com charges em uma perspectiva sociocognitivo-discursiva de referenciação, com foco nas anáforas indiretas como processos referenciais e os mecanismos de inferência envolvidos nesse processo. Nessa etapa, os conhecimentos adquiridos por meio de leituras na área de linguística Textual, especificamente sobre referenciação, trouxeram contribuição nesse trabalho. A leitura de base inicial foi Cavalcante, Custódio filho e Brito 2014. Mas ainda foram necessárias outras leituras para melhor desenvolver as atividades. Além deles, contribuíram para elaboração da proposta Ferreira (2010), Cavalcanti (2008), Silva (2014) e outros pesquisadores que se encontram nas referências.

Com o objetivo de atender os alunos em suas necessidades, foram selecionadas quatro charges. Isso ocorreu por meio de busca na internet e com base na identificação de processo referenciais anafóricos indiretos. Dessa forma, formou-se um *corpus* com quatro charges.

Dentre os quatro textos escolhidos, retirou-se apenas um para as atividades de leitura a serem aplicadas nas aulas seguintes. Após observação dos textos, opção foi pela charge “TEMPOS MODERNOS”, de Pataxó. As demais charges não foram aplicadas em aula e passaram a ser objetos de análises e serviram de material para o caderno pedagógico proposto para os professores de Língua Portuguesa.

Em seguida, na terceira semana de aulas, proposta pedagógica interventiva foi desenvolvida em três etapas que serão descritas a seguir.

Etapa 01 – Leitura da notícia “*Judiciário, a nova arena do retrocesso trabalhista*” de Miguel Martins e Rodrigo Martins, texto que aborda a reforma trabalhista pretendida pelo presidente Michel Temer. O texto traz informações importantes a serem acessadas pelos estudantes na compreensão e interpretação da charge na etapa III;

- O texto foi entregue individualmente para ser lido na aula, além de para debatê-lo por meio de questões elaboradas anteriormente pelo professor.

- O texto foi lido na íntegra pelos estudantes, observando as imagens de Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins. Essas observações foram feitas para que possam facilitar o reconhecimento dessas figuras na charge.

- Em sala, foi proposta uma leitura individual e posteriormente coletiva e acompanhada no datashow disponível na escola. Em seguida, veio a discussão

sobre o suporte (Revista Carta Capital) no qual o texto foi veiculado, localização do texto na seção de política e a relação dele com as charges políticas.

- Como se trata de um texto que aborda um assunto pouco familiar para os/as jovens do 9º ano, foram feitos o esclarecimento de possíveis incompreensões de vocábulos ou trechos do texto durante as aulas;

- O tempo estimado para atividade é de quatro (02) aulas de 50 minutos. Mas não foi o suficiente porque o processo de debate e compreensão do tema e de certos vocábulos se deu de forma mais lenta do que o planejado. Com a retomada da atividade no dia seguinte, acrescentaram-se mais duas (02) aulas de 50 minutos para essa etapa.

- O debate sobre o texto retomou pontos importantes, principalmente referentes aos juristas Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins Filho e as posições judiciárias assumidas por eles sobre a relação entre empregado e patrão. E como proposta, foram discutidas as questões colocadas pelo professor regente, apontou-se as possíveis respostas e se fez a avaliação daquelas dadas pelo grupo.

Nesse sentido, durante a leitura e debate das questões, houve algumas dificuldades. Dentre tais obstáculos encontrados nessa fase: a incompreensão do vocabulário, principalmente termos referentes ao campo semântico jurídico (Poder Judiciário, Supremo Tribunal Federal, Consolidação das Leis do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho, Justiça Trabalhista, terceirização, atividades-meio e atividades-fim, Recurso Extraordinário, Súmula, Conselho Nacional de Justiça), termos referentes ao Poder Legislativo (parlamentares, Câmara, Senado) e vocábulos referentes ao Poder executivo (Impeachment).

Diante disso, foi proposto o uso do dicionário para encontrarmos o significado dessas palavras no contexto em que estavam sendo empregadas. Dessa forma, os dicionários disponíveis na escola foram distribuídos e também foi liberado uso da internet para devidas consultas. Mesmo assim havia dificuldades, quando se tornou necessária a mediação docente para possíveis esclarecimentos a respeito dos significados dos respectivos vocábulos. Outra dificuldade percebida foi o não reconhecimento, não só das figuras públicas que apareciam nas imagens, mas também daquelas pessoas que eram citadas no texto e das respectivas funções judiciais (Gilmar Mendes e Luiz Fux como ministros do Supremo Tribunal Federal e Ives Gandra Martins Filho e subprocurador-geral do trabalho e depois presidente do

Tribunal superior do trabalho), legislativas (Deputado federal Eduardo Cunha e Paulo Paim) e executivas (Dilma Rousseff e Michel Temer). Possivelmente pela quantidade de questões colocadas e também pela extensão do texto, houve alguns comentários sobre o tempo dedicado a essa atividade. No entanto, conseguimos concluí-la com êxito, pois realizaram a leitura completa do texto, formalizaram por escrito as questões debatidas em sala.

Entretanto, foi possível perceber que houve a compreensão de ideias importantes para a construção do sentido textual por parte da turma, a exemplo do posicionamento de Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins a favor dos empresários. Isso se torna importante na medida em que o próprio texto aponta esses juristas como representantes do judiciário e como atalho para a reforma trabalhista. Outra compreensão que foi explicitada facilmente pela turma foi a relação entre más condições de trabalho e os empregados terceirizados que recebem salários mais baixos, pois eles sofrem mais acidente e calotes trabalhistas.

Etapa 02 - Na quarta semana do ano letivo, houve o Debate sobre o Filme “*Tempos Modernos*” de Charles Chaplin, principalmente com destaque para os direitos do trabalhador fabril naquele contexto.

- Na aula anterior, ficou combinado que assistiríamos ao filme “tempos modernos”, de Charles Chaplin. Além disso, foi solicitado que uma pessoa ficasse responsável para fazer download do filme e que o trouxesse salvo em pen drive.

- Antes de assistir ao filme, pelo professor reservou o datashow, a caixa de som e o notebook na secretaria da escola.

- Antes de assistir ao filme, o professor explicou o contexto histórico, econômico, social e cultural no qual ele foi produzido.

- Em seguida, o professor entregou as cópias das questões norteadoras para o debate.

- Para relacionar com a charge política, a ser estudada na atividade da etapa III, fez-se necessário focar principalmente nas questões trabalhistas, a exemplo do ambiente e das condições de trabalho daquele contexto.

- O tempo estimado para essa atividade foi de quatro (04) aulas de 50 minutos, pois ficaram aproximadamente duas aulas (02) para assistir ao filme e mais duas (02) aulas destinadas para debatê-lo com a turma.

- Para melhor explorar o filme de acordo com a nossa proposta de trabalho, ocorreu pausas no filme a partir dos seguintes pontos: momento em que a personagem Carlitos tem uma crise nervosa e liga a máquina da fábrica, cena em que Carlitos é preso por ser confundido com um líder comunista porque estava segurando um cartaz à frente da greve e o momento no qual ele é demitido, relacionando com os “direitos trabalhistas” pós-demissão, entre outros.

- Foi estabelecida a relação dos Tempos Modernos daquele período e os Tempos Modernos atuais, possivelmente trazidos pela charge da etapa III;

- Nessa atividade, não houve algumas dificuldades aparentes. A expectativa quanto ao interesse pelo filme foi suprida, pois todos se mantiveram atentos às cenas durante as aulas. Mesmo diante de alguns questionamentos da turma, não se pode perceber dificuldade em debater sobre o filme, mas ficou notável maior interesse pelos aspectos cômicos representados na obra. Certamente isso não impediu a compreensão dos apontamentos críticos da obra, mesmo porque houve a participação de todos os envolvidos na formalização escrita das questões debatidas em aula.

Etapa 03 – Na quinta semana de aula e última etapa da proposta de intervenção, deu-se a com base na leitura do texto chárigo “*Tempos Modernos*”, de Pataxó.

- Nas duas etapas anteriores, primeiro se debatia sobre o texto por meio de perguntas elaboradas pelo professor. Nessa etapa, primeiro a turma registrou as respostas sobre as questões postas;

- O secretário da escola ficou responsável por fazer a filmagem no momento da mediação docente.

- Nessa última etapa, as questões colocadas buscaram identificar as informações da notícia e do filme presentes na charge, visto a intertextualidades que existem entre o texto de Pataxó e os demais gêneros trabalhados nas etapas anteriores.

- Nesse momento da leitura, as questões procuraram abordar os aspectos anafóricos indiretos presentes na charge e as âncoras nas quais elas se sustentam.

- Logo, as atividades exploram as anáforas indiretas como processo referencial que permite atribuir sentido/coerência ao texto por parte a leitor no



momento em que ele recupera as informações implícitas nos elementos verbais e/ou nas imagens presentes na charge.

- Dessa forma, foi feita a identificação da crítica pretendida na charge de Pataxó, estabelecendo relação com a presença das anáforas indiretas, base teórica dessa pesquisa.

Conforme discutido na fundamentação teórica, na charge existe relação entre as formas de intertextualidade, as anáforas indiretas nela presente e o sentido pretendido pelo texto. Dessa maneira, houve a necessidade inserção do termo nas questões. Na oportunidade, houve questionamentos sobre o significado do de intertextualidade. Diante das dúvidas, tornou-se essencial a explicação sobre esse conceito durante a aula.

Nessa direção, a mediação se deu com base na charge de Renato Aroeira que dialoga com a pintura “A lição de anatomia do Dr. Tulp” (The anatomy lecture of Dr. Nicolaes Tulp), criada em 1632 por Rembrandt (1606-1669). Isso poderia ser explicado com base no próprio enunciado da questão e na imagem do filme “tempos modernos”, mas poderia influenciar na qualidade da resposta, o que só poderia acontecer posteriormente ao registro escrito.

Após explanação, essas respostas passaram por uma avaliação, comparando-as com as possíveis respostas elaboradas pelo professor. Essas análises estarão descritas a seguir.

#### 4.3 O *CORPUS*

O *corpus* desta pesquisa é formado por quatro charges que foram selecionadas a partir de buscas na internet. O critério usado para a seleção foi a presença das anáforas indiretas, conforme apresentadas e discutidas no capítulo referente à fundamentação teórica. Em geral, os textos chárgicos trazem objetos de discurso relacionados à política no Brasil. À medida que são identificadas relações de intertextualidade entre o *corpus* e outros gêneros discursivos como notícias, filme, romance ou artes plásticas, torna-se necessária a inclusão deles nas propostas pedagógicas, pois se acredita que isso amplia a capacidade de fazer inferência por parte do público alvo das atividades sugeridas com a charge.

As análises textuais e as propostas pedagógicas de leitura desenvolvidas com as charges seguem a orientação teórica adotada na nossa pesquisa: a perspectiva

sociocognitivo-discursiva de referenciação, com o foco nas anáforas indiretas. Por isso, essa sugestão surge como recurso pedagógico atraente para as atividades curriculares em Língua Portuguesa e também visam contribuir com o alargamento dos saberes na área da Linguística Textual.

#### 4.4 ANÁLISE DAS ATIVIDADES

Neste capítulo, serão apresentados os resultados da proposta pedagógica que fez parte da intervenção na realidade. Para isso, parte-se da análise qualitativa das atividades elaboradas pelo professor e realizadas com a turma participante dessa pesquisa.

Vale lembrar que a primeira atividade foi realizada a partir do texto jornalístico “Judiciário, a nova arena do retrocesso trabalhista”, de Miguel Martins e Rodrigo Martins e segunda atividade foi desenvolvida a partir do filme “tempos modernos”, de Charles Chaplin.

Essas duas etapas anteriores não serão descritas detalhadamente como a terceira atividade pedagógica porque os processos referenciais indiretos envolvidos na charge como texto verbo-imagético são o foco dessa pesquisa. Portanto, ambas foram desenvolvidas como meio para recuperar informações presentes na charge “Tempos modernos”, do chargista Pataxó, sobre o qual foi desenvolvida a atividade voltada para o estudo da referenciação. Esses textos também podem ser encontrados no caderno pedagógico, juntamente com as propostas pedagógicas II, III e IV.

Inicialmente foi feita a leitura coletiva de cada questão, seguindo a explicação docente para possíveis dúvidas e incompreensões sobre os enunciados.

Depois, foi sugerido que se registrasse por escrito o que cada um teria compreendido da questão. Esse foi um caminho encontrado para o registro das ideias que foram debatidas durante a leitura da charge.

Assim, as respostas atribuídas pelos participantes para as questões sugeridas pelo docente eram comparadas com as respostas esperadas pelo professor, destacando os aspectos relevantes de cada item. Para preservar a identidade dos envolvidos, um número foi atribuído a cada um dos 21 participantes em vez de utilizar o nome do aluno, conforme ordem de chamada.

Nessa direção, leiamos as análises seguir.

Figura 6 - Charge “TEMPOS MODERNOS”, de pataxó.



Fonte: PATAXÓ. Disponível em: <http://pataxocartoons.blogspot.com.br/2016/10/stf-x-direitos.html>. Acesso em 20/06/2017.

Figura 7 - Tela captura do filme Tempos Modernos



CHAPLIN, Charles. <https://www.google.com.br/search?q=tempos+modernos+filme&oq=tempos+modernos&aqs=chrome.1.69i57j69i59j0l4.7326j0j1&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em 01/02/2018.

01 É possível afirmar que a expressão “TEMPOS MODERNOS” mantém relação de intertextualidade com o filme “Tempos Modernos” de Charles Chaplin. Quais elementos linguísticos e imagéticos permitem essa relação intertextual?

Percebe-se que a intertextualidade da charge de Pataxó com o filme deve ser acessada desde a legenda quando se menciona linguisticamente “Tempos Modernos”. Isso certamente faz menção ao filme “tempos modernos”, protagonizado por Carlitos - Charlie Chapelin. Entretanto, a imagem da máquina, sendo ligada por Gilmar e Martins Filho, é semelhante a cena do filme reproduzida nessa atividade, na qual a caricatura de Carlitos aparece na mesma posição que Gilmar Mendes aparece na charge ligando a máquina com a ajuda de Ives Gandra Martins Filho. Além do mais, tanto na charge quanto na imagem do filme as cores são escuras. Outro elemento imagético importante para se afirmar a intertextualidade é a caricatura de Charles Chapelin jogada no lixo. A parte não verbal dessa charge aponta para um ambiente de trabalho próprio das fábricas, com máquinas funcionando, como na produção em série retratada no filme.

Respostas escritas dadas pela turma

*Aluno 01:* Sim. As maquinas, o Titulo Tempos modernos, Carlitos personagem principal do filme e as cores.

*Aluno 09:* Sim. A charge lembra filme, as máquinas as cores os personagem os direitos no charge tem relação com o filme. Há em comum o título da charge é o filme.

*Aluno 11:* Sim, no modo em que o filme retrata os direitos pois no filme eles não tem seus direitos e tem que trabalhar mais e fica muitas horas no trabalho

*Aluno 19:* Não pois mesmo que existia leis sempre das razão os empregador e não empregados hoje e parecido no entanto tem um pouco mais de e tem mais leis defendendo o empregado.

*Aluno 21:* Está explícito o título “tempos modernos. As cores escuras, a máquina, o personagem Carlitos e a posição do corpo adotado por Ives Gando martins filho.

O que se observa das respostas dadas durante as discussões e ao se observar a escrita é que todos perceberam que a charge mantém uma relação de intertextualidade com o filme. Porém, ao se mencionar os elementos linguísticos ou imagéticos que cumprem esse papel, alguns participantes não mencionam todos eles ou não aprofundavam a explicação de como esses elementos referenciavam ao filme Tempos Modernos. A percepção dos elementos que reforçam essa relação de

intertextualidade se torna fundamental porque caracterizam a anáfora indireta. A expressão “TEMPOS MODERNOS” certamente faz menção ao filme “Tempos Modernos”, protagonizado por Carlitos - Charlie Chapelin. De acordo com Cavalcante (2014), trata-se, portanto, de uma ocorrência intertextual pela presença de um texto em outro de forma ressignificada. Na charge, o título do filme passa a significar o contexto de retrocesso na seara trabalhista. É, dessa forma, um caso típico de anáfora indireta, pois a imagem da máquina ligada por Gilmar e Martins Filho, a caricatura de Gilmar Mendes em posição idêntica a posição de Carlitos no filme, as cores são escuras e a caricatura de Carlitos jogada no lixo são referentes que estão interligados na charge e já povoam o universo do discurso criado pelo texto.

02 Considerando o lapso temporal entre o tempo retratado no filme (1930) e a época da publicação da charge (2016) os tempos modernos teriam as mesmas características em termos de direitos trabalhistas? Explique possíveis semelhanças e diferenças entre ambos.

O filme representa o contexto trabalhista da industrialização na década de 30 e a charge representa o contexto trabalhista brasileiro de 2016, décadas depois da CLT e da CF/88. Ambos retratam a precariedade dos direitos do trabalhador. A diferença poderia ser apontada pelo quantitativo de legislação trabalhista presente no contexto da charge, mas que está sendo transgredida pelo judiciário.

Respostas escritas dadas pela turma

*Aluno 06:* A charge mostra que a visão é negativa, pois quando Ives Gandra e Gilmar Mendes estão ligando a máquina, ela está triturando os direitos trabalhistas, ou seja, estão destruindo os direitos dos trabalhadores.

*Aluno 08:* Houve um certo avanço em relação às leis trabalhistas, porém a charge faz uma crítica quanto a isso, gerando uma visão negativa, pois membros do poder judiciário estão ligando uma máquina denominada “Trituradora de direitos” que joga os trabalhadores e seus direitos no lixo.

*Aluno 11:* A charge mostra a trituradora de direitos quem comanda e Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins. Na lixeira está tudo o que a trituradora de direitos fez com as leis que o judiciário ia impor, outras leis melhor para o judiciário.

*Aluno 13:* Do tempo do filme até os dias atuais (2016) os direitos trabalhistas não mudaram muito, pois antigamente os trabalhadores não tinham direitos e atualmente os direitos estão sendo triturados pelo poder judiciário que está ligando a máquina.

*Aluno 21:* A charge retrata uma visão negativa relacionada a trituradora de direitos da máquina manuseada por Ives Martins e Gilmar Mendes fazendo com que houvesse um retrocesso trabalhista relacionando ao filme tempos modernos.

De forma geral, a turma reconheceu que os tempos modernos tanto no filme como na charge representa os direitos do trabalhador sendo negados e/ou prejudicados. Mesmo quando se faz afirmação apenas sobre a charge e sem referência ao filme, já mostra boa compreensão da relação feita na charge. Mas o conhecimento do contexto de publicação da charge deve ser ampliado pela presença da legislação que protege o trabalhador, a qual vem sendo contrariada pelas decisões judiciais, ou seja, quando Ives Gandra Martins e Gilmar Mendes ligam a máquina do judiciário. Nesse ponto, apenas os participantes 03, 07, 08 e 11 fizeram menção às leis trabalhistas brasileiras.

Também merece atenção a relação feita entre a máquina/ou o judiciário e trituração dos direitos trabalhistas. Essa menção foi feita pelos participantes 01, 02, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21. De certa forma, eles entendem que essa trituração de direitos representa um retrocesso atual, que já adianta as questões que tratam da Expressão “TRITURDORA DE DIEITOS”.

Por outro lado, a questão tem como objetivo direcionar para a compreensão da resignificação atribuída à expressão “TEMPOS MODERNOS” expressa na charge e que é retomada indiretamente pelos seguintes elementos: a imagem da máquina ligada por Gilmar e Martins Filho, a caricatura de Gilmar Mendes em posição idêntica a posição de Carlitos no filme, as cores são escuras e a caricatura de Carlitos jogada no lixo são referentes que estão interligados na charge e já povoam o universo do discurso criado pelo texto.

03. Diante da relação intertextual estabelecida anteriormente e da aproximação temporal dos contextos trabalhistas, década de 1930 com o tempo retratado no filme e 2016, quando foi publicada a charge, comente o sentido que “TEMPOS MODERNOS” assume nesse novo contexto.

Nessa Charge, é possível que a associação com o contexto vigente ao judiciário - STF e do TST, representados por Ives Gandra Martins e Gilmar Mendes. Mas isso se dá de forma recategorizada pela intertextualidade e complementada pelos elementos imagéticos. Nesse período, há um posicionamento claro de Gilmar

Mendes e Ives Gandra Martins contrário ao trabalhador, a exemplo da autorização do desconto salarial para os servidores que estivessem em greve, mesmo antes dela ser considerada ilegal. Por isso não se pode ignorar a intenção de crítica, pois esses tempos modernos significam um atraso ou retrocesso no contexto da Reforma Trabalhista.

#### Respostas dadas pela turma

*Aluno 06:* A expressão “Tempos modernos” na charge, faz uma crítica agressiva, aos tempos modernos e atuais, que está desfavorecendo os trabalhadores, ou seja, a visão é negativa sem contar com o retrocesso trabalhista que é representado pela reforma trabalhista.

*Aluno 07:* Tempos modernos era uma revolução industrial ao processo trabalhista por que ives ta do lado da maquina no sentido literal que trata-se trituradora de direitos e após sobre um problema mental.

*Aluno 08:* Assume uma visão de atraso no campo trabalhista, pois faz uma relação com a época do filme e dos atuais. Criando uma visão negativa desses “TEMPPPOS MODERNOS” que desfavorece o trabalhador. Nesse contexto o autor chargista faz uma crítica agressiva a reforma trabalhista, que é considerado um retrocesso na esfera trabalhista.

*Aluno 17:* O “tempos modernos” que retrata no filme as formas trabalhistas. O poder executivo e não aos trabalhos.

Os tempos modernos estão considerados atrasados no campo trabalhista, pois antes Ives e Gilmar estavam tirando direitos dos trabalhista. Antes já era ruim e hoje está pior.

*Aluno 21:* Os tempos modernos (atuais) desfavorecem os trabalhadores, por conto do STF representado por Ives Gandra martins filho e Gilmar mendes que buscam triturar os direitos dos trabalhadores fazendo com que haja um retrocesso na questão trabalhista voltam aos tempos antigos.

Logo, o objetivo dessa questão é que os participantes percebam a recategorização ocorrida com a expressão linguística “TEMPOS MODERNOS”, ou seja, o efeito de sentido gerado com a intertextualidade presente nessa expressão, complementada pelos elementos textuais como a imagem da máquina ligada por Gilmar e Martins Filho, a caricatura de Gilmar Mendes em posição idêntica a posição de Carlitos no filme, as cores são escuras e a caricatura de Carlitos jogada no lixo

são referentes que estão interligados na charge e já povoam o universo do discurso criado pelo texto.

Dentro desse padrão de resposta esperada, apenas os alunos 07 e 21 não demonstraram entendimento daquilo que foi proposto pela questão que é o atraso na ceara trabalhista e que está representado pelo chargista, mas faz referência aos juristas Ives Gandra Martins e Gilmar Mendes como mentores desse atraso ou retrocesso.

04. A parte imagética da charge remete ao ambiente de trabalho das fábricas retratado no filme “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin. Porém, ao invés de uma máquina no sentido literal, trata-se da máquina trituradora de direitos, a qual está sendo movimentada por Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins. Diante disso, quem seria a máquina trituradora de direitos?

O Poder Judiciário. A expressão nominal, “TRITURADORA DE DIREITOS”, não só contribui para a progressão textual como também complementa a visão crítica do chargista a respeito do Poder Judiciário. A função de trituradora de direitos atribuída ao STF e ao TST se relaciona com a função de uma máquina, complementada pelas palavras “LIGA”/“DESLIGA”, colocadas ao lado de uma seta, apontando essas funções e sob o comando de Ives Gandra. Logo, a máquina trituradora é o Judiciário que ao triturá-los, joga-os no lixo.

Respostas escritas dadas pela turma

*Aluno 06:* A maquina trituradora de direitos é o poder judiciário, que como mostra na notícia, onde diz que o judiciário serviu como atalho para liberar a terceirização mais rápida.

*Aluno 10:* Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins do poder judiciário que querem tirar os direitos dos trabalhadores, por isso que a maquina se chama trituradora de direitos.

*Aluno 11:* A máquina seria ligada por Gilmar mendes e ives Gandra Martins que ia triturar as leis que no ponto de vista deles essa leis não ia favorecer a eles e eles tinha que acabar com essas leis.

*Aluno 19:* O judiciário pois se o judiciário seria uma ferramenta de ives Martins e Gilmar mendes na qual estão querendo triturar os direitos já que eles fazem parte do judiciário se eles tem o controle

*Aluno 20:* O judiciário, porque são eles que estão tirando os direitos trabalhistas e jogando no lixo quando liga a máquina.



De forma geral, afirmou-se que a MÁQUINA TRITURADORA de direitos é uma atribuição do chargista ao Poder judiciário. Essa relação foi explicada principalmente a partir das caricaturas de Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins Filho ligando a máquina, a qual leva os direitos do trabalhador à destruição. É possível destacar ainda os casos nos quais faz referência ao texto jornalístico trabalhado na etapa I.

05. Juntamente com as figuras de Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins movimentando a máquina, descreva mais elementos imagéticos que comprovem o pensamento de que o Judiciário é uma máquina trituradora de direito.

Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins representam os interesses da classe empresária porque eles fazem muito esforço para ligar e movimentar a máquina trituradora de direitos. Esse movimento arrasta o ministro do STF, Gilmar Mendes, e o presidente do TST, Ives Gandra Martins, com todo peso e força que eles comportam, compreensível a partir da hachura indicando o movimento na direção de ligar e o movimento do corpo do ministro como se estivesse sendo puxado. Nesse caso, é preciso reconhecimento não só de Gilmar Mendes, ministro do STF, como defensores da CF, mas ainda da figura de Ives Gandra ligando a máquina trituradora dos direitos trabalhistas, o carrinho de lixo e a imagem de Carlitos nesse carrinho ao lado da CLT, TST, e da CONSTITUIÇÃO em formato de livro.

Respostas escritas dadas pela turma

*Aluno 2:* O lixo, nele esta a imagem da CLT, a imagem do TSt e a imagem da constituição e a imagem de Carlitos.

*Aluno 8:* A imagem do livro da CIT TST, junto com o personagem Carlitos segurando o livro da constituição brasileira sendo jogados ao lixo após a máquina ser ligada, pelos membros do judiciário O personagem Carlitos, no charge, representa o trabalhador.

*Aluno 11:* Na lixeira está tudo o que a trituradora de direitos fez com as leis, que o juduciário ia impor outras leis melhor para o judiciário.

*Aluno 19:* A lixeira porque tem a imagem da CLT, TST, Constituição e o Carlitos que representa o trabalhador.

*Aluno 20:* A imagem do lixo, imagem do Carlitos, imagem da constituição do TST e a CLT que Carlitos segura.

De forma geral a turma reconheceu o Pode Judiciário como a máquina trituradora de direitos. Essa recategorização foi identificada a partir de elementos

verbais e imagéticos, apesar da pergunta se referir apenas a parte não verbal. Dessa forma, os ministros movimentando a alavanca e a cesta de lixo como depósito para CLT, TST, constituição foram identificados como elementos imagéticos que levam a inferir indiretamente ao que foi questionado: judiciário é uma máquina trituradora de direitos.

06. A parte imagética da charge tem as figuras de Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins como representantes do Poder Judiciário. Eles estão ligando a máquina trituradora de direitos. Assim como no texto “Judiciário, a nova arena do retrocesso trabalhista”, de Miguel Martins e Rodrigo Martins, a charge aponta o judiciário como representante do retrocesso trabalhista?

As figuras de Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins como representantes do Poder Judiciário, reforçam a expressão verbal (trituradora de direitos). Esses direitos que deveriam ser protegidos pelo Judiciário, como instância maior que defende o trabalhador, garantindo a eficácia da CLT– Decreto Lei nº 5.452 de 1º de Maio de 1943, como lei Federal, abaixo apenas da Constituição Federal (CF), a qual também aparece no carrinho de lixo, juntamente com a imagem de Charlie Chaplin. Em resumo, todos jogados no lixo pela máquina trituradora, ou seja, textualmente há o contraponto entre os tempos modernos de Charlie Chaplin e o contexto da negação de Direitos Fundamentais no tempo de publicação da charge em análise para fazer a crítica de maneira humorada.

A ideia de que com o passar do tempo, surgiram leis trabalhistas para defender o trabalhador como parte hipossuficiente representa um avanço. Porém, as decisões do judiciário estão de encontro a essas leis, o que representa um retrocesso tanto na charge como na notícia trabalhada anteriormente a essa atividade.

Respostas escritas dadas pela turma

*Aluno 06:* Sim, pois eles estão tirando os direitos dos trabalhadores, ou seja, contrariando os direitos deles, assim, fazendo o retrocesso trabalhista, e podemos perceber isso na charge, quando Ives e Gilmar ligam a máquina.

*Aluno 08:* Sim. Pois eles estão retirando direitos trabalhistas ao tomar decisões contrárias ao trabalhador, o que indica um retrocesso trabalhista. Essas decisões, retiradoras de direitos, estão sendo representadas pelo fato de ligar a máquina.

*Aluno 15:* Sim. Por que indica um atraso, porque estão tirando os direitos dos trabalhadores e isso mostra na hora que eles estão ligando a máquina e fora da charge no

texto estão tomando decisões contrárias ao trabalhador.

*Aluno 20:* Sim, porque eles tão retirando os direitos que foram aprovados, na imagem quando ligar a máquina, e no texto quando toma decisões.

*Aluno 21:* O judiciário está representando um retrocesso trabalhista por triturar (retirar) os direitos dos trabalhadores lhe desfavorecendo, por conto do pedido de Michael Temer, fazendo com que haja repercussão geral. É visível perceber na charge a decisão contrária ao trabalhador, assim que eles ligam a máquina.

Na notícia, as decisões de Gilmar Mendes e as decisões de Ives Gandra Martins representam o retrocesso. Na charge, Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins ligam a máquina trituradora de direitos e isso representa o retrocesso.

07. No texto “Judiciário, a nova arena do retrocesso trabalhista”, de Miguel Martins e Rodrigo Martins, o judiciário é apresentado como atalho para a reforma trabalhista, ao invés dela ser tocada pelo Poder Legislativo (Deputados Federais e Senadores). Compare essa possibilidade com o fato de após o personagem Carlitos (Charles Chaplin) sofrer problemas mentais no trabalho passa a ligar a máquina na fábrica, função que seria de outro personagem.

Respostas escritas dadas pela turma

*Aluno 02:* Os responsáveis para ligar a máquina não era os membros do judiciário e sim o membro do legislativo.

*Aluno 04:* Os responsáveis por tomar as decisões é do Poder Legislativo, mas passaram para o Poder Judiciário, o que causou todo esse retrocesso.

*Aluno 06:* O chargista acha que é errado, pois essa função era do poder legislativo, e quem fez foi o judiciário, e podemos ver como uma “Trambicagem” para acelerar a reforma trabalhista, pois ajudava o judiciário. Podemos perceber isso no filme, quando carlitos teve problemas mentais e ligou a máquina, que não era função dele.

*Aluno 08:* Os responsáveis por tomar decisões seriam os Deputados Federais e Senadores, ou seja, do Poder Legislativo. Mas essa função passa a ser do Judiciário pelo interesse de acelerar a tramitação do processo, porém isso não está correto, não é normal pois os responsáveis em aprovar essa reforma seriam os membros do Poder Legislativo.

*Aluno 10: Jean Carlos Rosário Santos*

O chargista que fazer uma critica contra os judiciário por estavam jogando os direitos dos trabalhadores fora, chamado de retrocesso.

No filme, a função de ligar a máquina seria do personagem “forte e musculoso”, mas quando Carlitos passa a ter problemas mentais a liga indevidamente. Na notícia, as decisões de Gilmar Mendes e as decisões de Ives Gandra Martins - Poder Judiciário - assumem a função que seria típica do Poder Legislativo, através da aprovação de leis. Possivelmente, na concepção da chargista, isso prejudica o andamento da máquina pública.

Essa questão se relaciona diretamente com a identificação de informações presentes no filme “Tempos Modernos” , o texto “Judiciário, a nova arena do retrocesso trabalhista”, de Miguel Martins e Rodrigo Martins. Busca-se, pois, a relação de sentido entre o comportamento de Carlitos no filme Tempos Modernos e o comportamento dos juristas Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins do Poder Judiciário.

Alguns participantes apenas comentaram que as decisões do judiciário não condiziam com a sua função, mas a maioria percebeu que o poder judiciário é criticado por exercer uma função que seria típica do legislativo, possivelmente com intenções claras de favorecer os patrões.

Nesse sentido, Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) defendem que o trabalho com os processos referenciais na sala de aula não deve se restringir apenas a sua identificação, mas a busca do entendimento do efeito de sentido que eles provocam no texto.

08. O texto chágico mantém forte ligação com os fatos contemporâneos a sua publicação. Nesse texto de Pataxó, quais são os acontecimentos de 2016 que são alvos da crítica de Pataxó?

Respostas escritas dadas pela turma

*Aluno 02: Antônio Manoel Nogueira Carvalho*

A Reforma Trabalhista, por que Michel Temer escora-se em Ives Gandra e Gilmar Mendes para apoiar a Reforma.

*Aluno 03: Ayro Kauan Cardoso Carregosa*

A reforma trabalhista pretendida por Michel Temer, sendo guiada pelo judiciário, e Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins sendo os representantes não a favor dos trabalhadores.

*Aluno 10: Jean Carlos Rosário Santos*

A reforma trabalhista representada por Michel Temer e apoiada pelo Judiciário.

*Aluno 13: Kennaury Santos Nascimento*

Os alvos da critica e o poder judiciário que está representado por ives Gandra e Gilmar

Mendes.

*Aluno 14: Kleiton Alexandre Santana Oliveira*

O poder Judiciário é o alvo da crítica, ou seja, Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins

A reforma trabalhista pretendida por Michel Temer e apoiada pelo Poder Judiciário. Nesse caso, é preciso recuperar também as posições de Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins contra o trabalhador, ou seja, as decisões do judiciário em desfavor da classe trabalhadora.

Nessa perspectiva de recuperação dos fatos que se relacionam intertextualmente com a charge, o grupo participante citou a reforma trabalhista pretendida por Michel Temer e apoiada pelo Poder Judiciário. Apenas os participantes 13 e 14 se referiram apenas à crítica feita ao judiciário, mas sem mencionar a sua relação com a reforma trabalhista.

Esse tipo de recuperação envolve a intertextualidade ampla defendida por Cavalcante, Brito e Zavam (2017). Percebe-se também que o texto “Judiciário: a nova arena do retrocesso trabalhista” favoreceu a identificação dos acontecimentos, principalmente quando os ministros (Ives Gandra Martins e Gilmar Mendes) são citados na questão.

09. O texto chargístico não só mantém forte ligação com os fatos contemporâneos a sua publicação, como também estabelece uma crítica de forma bem humorada a esses fatos. Qual a crítica estabelecida pelo chargista Pataxó?

Respostas escritas dadas pela turma

*Aluno 08: Isys Fraga Batista Andrade*

O chargista critica de forma agressiva a reforma Trabalhista, apoiada pelo judiciário, com “trituidora de direitos”, retirando direitos, sendo contraditório ao trabalhador e a garantia dos seus direitos. Além disso mostra dois membros do judiciário (que seriam os trituradores de direitos) ligando a máquina, mostrando uma intromissão deles no processo, já que a reforma deveria ser aprovada e discutida pelo poder Legislativo. Ainda trata a reforma como um retrocesso, através da relação do título “Tempos modernos” com a época do filme, mostrando um atraso.

*Aluno 09:* A reforma trabalhista já que Ives Martins e Gilmar Mendes representa o judiciário e eles fica com o controle de tudo e ficou encima de tudo com isso aproveitou.

*Aluno 10:* A critica é a reforma trabalhista querendo tirar os direitos dos trabalhadores.

*Aluno 12:* A Reforma trabalhista já que Ives Martins e Gilmar mendes que representava

o judiciário se aproveitou da reforma para ter o controle dos direitos trabalhistas.

*Aluno 21:* A crítica explícita na charge é a reforma trabalhista pretendida pelo presidente pelo presidente Michel Temer que busco com a ajuda do Judiciário agilizar esse processo, através de Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins, triturar os direitos dos trabalhadores (tst, clt e a constituição) para beneficiar a classe empresária.

As decisões de Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins na seara trabalhista são criticadas ao mostrar que os tempos modernos de Charles Chaplin continuam o para os ministros do STF e do TST – **tempos de retrocesso**. Certamente a máquina da linha de montagem existe não só nos tempos de Charlie Chapelin, mas também nos dias de hoje, como máquina trituradora dos direitos do trabalhador que estão positivados na CF/88 e na CLT.

Diante disso, nota-se que a turma percebeu a crítica estabelecida pela charge porque fez menção direta aos direitos trabalhistas que estão sendo retirados por meio das decisões do judiciário ou fez a citação da reforma trabalhista que pretende retirar esses direitos por meio da aprovação de novas leis trabalhistas. Somente os participantes 09, 12 e 17 não relacionaram diretamente essas decisões que retiram direitos ou essa reforma trabalhista com o retrocesso que representam para os trabalhadores. Nesse sentido, os três mencionaram o controle que o judiciário tem sobre a possível reforma.

Conforme embasamento teórico aqui proposto, a partir dos elementos verbais e imagéticos se identificam processos referenciais como as anáforas indiretas, que colaboram para atribuírem sentido ao texto chágico, o qual será alcançado plenamente pelo alcance da crítica estabelecida na charge.

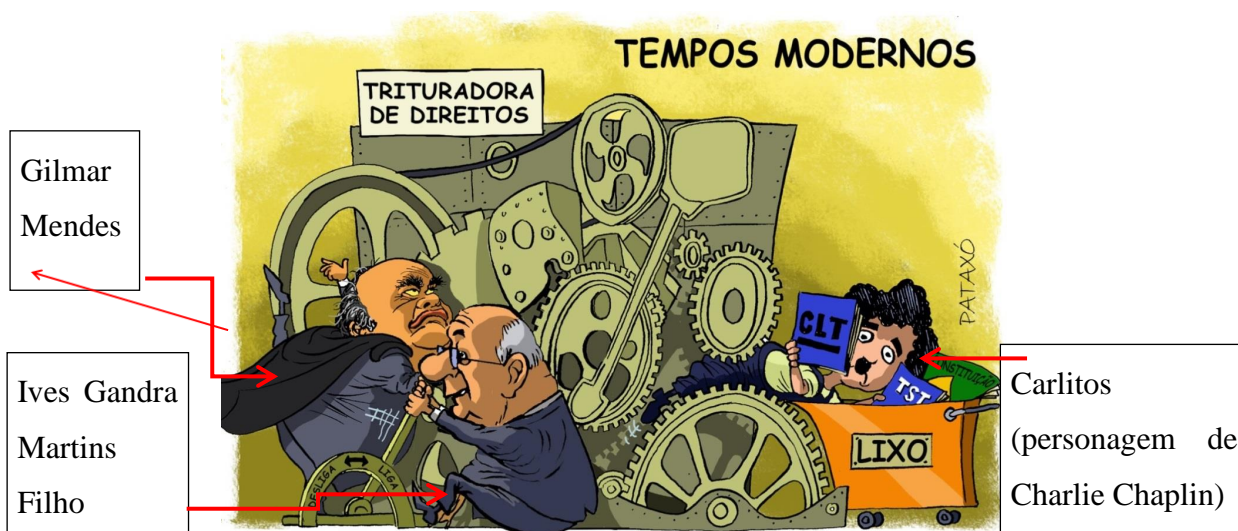
#### 4.5 AS ANÁLISES DO CORPUS

A proposta de leitura e interpretação de charges sob o enfoque sociocognitivo discursivo de referenciação pode trazer contribuições para o trabalho do professor na sala de aula. O entendimento dos processos referenciais ancorados em diferentes modos de significação do texto tem relação direta com o sentido negociado pelos participantes da interação, principalmente quando envolve relações inferenciais. Na busca de ampliar essa compreensão, as análises feitas a seguir

visam demonstrar a aplicação da teoria no *corpus* selecionado para essa pesquisa, contribuindo com o conhecimento no campo da Linguística textual e consequentemente, contribui com o trabalho docente voltado para melhoria da competência leitora do alunado.

#### 4.5.1 Análise do texto da proposta pedagógica I

Figura 8 - Charge de Pataxó



PATAXÓ. In: <http://pataxocartoons.blogspot.com.br/2016/10/stf-x-direitos.html>. Acesso em 20/06/2017.

Essa charge foi veiculada na internet em 30/10/2016. Certamente se remete ao contexto vigente (Tempos Modernos) do STF e do TST de forma recategorizada pela intertextualidade. Por isso não se pode ignorar a intenção de crítica, pois esses tempos modernos é o contexto da justiça do país na figura da Cortes Supremas nos últimos dias do mês de outubro de 2016, exclusivamente no contexto trabalhista. Nesse período, há um posicionamento claro de Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins contrário ao trabalhador, a exemplo da autorização do desconto salarial para os servidores que estivessem em greve, mesmo antes de ela ser considerada ilegal pela justiça.

Vejamos uma notícia veiculada em 16 de novembro de 2016, produzida pelo jornalista Miguel Martins e Rodrigo Martins para a Revista Carta Capital.

### Texto 03 – Judiciário, a nova arena do retrocesso trabalhista

#### Judiciário, a nova arena do retrocesso trabalhista

por Miguel Martins e Rodrigo Martins — publicado 16/11/2016 05h27

*Michel Temer escora-se em Ives Gandra Martins Filho e Gilmar Mendes para atropelar direitos dos trabalhadores nos tribunais*

Aventada como prioridade após o *impeachment* de Dilma Rousseff, a reforma trabalhista pretendida pelo governo de Michel Temer foi adiada para 2017. Longe de recuar perante a pressão do movimento sindical, o peemedebista confia no Judiciário como atalho para liberar as terceirizações e estabelecer a prevalência de acordos coletivos sobre a Consolidação das Leis do Trabalho, pilares de sua “readequação trabalhista”. “Ela já está sendo feita de alguma maneira pelos próprios tribunais”, disse recentemente.

Marcada para a quarta-feira 9, a principal batalha jurídica que poderia selar o destino dos trabalhadores também foi adiada. O Supremo Tribunal Federal havia previsto o julgamento de um recurso que poderia abrir as portas para a terceirização irrestrita, mas não houve tempo hábil para apreciar a matéria.

A depender dos esforços nos meios político e empresarial para acelerar a mudança, o recurso não deve demorar a entrar na pauta. O próprio presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra Martins Filho, tem pedido agilidade para atender às propostas defendidas pelo governo.

“Será que as reclamações de empresários e parlamentares contra a legislação e a Justiça Trabalhista não têm algum fundamento?”, indagou, em entrevista a *CartaCapital*, sem esconder a simpatia pelas demandas patronais.

À frente da Corte máxima do Trabalho desde fevereiro, Martins Filho tornou-se um dos maiores entusiastas de mudanças na legislação. Ele, inclusive, foi alvo de protestos de procuradores e magistrados do Trabalho após declarar que “a Justiça Trabalhista precisa ser menos paternalista” em relação aos trabalhadores.

Com base na trajetória de Martins Filho, a postura não surpreende. Há 23 anos, o então subprocurador-geral do Trabalho atuou para liberar as terceirizações de atividades acessórias, entre elas serviços de limpeza e telefonia. Hoje, os subcontratados representam quase um terço dos 39 milhões de empregados formais do País.

Trata-se de uma parcela precarizada da força de trabalho nativa. Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os terceirizados recebem salários 24,7% menores e permanecem no emprego pela metade



do tempo, além de ter jornadas de trabalho mais longas.

Há tempos, o movimento sindical reivindica uma regulamentação para melhorar a situação dos trabalhadores que atuam sob essa modalidade, mas os esforços do Legislativo e do Judiciário acenam para a terceirização sem limites, incluindo os que operam no ramo principal das empresas, as atividades-fim.



O presidente do TST demonstra simpatia pelas demandas patronais (Foto: Gláucio Dettmar/Agência CNJ)

Em 2015, Eduardo Cunha, então presidente da Câmara, conseguiu emplacar a terceirização de todas as atividades econômicas. No Senado, o projeto, sob relatoria do senador Paulo Paim, do PT, tramita de forma mais lenta. Em audiências públicas, a subcontratação nas atividades-fim tem sido rechaçada por sindicalistas, procuradores e juízes do Trabalho, que alertam para o maior risco de acidentes laborais e calotes trabalhistas.

Germano Silveira de Siqueira, presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), lamenta que o relator do caso no STF, o ministro Luiz Fux, não tenha permitido a participação da entidade no julgamento. “O número de acidentes é assustadoramente maior entre os terceirizados”, diz. “Não faz muito tempo, julguei o caso de um terceirizado eletrocutado. Ele não recebeu treinamento adequado e não estava com equipamento de proteção. Teve o corpo queimado, perdeu a genitália, ficou com os membros superiores incapacitados.”

Ângelo Fabiano Farias da Costa, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do

Trabalho (ANPT), alerta ainda para o grande número de processos por calotes trabalhistas. “Atuei em diversos casos envolvendo prestadores de serviços do governo federal. Eles atuavam por determinado tempo e depois sumiam do mapa, deixando centenas de empregados sem receber.”

Diante do vaivém legislativo, o Judiciário passou a ser visto como atalho. O STF analisará em breve o Recurso Extraordinário 958.252, contrário à Súmula 331, do TST, que obriga o tomador de serviço a assumir os encargos trabalhistas, caso a empresa subcontratada não cumpra com o contrato com os empregados. A ação foi ajuizada pela Celulose Nipo-Brasileira (Cenibra) contra um acórdão do TST que usou a súmula para condená-la por “transferência fraudulenta e ilegal” de suas atividades-fim.

Distribuído para Fux em 2014, o ministro incluiu a análise do recurso na pauta da Corte em 24 de agosto deste ano, poucos dias antes do *impeachment* de Dilma. Caso o Supremo vote a favor do recurso da Cenibra, o resultado terá repercussão geral, ou seja, valerá para todos os casos semelhantes na Justiça Trabalhista.

A judicialização da reforma trabalhista não se encerra na questão. Um dos temas prestes a entrar na pauta é a prevalência de negociações coletivas sobre o disposto na CLT. Em outubro, Gilmar Mendes, do STF, concedeu liminar para suspender um entendimento do TST, segundo o qual os acordos seguem válidos, caso não haja um novo acerto entre patrões e empregados.

No fim de outubro, o Supremo autorizou o corte de ponto de funcionários públicos grevistas, antes mesmo de a Justiça considerar a paralisação ilegal. Ao contrário dos trabalhadores da iniciativa privada, os servidores não têm data-base fixada para reajustes, o que desestimula o Estado a abrir negociações.

“Após o *impeachment*, abriu-se a caixa de Pandora para o mundo do trabalho”, lamenta o sociólogo Ruy Braga, da Universidade de São Paulo. “Se a Súmula 331 cair, em poucos anos os terceirizados podem tornar-se a maioria.”



Para Mendes, o TST parece um tribunal soviético (Foto: Roberto Jayme/TSE)

Hoje fundamental para impedir a expansão irrestrita dos terceirizados, a Súmula 331 representou um retrocesso quando foi elaborada, lembra a pesquisadora da Unicamp Magda Biavaschi, desembargadora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Em um artigo acadêmico, ela destrincha a história por trás da flexibilização da legislação em 1993.

À época, os magistrados seguiam o Enunciado 256 do TST, a autorizar subcontratações apenas em caso de trabalho temporário ou serviços de vigilância. Então subprocurador-geral do Trabalho, Ives Gandra Martins Filho recebeu uma denúncia sobre a subcontratação irregular de digitadores pelo Banco do Brasil.

Foi assinado um termo de compromisso com o banco, para que fosse aberto um concurso público para as áreas de limpeza, telefonia e outros, mas a instituição alegou não ter tempo hábil para organizar o processo e ameaçou demitir os terceirizados.

Martins Filho apresentou ao TST uma proposta substitutiva. Surgiu então a Súmula 331, a autorizar as terceirizações de todas as atividades-meio, ou seja, que não constituem a atuação principal das empresas. “Houve um enorme crescimento das terceirizações a partir do governo FHC”, lembra Biavaschi.

O presidente do TST reconhece o protagonismo nessa flexibilização. “À época, o tribunal curvou-se à realidade”, diz. Martins Filho defende um novo marco regulatório das

terceirizações. “Há disparidade de entendimentos. Considero os call centers, por exemplo, como uma atividade-meio de qualquer outro ramo, mas sou voto vencido”. O ministro reconhece que o ideal seria uma reforma tocada pelo Legislativo, mas não vê problemas de o Judiciário encampá-la. “Vamos acolher a decisão do Supremo.”

Causam assombro, no entanto, as flechadas do ministro contra os colegas da Justiça do Trabalho. Em recente entrevista, Martins Filho acusou-os de entregar de “mão beijada” indenizações a trabalhadores. Seu “amigo pessoal” Gilmar Mendes, como ele próprio define, afirmou que o TST é “formado por pessoas que poderiam integrar até um tribunal da antiga União Soviética”.

“É um deboche intolerável”, critica Siqueira, da Anamatra. “Se há um caso concreto de indenização indevida, eles poderiam apresentar uma denúncia à Corregedoria ou ao Conselho Nacional de Justiça, e não desqualificar a atuação dos juízes do Trabalho.”

Fonte: MARTINS, Miguel. MARTINS, Rodrigo. <https://www.cartacapital.com.br/revista/927/judiciario-a-nova-arena-do-retrocesso-trabalhista>. Acesso em 28/07/2017.

Nesse texto, é possível a identificação dos personagens alvos de crítica na charge de Pataxó: O ministro do STF, Gilmar Mendes, e o presidente do TST, Ives Gandra da Silva Martins Filho. Por meio de citações dos discursos desses dois representantes maiores do Poder Judiciário, os jornalistas Miguel Martins e Rodrigo Martins mostram que os juristas têm uma posição favorável aos interesses da classe empresarial em detrimento da classe trabalhadora.

No caso do presidente do TST, Ives Gandra da Silva Martins Filho, argumenta que “a Justiça Trabalhista precisa ser menos paternalista” com os trabalhadores. Logo, a Justiça do Trabalho, quando protege mais o trabalhador do que o empregador, faz com que a balança da justiça pese mais para um do que para o outro. Acrescente-se a isso o comentário feito por Gilmar Mendes sobre a Justiça Trabalhista: a jurisprudência adotada pelo TST protege exageradamente o trabalhador e tem má vontade com os empresários.

Tanto no discurso de Gilmar Mendes como na posição assumida por Ives Gandra, há uma tendência a defender os interesses dos empresários. Sabe-se que, na legislação brasileira, o trabalhador é considerado como a parte hipossuficiente da relação trabalhista. Com isso, não só a Constituição Federal (CF), mas também a

Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) devem garantir os direitos dos trabalhadores brasileiros. Portanto, as autoridades de maior respaldo para isso seriam os ministros do TST e os ministros do STF.

Entretanto, existe um discurso de Gilmar Mendes e Ives Gandra na direção contrária. Certamente porque se afina com as possíveis “queixas” dos empresários e parlamentares de que a Justiça do trabalho “superprotege” os trabalhadores. Ao que tudo indica, acorda com o discurso localizado em um contexto maior de Reforma Trabalhista defendida pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo. Nesse ponto, Cavalcante, Faria e Carvalho compreendem como uma relação intertextual ampla porque a charge se relaciona não só com as ideias desse texto, mas com diversos textos com essa temática particular: reforma trabalhista.

Além dessa marcação associada a um conjunto de textos, pode-se pensar a relação do filme “Tempos Modernos” com a charge de Pataxó, esse diálogo pode ser acessado logo na legenda da charge quando menciona a expressão “TEMPOS MODERNOS”. Isso porque faz menção ao filme, protagonizado por Charlie Chapelin. Com isso, é possível que a alusão ao contexto vigente do STF e do TST se dê de forma recategorizada pela intertextualidade. Nas palavras de Cavalcante, Faria e Carvalho seria um caso de intertextualidade restrita, dada a copresença de um texto em outro.

Por isso, não se pode ignorar a intenção de crítica, pois esses tempos modernos é uma reflexão sobre o contexto da justiça do país na figura da Corte Suprema nos últimos dias do mês de outubro de 2016, exclusivamente no contexto trabalhista. Nesse período, foi decidido, inclusive, pelo desconto salarial para os servidores que estivessem em greve mesmo antes dela ser decretada ilegal, decisões a favor da terceirização entre outras. A recontextualização temporária dos tempos modernos de Charlie Chapelin para o período da decisão permite reconhecer uma intenção de crítica sobre a adoção da medida pelos ministros Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins.

A outra expressão nominal que funciona como anáfora indireta, a expressão referencial “TRITURADORA DE DIREITOS”, não só promove a progressão textual da charge porque tem judiciário como referente, como também complementa a visão crítica contra essa Corte. A função de trituradora de direitos atribuída ao judiciário se relaciona com a função de uma máquina, complementada pelas palavras “LIGA”/“DESLIGA”, colocadas ao lado de uma seta apontando essas duas funções e sob o comando de Ives Gandra e Gilmar Mendes. Essa pessoa possivelmente representa interesse da classe empresária ao fazer muito esforço para ligar e movimentar a máquina trituradora de direitos através de decisões que ganham repercussão geral, ou seja, passam a valer para todos os casos semelhantes. Esse movimento arrasta o ministro do STF, Gilmar Mendes, e todo peso que ele comporta, compreensível a partir da hachura indicando o movimento na direção de ligar e o movimento do corpo do ministro como se estivesse sendo puxado. A perna levantada e a posição do tronco do ministro também estão na mesma posição da perna e do tronco de Carlitos (Charles Chaplin) ao ligar a máquina no filme. Ele faz isso logo após ter uma crise nervosa, pois não era essa a sua função no trabalho. Nesse caso, é preciso reconhecimento não só de Gilmar Mendes, ministro do STF, como representante da CF, mas ainda da figura de Ives Gandra ligando a máquina trituradora dos direitos trabalhistas.

Além das personagens fazendo parte do imagético, a parte não verbal dessa charge aponta para um ambiente de trabalho próprio das fábricas, com máquinas funcionando, como nas produções em série. Certamente a máquina é a trituradora dos direitos do trabalhador que poderia fazer parte desse ambiente nos dias de hoje. Assim, reforça a expressão verbal (trituradora de direitos) e esses direitos que deveriam ser protegidos pela Justiça do Trabalho na figura do TST e do STF, como instâncias maiores do judiciário que defenderia o trabalhador, garantindo a eficácia da CLT e da Constituição Federal (CF), as quais aparecem no carrinho de lixo, juntamente com a imagem de Carlitos (Charlie Chapelin). Em resumo, foram todos jogados no lixo pela máquina trituradora, ou seja, textualmente há o contraponto entre os tempos modernos de Charlie Chaplin e o contexto da negação de direitos fundamentais no tempo de publicação da charge em análise para fazer a crítica de maneira humorada.

Diante das exposições, percebe-se três ocorrências de anáforas indiretas nessa charge: a intertextualidade ampla - estabelecida com um conjunto de texto - ancoradas pelos conhecimentos de mundo organizados e mobilizados em um contexto cultural e histórico para os dias finais de outubro de 2016 e a expressão referencial “TRITURADORA DE DIREITOS” que estabelece intertextualidade restrita – conversa com um texto específico, ou seja, o filme “Tempos Modernos”. A terceira ocorrência é a expressão referencial “TRITURADORA DE DIREITOS” já aparece no texto por meio da recategorização do objeto de discurso “Poder Judiciário” e que encontra apoio em diversos elementos imagéticos e verbais da charge.

Nessa perspectiva, a relação sociocognitiva discursiva de re/construção do referente se estabelece plenamente com a colaboração entre quem lê e quem materializou textualmente esse referente. Para isso, os conhecimentos de mundo são retrabalhados com o apoio não só por meio de expressões linguísticas do texto, mas também por meio das imagens representativas das pessoas, objetos e do ambiente de trabalho.

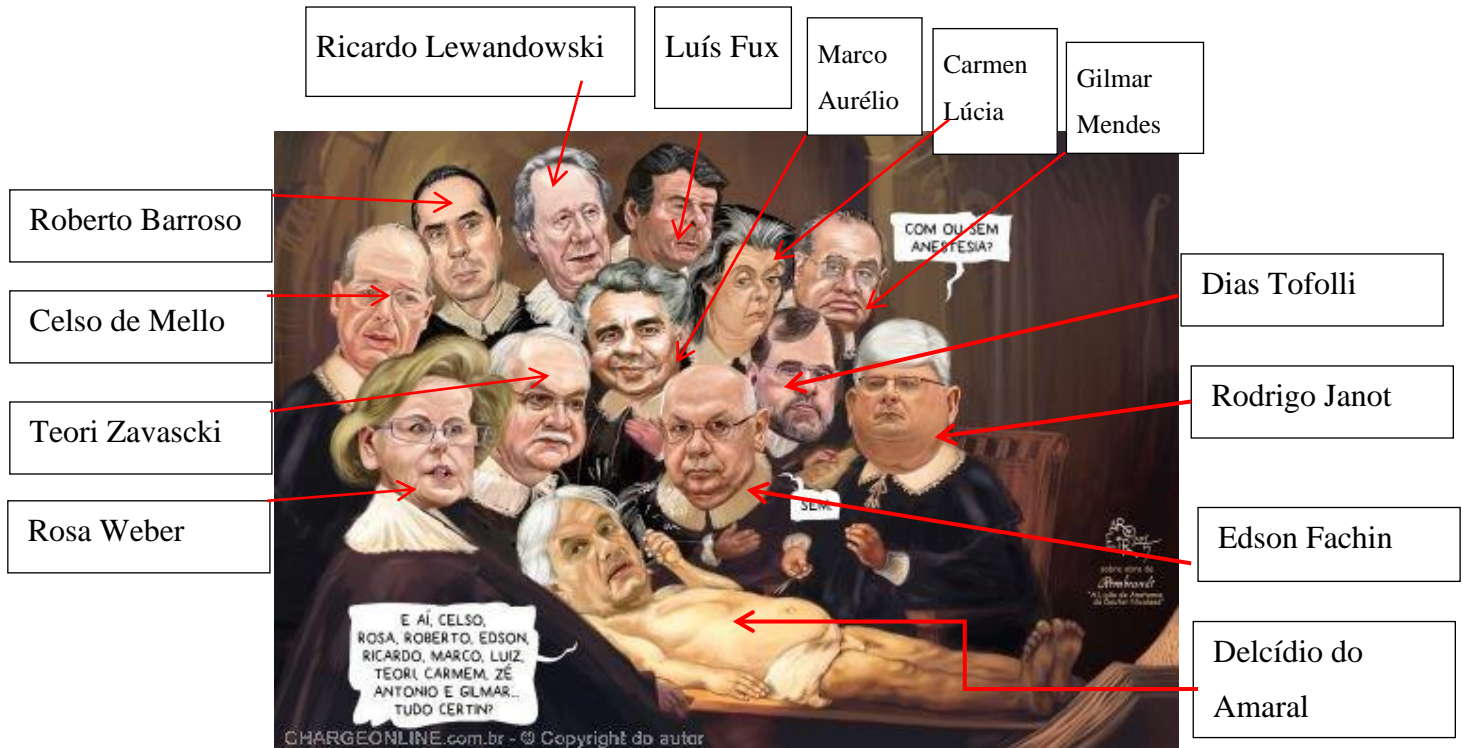
A colaboração entre verbal e imagético, preconizada por Bernardino Silva (2014) e Custódio Filho (2009), explicita-se na relação entre “TEMPOS MODERNOS”, a imagem de Charlie Chapelin, a imagem da máquina e entre a expressão “TRITURADORA DE DIREITO”, a caricatura de Gilmar Mendes, Ives Gandra Martins, a figura do carrinho de lixo com a Constituição e Carlitos segurando a CLT.

A proposta dessa charge é fazer uma crítica à posição do STF e do TST devido decisões efetuadas na seara trabalhista pelo ministro Gilmar Mendes e Martins Filho. Para isso, as âncoras ou pistas mentais para a construção do objeto do discurso pelo leitor são ativadas tanto pelas expressões referenciais - TEMPOS MODERNOS - e -TRITURADORA DE DIREITOS - por elementos imagéticos como também com um grupo difuso de textos que veiculam o meio jornalístico.



#### 4.5.2 Análise do texto da proposta pedagógica II

Figura 9 - Charge de Renato Aroeira

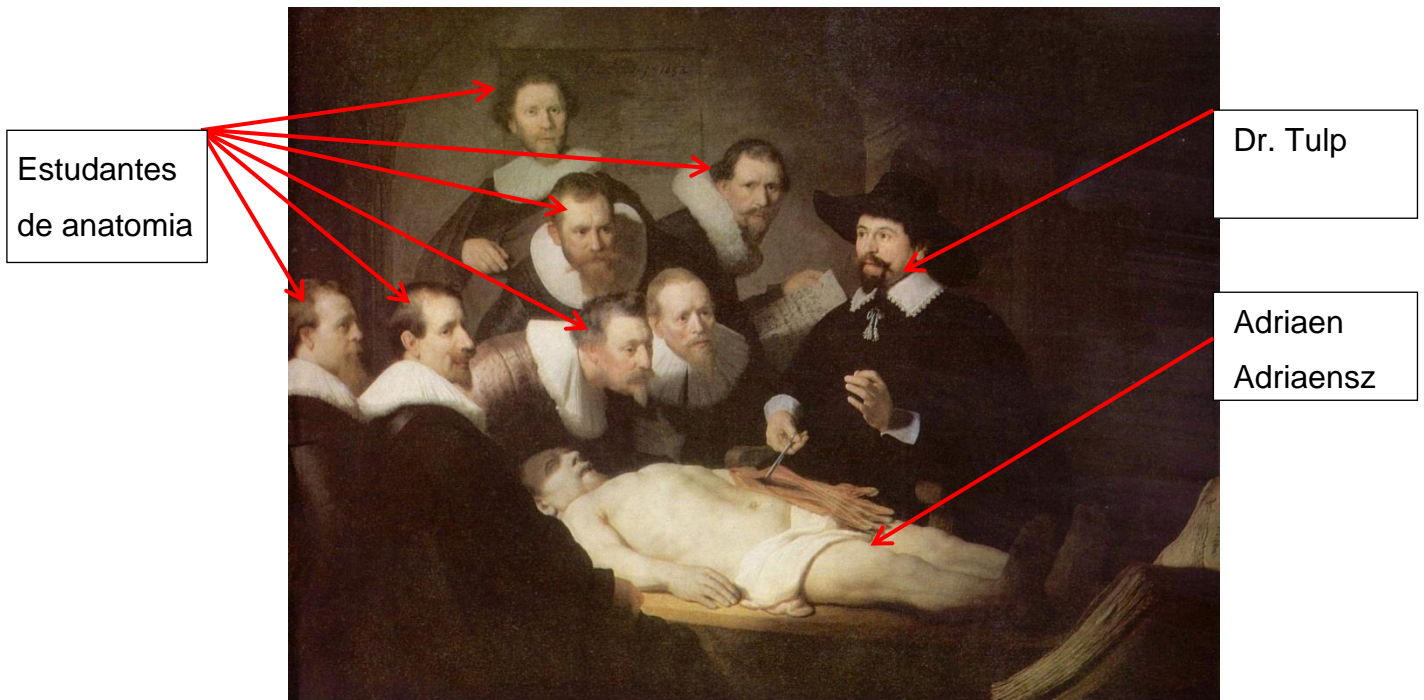


AROEIRA, Renato. In: <http://www.tribunadainternet.com.br/nota-liberada-por-delcidio-amaral-nao-desmente-a-istoe/>. Acesso em 20/06/2017

Essa charge de Aroeira é uma paródia da obra renascentista “A lição de anatomia do Dr. Tulp” (The anatomy lecture of Dr. Nicolaes Tulp), criada em 1632 por Rembrandt (1606-1669), considerado o mais importante artista holandês da época. Assim como na charge de Pataxó analisada anteriormente, nessa charge a relação intertextual acontece entre textos compostos de imagem e texto verbal, o que converge para o pensamento de Cavalcante, Faria e Carvalho (2017) de que esse fenômeno se verifica em diversos recursos semióticos. Em conformidade com esse pensamento, existem possibilidades dessas relações intertextuais a partir de elementos linguísticos, imagéticos, melódicos entre outros. E se existe intertextualidade restrita, há um processo anafórico indireto envolvido na associação que a charge estabelece com “A lição de anatomia do Dr. Tulp”. Por isso, é importante a observação da imagem a seguir:



Figura 10 - Pintura de Rembrandt



Fonte: Disponível em: <<http://mol-tagge.blogspot.com.br/2009/05/encontro-entre-arte-medicina-e-morte-ou.html>>. Acesso em 28/07/2017.

Nessa criação artística do século XVII, estão presentes o Dr. Tulp ministrando sua aula de anatomia e sete estudantes aparentemente atentos à aula ministrada por ele. O cadáver a ser dissecado era Adriaen Adriaensz, ladrão morto por enforcamento. Afirma-se que a dissecação era realizada por algum membro das universidades e permissão para o procedimento acontecia em cadáveres de pessoas criminosas com objetivos educativos.

A charge foi veiculada em 03 de março de 2016, no site Tribuna da internet. O fato contemporâneo que deu origem a sua produção foi o acordo de delação premiada de Delcídio do Amaral com STF, por conta das investigações sobre a Operação Lava Jato. Os fragmentos a seguir contribuirão para a recuperação dos fatos noticiados nesse período e que deram origem a essa charge. O texto foi publicado na versão digital da revista Istoé, pela jornalista Débora Bergamasco, em 03 de março de 2016, mesma data que foi veiculada a charge no site Tribuna da internet.

## Texto 04 – A delação de Delcídio

### A delação de Delcídio

#### **Revelações do senador à força-tarefa da Lava Jato, obtidas por ISTOÉ, complicam de vez a situação da presidente Dilma e comprometem Lula**

[...]

Pouco antes de deixar a prisão, no dia 19 de fevereiro, o senador Delcídio do Amaral (PT-MS) fez um acordo de delação premiada com a força-tarefa da Lava Jato. ISTOÉ teve acesso às revelações feitas pelo senador. Ocupam cerca de 400 páginas e formam o mais explosivo relato até agora revelado sobre o maior esquema de corrupção no Brasil – e outros escândalos que abalaram a República, como o mensalão.



Com extraordinária riqueza de detalhes, o senador descreveu a ação decisiva da presidente Dilma Rousseff para manter na estatal os diretores comprometidos com o esquema do Petrolão e demonstrou que, do Palácio do Planalto, a presidente usou seu poder para evitar a punição de corruptos e corruptores, nomeando para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) um ministro que se comprometeu a votar pela soltura de empreiteiros já denunciados pela Lava Jato.

O senador Delcídio também afirmou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha pleno conhecimento do propinoduto instalado na Petrobras e agiu direta e pessoalmente

para barrar as investigações – inclusive sendo o mandante do pagamento de dinheiro para tentar comprar o silêncio de testemunhas. O relato de Delcídio é devastador e complica de vez Dilma e Lula, pois se trata de uma narrativa de quem não só testemunhou e esteve presente nas reuniões em que decisões nada republicanas foram tomadas, como participou ativamente de ilegalidades ali combinadas – a mando de Dilma e Lula, segundo ele.

Nos próximos dias, o ministro Teori Zavascki decidirá se homologa ou não a delação. O acordo só não foi sacramentado até agora por conta de uma cláusula de confidencialidade de seis meses exigida por Delcídio. Apesar de avalizada por procuradores da Lava Jato, a condição imposta pelo petista não foi aceita por Zavascki, que devolveu o processo à Procuradoria-Geral da República e concedeu um prazo até a próxima semana para exclusão da exigência. Para o senador, os seis meses eram o tempo necessário para ele conseguir escapar de um processo de cassação no Conselho de Ética do Senado. Agora, seus planos parecem comprometidos.

As preocupações de Delcídio fazem sentido. Sobretudo porque suas revelações implicaram colegas de Senado, deputados, até da oposição, e têm potencial para apressar o processo de impeachment de Dilma no Congresso. O que ele revelou sobre a presidente é gravíssimo. Segundo Delcídio, Dilma tentou por três ocasiões interferir na Lava Jato, com a ajuda do ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. “É indiscutível e inegável a movimentação sistemática do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo e da própria presidente Dilma Rousseff no sentido de promover a soltura de réus presos na operação”, afirmou Delcídio na delação.

A terceira investida da presidente contou com o envolvimento pessoal do senador petista. No primeiro anexo da delação, Delcídio disse que, diante do fracasso das duas manobras anteriores, uma das quais a famosa reunião em Portugal com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, “a solução” passava pela nomeação do desembargador Marcelo Navarro para o STJ. “Tal nomeação seria relevante para o governo”, pois o nomeado cuidaria dos “habeas corpus e recursos da Lava Jato no STJ”. Na semana da definição da estratégia, Delcídio contou que esteve com Dilma no Palácio da Alvorada para uma conversa privada.

[...]

Fonte: BERGAMASCO, Débora. IN: [http://istoe.com.br/447783\\_A+DELACAO+DE+DELCIDIO/](http://istoe.com.br/447783_A+DELACAO+DE+DELCIDIO/). Acesso em 28/07/2017.

No título “A delação de Delcídio” já é possível defender que o texto trata do caso Delcídio do Amaral. É possível, também, a defesa de que a relação de intertextualidade dessa notícia com a charge se estabelece porque ambas trazem a

temática do acordo da delação premiada do senador Delcídio (PT-MS) para a força-tarefa da Lava Jato. Além disso, percebe-se a relação temporal contemporânea entre a publicação da notícia e de publicação da charge na internet.

Na charge, percebe-se que aparecem os 11 ministros do STF atuantes à época da publicação desse texto verbo-imagético. Os ministros aparecem na seguinte ordem no último quadrinho:

1. (Ministro Celso de Melo)
2. (Ministra Rosa Weber)
3. (Ministro Roberto barroso)
4. (Ministro Edson Fachin)
5. (Ministro Ricardo Lewandowski)
6. (Ministro Marco Aurélio)
7. (Ministro Luiz Fux)
8. (Ministro Teori Zavascki)
9. (Ministra Carmen Lúcia)
10. (José Antônio Dias Toffoli (Ministro Dias Toffoli))
11. (Ministro Gilmar Mendes)

Os ministros supramencionados aparecem imageticamente como responsáveis por uma cirurgia. Com isso não se tem uma dissecação própria do quadro de Rembrandt. É preciso observar que se mostram atentos ao momento e ao “paciente” Delcídio do Amaral, como se estivessem se preparando para o procedimento. O que explica uma personagem que está sentado em uma cadeira própria do ambiente cirúrgico. Trata-se de Rodrigo Janot, pessoa destacada na cena, posição corporal, toga com modelo e cores semelhantes ao Dr. Tulp da pintura de Rembrandt. Janot foi o delator de Delcídio no caso da Lava Jato, nessa situação passa a ser o chefe da “junta médica” na operação. É ele quem dá início à interação verbal. A presença dos 11 alunos comandados por ele, os ministros do STF, também alude aos alunos do Dr. tanto na expressão atenta, quanto nas cores e formato das togas usadas por eles. A caricatura de Delcídio do Amaral aparece diferente do cadáver apenas na posição da cabeça e da mão esquerda. Isso pode

levar a inferir que ele tenta se livrar da ação de Janot, pois o Dr. Tulp começou justamente pela mão esquerda. Diante disso, a relação inferencial possibilita compreender que a imagem faz alusão à Operação Lava Jato.

Após reconhecer as figuras, percebe-se que a equipe está praticamente pronta para seguir a cirurgia. É só observarmos que Delcídio do Amaral está na mesa de operação sem roupa e coberto apenas na área da genitália por um tecido, o que reforça a ideia de ambiente cirúrgico.

A interação verbal é estabelecida a partir da pergunta de Rodrigo Janot, Procurador Geral da República, no primeiro quadrinho. Ele questiona sobre a utilização ou não de anestesia no processo cirúrgico “Com ou sem anestesia?”. Certamente se refere indiretamente à cláusula de confidencialidade proposta por Delcídio como uma das condições ou benefícios da delação. E assim tem uma resposta negativa do ministro Teori Zavascki, no segundo quadrinho, visto que ele foi quem determinou a exclusão dessa cláusula. No entanto, finaliza-se com o terceiro quadrinho referente à fala de Delcídio do Amaral que surpreende ao levantar a cabeça e interpelar “E aí Celso, Rosa, Roberto, Edson, Ricardo, Marco, Luiz, Teori, Carmen, Zé Antônio e Gilmar. Tudo certin?”. O uso das expressões “E aí” e “tudo certim”, bem como os nomes dos ministros do STF sem o termo ministro pode caracterizar familiaridade e quebra formalidade na situação interativa, como se ministros e Delcídio fossem íntimos.

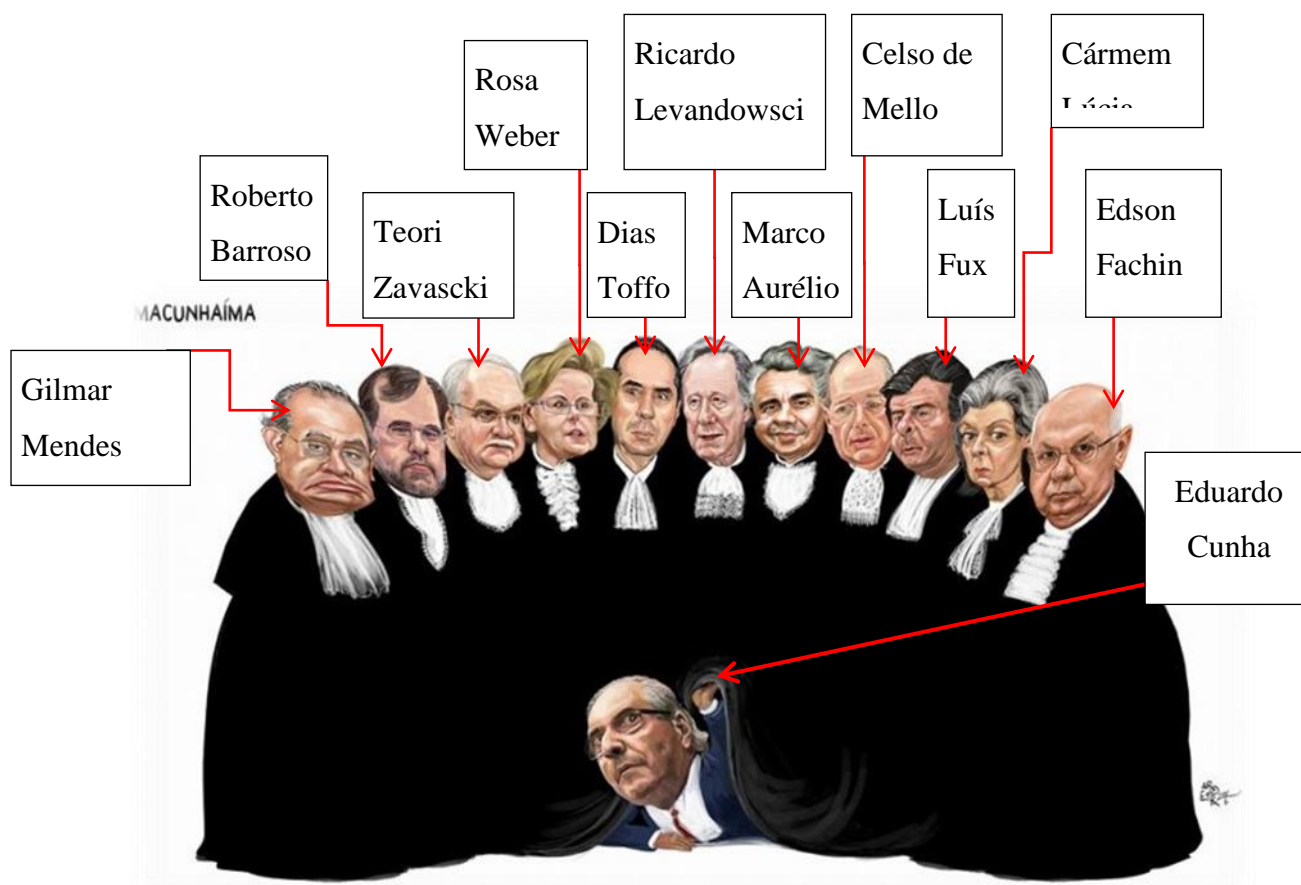
Logo, as anáforas indiretas se ancoram em mais de um modo de significação. Além de relações hiponímias, hiperonímias e os campos léxicos, há a presença da relação meronímicas do tipo parte/todo. Pelo que se observa, a parte é (a anestesia = cláusula de confidencialidade) e o todo (a operação = operação lava jato), visto que não se pensa um processo cirúrgico sem anestesia. Entretanto, cabe considerar os aspectos imagéticos que não são apontados pelo autor. A operação, por exemplo, é sugerida como objeto de discurso provavelmente como conhecida a partir da parte imagética da charge, mesmo antes do leitor acessar a parte textual, isso faz com que se reconheça uma definição de uma anestesia específica da operação de Delcídio. Não só o termo anestesia, mas também a imagem mesa é apresentada como outro elemento pertencente ao ambiente da operação, por essas vias, também passa a fazer parte dessa relação parte do todo.

Nesse caso específico, permite-se compreender a anestesia e a mesa como parte integrante da operação. Mesmo porque a possibilidade dada pelo ministro da anestesia compor ou não o processo cirúrgico acontece porque os termos foram usados metaforicamente. E assim, o paciente passa por um processo menos doloroso ou não a depender do uso dessa substância naquele momento. A importância da identificação do processo intertextual entre a charge e a obra *Lição de Anatomia* permite que, de forma sociocognitiva, o leitor possa inferir que o discurso instaurado representa a possibilidade de o instituto jurídico da delação premiada, o qual deve fazer parte do conhecimento de mundo do leitor, favorecer o próprio Delcídio do Amaral na Operação Lava Jato a partir dos benefícios concedidos pelo STF. Dessa forma, a anestesia funciona como expressão anafórica porque recategoriza o instituto da delação premiada. Para Vargas (2008), nesse tipo de referência indireta existem pistas textuais que possibilitam o estabelecimento das inferências pelo coenunciador, isto quer dizer que sempre há elementos de relação de sentido para o referente “delação premiada” e a respectiva anáfora “anestesia”.

A finalidade dessa charge é fazer uma crítica de forma cômica ao político Delcídio do Amaral por meio da relação operação/anestesia significadas como Operação Lava Jato e cláusula de confidencialidade presente no Instituto Jurídico da Delação Premiada. Isso também estabelece uma relação metonímica em que estão presentes elementos da parte (anestesia, cama de operação) do todo (operação, operação Lava Jato). Conforme pensamento de Bernardino Silva, os aspectos imagéticos ajudam a compreensão do processo inferencial sem se prender a forma e a origem das anáforas.

### 4.5.3 Análise do texto da proposta pedagógica III

Figura 11 - Charge de Renato Aroeira



Fonte: AROEIRA, Renato. In: <http://www.tribunadinternet.com.br/por-unanimidade-supremo-abre-mais-um-processo-contra-cunha-na-lava-jato/>. Acesso em 20/06/2017

Essa charge foi veiculada em 22 de Junho de 2016, no site Tribuna da Internet. O fato contemporâneo à publicação da charge foi a aceitação do presidente afastado da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), como réu na Operação Lava Jato pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e falsidade ideológica com finalidade eleitoral. A notícia utilizada para análise da intertextualidade entre essa charge e os textos jornalísticos também foi publicada em 22 de Junho de 2016 por *O Estado de S. Paulo*. Observemos as informações trazidas pelos jornalistas Isadora Peron e Gustavo Aguiar.



**Texto 05 – “Por unanimidade, STF transforma Cunha em réu pela segunda vez”**

**Por unanimidade, STF transforma Cunha em réu pela segunda vez**

**Os 11 ministros entenderam que há elementos suficientes para aceitar denúncia da PGR de que o deputado afastado manteve contas secretas na Suíça abastecidas com dinheiro desviado de contratos da Petrobrás**

BRASÍLIA - O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu transformar nesta quarta-feira, 22, pela segunda vez, o presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em réu da Operação Lava Jato. Por unanimidade, os 11 ministros entenderam que há elementos suficientes para aceitar a denúncia proposta pela Procuradoria-Geral da República de que Cunha manteve contas secretas na Suíça abastecidas com dinheiro desviado de contratos da Petrobrás.



O presidente afastado da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) Foto: Dida Sampaio|Estadão

Para o relator Teori Zavascki, há "indícios robustos" para abrir uma nova ação penal contra o peemedebista e apurar os crimes de lavagem de dinheiro, corrupção passiva,



evasão fiscal e falsidade eleitoral.

Em um extenso voto, o ministro afirmou que, diante das provas levantadas no inquérito, não havia dúvida de que Cunha era o verdadeiro titular das contas no exterior. Para Teori, o fato de os valores não estarem no nome do peemedebista, e sim terem sido repassados a trusts, "é absolutamente irrelevante para a tipicidade da conduta".

Em sua sustentação oral durante o julgamento, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou que Cunha nega ser o dono dos recursos depositados na Suíça, mas que há uma farta documentação que comprovam que ele usou o dinheiro para pagar suas despesas e de seus familiares. "Está documentalmente provado que as contas são de titularidade do acusado e que a origem dos recursos é absolutamente espúria", disse.

Teori também destacou em seu voto que Cunha tinha a palavra final sobre a indicação do PMDB para a diretoria internacional da Petrobrás e que deu apoio para que Jorge Luiz Zelada chegasse ao cargo.

Para o ministro, em troca da sustentação política, o peemedebista teria recebido uma propina na ordem de R\$ 5 milhões, fruto da compra do campo de petróleo em Benin, na África, pela estatal.

O relator disse ainda que o peemedebista não estava sendo acusado por indicar um nome para a Petrobrás, mas sim por receber pagamento de forma ilícita para isso.

O ministro Luis Roberto Barroso ironizou a situação e questionou se "alguém imaginava que os partidos disputavam as indicações de diretores de estatais para fazer alguma coisa boa".

O ministro relator ainda afirmou que os crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisa estão caracterizados pelo fato de Cunha não ter declarado os valores depositados na Suíça ao Banco Central e à Receita Federal e pela incompatibilidade com o seu rendimento, ou seja, com o salário que recebe como deputado federal.

Acordos. Durante o seu voto, Teori também defendeu os acordos de cooperação internacional fechados pela Procuradoria-Geral da República no âmbito da Lava Jato. A investigação contra Cunha teve origem em dados enviados ao País pelo Ministério Público da Suíça. "A prevenção e erradicação da corrupção são responsabilidade de todos os Estados. No caso, é legítima a providência da autoridade brasileira de, com

base no material suíço, investigar o processado por evasão de divisas", disse.

Durante o julgamento, a advogada de Cunha, Fernanda Tórtima, afirmou que não havia "indícios minimamente sólidos" que o peemedebista recebeu propina e defendeu que Cunha não poderia responder por crimes que não são tipificados no país de origem, no caso a Suíça.

Em março deste ano, o STF aceitou a primeira denúncia contra Cunha, por suposto recebimento de propina pela venda de navios-sonda da Petrobrás. Há pelo menos outros cinco inquéritos tramitando na Corte contra o peemedebista.

Fonte: PERON, Isadora. AGUIAR, Gustavo. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,maioria-do-stf-vota-por-transformar-cunha-em-reu-por-contas-na-suica,10000058723>. Acesso em 28/07/2017.

Nessa charge de Aroeira, aparecem os 11 ministros do Supremo Tribunal Federal que comandam a operação. Nota-se que todos estão vestindo a mesma toga. Isso fica perceptível porque eles estão um ao lado do outro e o tecido da vestimenta apresenta continuidade. Apesar das informações não estarem explícitas, isso representa a aceitação deles, de forma unânime, da segunda denúncia do deputado afastado Eduardo Cunha como réu no STF.

No texto chágico, além do reconhecimento das figuras dos ministros do STF, é preciso reconhecer a figura do deputado Federal Eduardo Cunha, aparecendo logo abaixo do tecido que veste os ministros. Essa posição pode representar a situação dele diante da corte. Porém, mesmo estando “sob os pés” dos 11 responsáveis pelo seu julgamento, o deputado tenta escapar das amarras da justiça. Diante disso, o contexto permite inferir a presença de um herói às avessas ou anti-herói. Essa percepção se dá com o uso de uma “legenda” colocada na parte superior do lado esquerdo da charge. Na referida legenda está escrito a palavra “MACUNHAÍMA”.

É necessário, portanto, com o uso dessa expressão, atentar para a obra literária Macunaíma de Mário de Andrade, escrita em 1932. Nessa obra, o personagem aparece como anti-herói porque se envolve em trapanças e mentiras, mas faz parte de sua personalidade fazer tudo por dinheiro. Dessa maneira, para a construção do sentido da charge, é necessária a relação intertextual parodística sugerida pela palavra “MACUNHÍAMA”, a qual com o acréscimo do H à palavra

Macunaíma busca uma relação entre Eduardo Cunha e o anti-herói da obra literária de Mário de Andrade.

A imagem de Eduardo Cunha posicionado abaixo da toga usada pelos 11 ministros do STF reforça essa intertextualidade, pois é uma referência ao nascimento de Macunaíma logo no início do livro. Da mesma maneira, os membros superiores da caricatura de Eduardo parecem não desenvolvidos, o que representa uma referência ao personagem Macunaíma. A retomada por meio da relação intertextual com uma entidade específica da obra e ao mesmo tempo com o livro caracteriza a intertextualidade restrita apontada por Cavalcante, Brito e Zavam (2017).

Assim, a relação inferencial é possibilitada pelas semioses verbais e pelas semioses imagéticas presentes na charge de Aroeira, destacando-se o aspecto colaborativo entre ambas. Em uma perspectiva sociocognitiva discursiva, o chargista precisa negociar essas informações com o interlocutor.

A interpretação da charge em pauta depende da ativação dos fatos que circulam nos jornais da época sobre a ação penal que Cunha responde por crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e falsidade ideológica para fins eleitorais quando fraudou contratos da Petrobrás na África e manteve conta no exterior sem informar ao judiciário brasileiro. Mas também da comparação desse personagem da vida real com o personagem da ficção na obra Macunaíma, já que esses personagens são aproximados pela intertextualidade como aqueles que fazem tudo para conseguir capital e buscam ardilosamente não serem punidos por isso.

Essas informações precisam ser relacionadas pelos leitores porque, segundo Koch (2002), interpretar uma expressão anafórica, seja ela nominal ou pronominal, consiste em estabelecer uma ligação entre as informações que se encontram na memória discursiva, considerando o conhecimento de mundo. Nessa situação, o conhecimento de mundo deve ser compartilhado entre chargista e leitor.

Não resta dúvida, portanto, quanto à presença do aspecto sociocognitivo envolvido nesse processo de construção do objeto de discurso por meio da paródia com função intertextual, função essa atribuída às anáforas indiretas

(CAVALCANTE, 2014). Nesse caso, a expressão “macunhaíma” desempenha essa função anafórica indireta ao se remeter à obra literária Macunaíma.

Essa ativação dos conhecimentos textuais e a ativação do repertório cultural pode ser potencializada a partir da complementaridade entre verbal e imagético na charge, valorizando ambos igualmente. Mesmo porque assim como o termo “MACUNHAÍMA”, a imagem de Cunha saindo da roda das “saías” do STF precisa ser relacionada com o texto modernista de Mário de Andrade. Parece fazer alusão ao momento em que Macunaíma busca refúgio na “roda das saias das icamiabas” para se proteger e não sofrer punições pelas suas ações.

Além disso, a charge faz críticas aos comportamentos considerados criminosos de Eduardo Cunha e que passam a ser objeto de investigações por parte do STF. Dessa maneira, a relação é estabelecida de maneira sociocognitiva, pois a interpretação fica na dependência de o coenunciador ativar não só conhecimentos textuais, mas também seu repertório cultural.

#### 4.5.4 Análise do texto da proposta pedagógica IV

Figura 12: Charge Ivan Cabral



Fonte: CABRAL, Ivan. In: <http://www.blogdefranciscocastro.com.br/2017/03/a-reforma-politica-prever-o-fim-de-vice.html>. Acesso em 20/06/2017.

Esse texto foi publicado na transição de março para abril de 2016. O acontecimento atual à publicação do texto é a movimentação/articulação em torno

das negociações parlamentares que estão em andamento no Senado, com vistas a fazer uma reforma política no Brasil.

A notícia a seguir foi publicada em 27/03/2017 e permite ao leitor recuperar os principais pontos discutidos para a reforma política brasileira prevista para ser aprovada ainda esse ano de 2017 e com previsão para as eleições de 2018. Nesse contexto, segue leitura:

**Texto 06 – “Reforma política volta à discussão no Congresso; veja as propostas”**

**Reforma política volta à discussão no Congresso; veja as propostas**

Sérgio Lima/Folhap



Vista aérea da Esplanada dos Ministérios e do Congresso Nacional

Após o Supremo Tribunal Federal proibir em 2015 as empresas de financiar os candidatos, Câmara e Senado voltaram a discutir propostas de alteração do sistema político nacional.

[...]

Caciques partidários querem emplacar a chamada "lista fechada" de candidatos, com o aumento do desembolso de dinheiro público para bancar as campanhas.

Reforma política é um tema recorrente no Congresso e alguns dos pontos que voltam à tona, entre eles a lista fechada, já foram derrotados várias vezes nos últimos anos.

## **PROPOSTAS DA REFORMA POLÍTICA**

### **Obrigatoriedade do voto**

#### **COMO É HOJE**

Voto é obrigatório para os maiores de 18 e menores de 70 anos. É facultativo para analfabetos, quem tem 16 e 17 anos e para os acima de 70 anos. A ausência às votações, porém, é expressiva. No 2º turno das eleições presidenciais de 2014, a abstenção foi de 21% do eleitorado, mas o cadastro do tribunal pode ter falhas e contabilizar como abstenções eleitores que já morreram.

#### **EM DISCUSSÃO**

Plebiscito em 2018 para que a população decida se mantém ou não o voto obrigatório.

[...]

### **Financiamento**

#### **COMO É HOJE**

Empresas estão impedidas desde 2015 de financiar os candidatos. Recursos vêm de pessoas físicas, do bolso dos próprios candidatos e dos cofres públicos (fundo partidário e renúncia de arrecadação para veiculação da propaganda eleitoral).

#### **EM DISCUSSÃO**

Criação de um segundo fundo público para custear as campanhas. Algo entre R\$ 2,5 bilhões a R\$ 6 bilhões, a depender do sistema eleitoral a ser aprovado. Hoje já existe o fundo partidário, que deve repassar aos partidos políticos R\$ 820 milhões nesta ano. Mantém-se a possibilidade de doação de pessoas físicas e estabelece-se teto para o autofinanciamento.

[...]

### **Sistema**

#### **COMO É HOJE**

Deputados federais, deputados estaduais/distritais e vereadores são eleitos pelo sistema proporcional. Nesse sistema, o eleitor vota em candidatos isolados ou na legenda. As cadeiras são distribuídas com base na votação total que determinada coligação recebeu. Por isso às vezes um candidato é eleito mesmo recebendo menos voto do que um concorrente. Isso acontece porque os candidatos e partidos de sua coligação reuniram, no conjunto, mais votos. Um dos exemplos de distorção mais citados é o de Enéas Carneiro (1938-2007), então no Prona de São Paulo, que chegou à Câmara em 2003 com 1,57 milhão de votos, o que também alçou à condição de deputado cinco colegas do Prona que tiveram votações pequenas ou irrisórias, como Irapuan Teixeira, com menos

de 700 votos.

### **EM DISCUSSÃO**

Relator da reforma política na Câmara, Vicente Cândido (PT-SP) irá apresentar a proposta da "lista Fechada" para as eleições de 2018 e 2022. Nela, o eleitor não vota em candidatos isolados, como hoje, mas em uma lista definida previamente pelos partidos. Câmara e Senado tendem a estabelecer que os atuais congressistas terão lugar privilegiado nessas listas. São eleitos os candidatos melhor posicionados na lista, na proporção de cadeiras que a sigla conseguir. Acaba a possibilidade de coligação. Para 2026, a proposta é de adotar modelo similar ao alemão, o distrital misto. Metade das cadeiras seria preenchida pela lista fechada e a outra metade, por candidatos mais votados por região. Defensores da lista fechada dizem que ela barateia a campanha e fortalece a identidade dos partidos. Críticos apontam que caciques partidários terão poderes quase ditatoriais, haverá mais obstáculos à renovação na política, além de facilitar a reeleição de políticos encrencados com a Justiça. No distrital misto, 35 das cadeiras de deputados federais de SP seriam preenchidas pela lista fechada e a outra metade, pelos mais votados em 35 distritos em que o Estado seria dividido.

### **Coligações**

#### **COMO É HOJE**

Pode haver coligações entre as legendas.

### **EM DISCUSSÃO**

Acaba essa possibilidade.

### **Partidos "nanicos"**

#### **COMO É HOJE**

Partidos com baixíssimo desempenho nas urnas, os chamados "nanicos", já sofrem algumas restrições de financiamento e atuação parlamentar.

### **EM DISCUSSÃO**

Há regras mais duras para tentar barrar a existência dos "nanicos". O fim das coligações (alguns nanicos só conseguem eleger candidatos por meio de coligações) e regras de desempenho, que tesouram direitos parlamentares e de financiamento das siglas que não obtiverem um percentual mínimo de votação nacional.

[...]

### **Tribunais com indicações políticas**

#### **COMO É HOJE**

Em tribunais como STF (Supremo Tribunal Federal), os ministros são indicados pelo presidente da República e aprovados pelo Senado. Não há mandato fixo, apenas

aposentadoria obrigatória aos 75 anos de idade.

### **EM DISCUSSÃO**

Mandato de 10 anos para tribunais com indicações políticas, como o STF.

Fonte: BRAGON, Ranier. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1869933-reforma-politica-volta-an-discussao-no-congresso-veja-as-propostas.shtml>. Acesso em 28/07/2017.

A fim de estreitamento entre a crítica feita na charge sobre a reforma política e as informações contidas no texto jornalístico, serão apontadas questões que aparentemente representariam mudanças políticas efetivas no cenário de corrupção e descrédito pelos quais passam os políticos brasileiros.

Dentro dessas possibilidades, atente-se principalmente para a questão do financiamento das campanhas políticas, o sistema de lista fechada, o distrital misto e a questão dos partidos “nanicos”. Esses últimos passam a sofrer mais restrição ainda do que já sofrem, pois, além das dificuldades impostas para o financiamento de campanhas, serão impossibilitados de fazerem coligações e correm o risco de se extinguirem. Isso favorece os partidos “gigantes” que vêm sendo mantidos ao longo dos tempos.

A polêmica aumenta mais ainda quando a questão é o sistema de eleição e o financiamento das campanhas. No caso do financiamento será criado um fundo público variável R\$ 2,5 bilhões a R\$ 6 bilhões, substituindo o fundo partidário custear campanha política.

Quanto ao sistema proporcional vigente, será substituído pelo sistema de lista fechada em 2018 e pelo sistema distrital misto em 2022. Isso quer dizer que, nas duas próximas eleições, o eleitor não mais votará na legenda ou no candidato isoladamente, mas em uma lista de políticos escolhidos anteriormente pelos partidos respectivos. Nesse sentido, privilegia aqueles que já estão no congresso. Em 2026 será eleita uma metade dessa forma e outra pelos candidatos mais votados nas regiões ou distritos. Conforme visto no texto de Bragon (2016), o argumento principal é de fortalecer os partidos. Mas, na verdade, há fortes suspeitas de fortalecimento de certa ditadura partidária pela não renovação dos políticos, inclusive com reeleição de políticos com problemas judiciais.

Postos os fatos, torna-se mais fácil compreender a crítica empreendida na charge de Ivan Cabral. Nesse texto, não há especificamente uma pessoa do



mundo real como nas demais charges aqui analisadas. A presença da caricatura de uma personalidade do universo extratextual ou de uma figura pública é uma das características do texto chágico, conforme Ferreira (2010). Essa é a tendência principal desses textos, a presença de personagens não fictícios. Mas nessa situação existe um tipo social como personagem. Essa espécie de personagem é característica do *cartum*, como ressalta a pesquisadora. No entanto, esse diálogo entre os gêneros que fazem parte dos quadrinhos é natural. Mesmo assim, conforme pensamento de Ferreira (2010), encontram-se as características que mantêm a charge como gênero discursivo individualizado, intertextualidade com os fatos jornalísticos contemporâneos e a instauração de certa temporalidade.

Dessa maneira, essa pessoa representada na imagem pode ser qualquer brasileiro descrente na política do país. Nesse caso, não é preciso o reconhecimento de uma pessoa pública específica, mas de um tipo genérico que está lendo o noticiário e refletindo sobre o que lê. Assim, afirma ser necessário mudar os políticos “Se não reformarem os políticos não adianta nada”. Sem atender a essa condição, a reforma política está fadada ao fracasso.

Além dessa fala da personagem, a charge contém um primeiro quadro com a expressão “REFORMA POLÍTICA” que aparece em negrito (linguagem icônica). Tem ainda um terceiro e último quadro onde estão escritas as frases “REFORMA POLÍTICA” e “COMISSÃO É INSTALADA” configurando uma sobreposição de vozes, o que Ferreira (2010) aponta como um dos aspectos derivados da economia de espaço do texto chágico.

Diante dessa sobreposição de vozes na charge, pode-se dizer que na parte verbal o referente <reforma política> é introduzido no discurso pelo título. Há uma espécie de narrador que se manifesta nessa introdução referencial. A partir dessa introdução, é possível identificar a fala personagem genérica, que impõe a condição de reforma dos políticos para efetivação da reforma política como um todo. A negociação sociocognitiva discursiva entre essas vozes possibilita a reconstrução do objeto de discurso - reforma política - por meio de recursos que não são expressões nominais ou pronominais correferenciais como acontece nas anáforas diretas (Cavalcante, 2014).

Nessa direção, percebe-se que na fala “SE NÃO REFORMAREM OS POLÍTICOS NÃO ADINTA NADA”, a palavra “políticos” corresponde à ocorrência de anáfora indireta, pois apesar de parecer que traz um referente novo para o texto, ancora-se na expressão nominal “reforma política”, expressa cotexto. Caso semelhante aparece no quadrinho correspondente ao noticiário do jornal. Respectivamente “Reforma política” e “Comissão é instalada”. Novamente o uso da expressão nominal “reforma política” serve de âncora para o uso da palavra “comissão”. Sabe-se que, para a aprovação de uma lei, é preciso o respeito ao processo legislativo, e um dos momentos desse processo é a instalação de uma comissão.

Nas considerações de Bernardino Silva (2014), podem ocorrer objetos do discurso que são agrupados pelo princípio relacional de vocábulos inscritos no mesmo campo lexical. No caso dessa charge, houve a ocorrência de anáforas indiretas baseada nesse princípio, ou seja, o termo “políticos” se relaciona à “política” porque o campo lexical é o mesmo. Na perspectiva abordada pela autora, privilegia-se a compreensão do processo inferencial e não a origem ou forma da anáfora. Nessa direção, a autora também não traz uma classificação para a ocorrência relacional entre “reforma política” e “comissão”.

Nesse caso, afirma-se que o cotexto é indispensável para analisar a âncora da anáfora. Além disso, a defesa de que fatores linguísticos e extralinguísticos interferem no processamento anafórico leva à percepção de que esse caso pode ser explicado a partir dos conhecimentos do coenunciador sobre o contexto do processo legislativo necessário à reforma política brasileira e para isso não se prescinde de uma comissão a ser instalada seja na Câmara, seja no Senado.

Outra âncora importante é a imagem do jornal nas mãos do leitor. Nesse sentido, não podemos negar a existência da intertextualidade, como defendida por Cavalcante, Faria e Carvalho, com um grupo de textos com temática comum a essa charge: a reforma política brasileira. Essa relação de recategorização intertextual foi reforçada pela imagem do jornal como suporte da notícia.

Essas manifestações verbo/imagéticas na charge contribuem colaborativamente para a construção do texto como unidade de sentido e favorecem a progressão textual com a retomada indireta de referentes. Com isso, busca-se fazer uma crítica de forma cômica à falta de credibilidade que sociedade

brasileira tem nos políticos, representada pela imagem de um eleitor qualquer que pode ser inferido na relação com a parte verbal que coloca a reforma dos políticos como condição para a reforma política. Possivelmente, essa condição é colocada a partir das informações sobre a histórica cultura de corrupção política brasileira, as quais o chargista cria expectativa de negociá-las com o leitor. Ou seja, há uma história de corrupção praticada por políticos e a reforma é elaborada por eles, não surte muita eficácia na realidade, uma vez que muda as regras políticas no papel, mas não muda as pessoas envolvidas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver uma proposta de leitura de charges numa perspectiva sociocognitivo-discursiva de referenciação, focando nos processos denominados anáforas indiretas deve levar em consideração alguns conceitos que trazem novas possibilidades teóricas no campo da Linguística Textual.

Possivelmente, o primeiro conceito a ser revisado é de referenciação. Um bom começo é compreender que a relação entre a linguagem e o mundo não deve ser considerada mais uma relação de correspondência absoluta entre ambos. Certamente os estudos de DUBOIS E MONDADA (2005) foram um marco importante para que a abordagem sociocognitivo-discursiva de referenciação explicasse melhor os processos de construção dos referentes no texto.

Filiados a essa corrente teórica, Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) afirmam que a referenciação é uma re/elaboração da realidade, resultado de uma construção negociada entre os interlocutores em um processo sociocognitivo. Diante desses princípios, compreende-se o dinamismo dessa proposta e as possibilidades que ela traz para as atividades pedagógicas voltadas para leitura do texto chárigo, o qual estabelece seu sentido a partir da interação real entre os parceiros da comunicação: o chargista e o seu potencial leitor.

A noção de texto também deve ser repensada, pois não se trata mais de um conceito que abrange apenas elementos verbais. Texto passa a ser condição de comunicação no qual a coerência não é estabelecida anteriormente, mas negociada entre aqueles que interagem por meio de textos com semioses diversas. Dessa forma, a percepção de elementos textuais não linguísticos leva à compreensão de que o estudo dos processos referenciais não pode mais se prender à presença absoluta de expressões referenciais. Pesquisas como as de e Cavalcante, Faria e Carvalho (2017), Custódio Filho (2009) e Bernardino Silva (2014) apontam tanto para os aspectos multissemióticos do texto, quanto para a ocorrência de fenômenos como a introdução e retomada desses referentes por meio das imagens.

Um exemplo do que se afirma sobre referenciação e texto é o gênero discursivo charge, composto por elementos verbais e imagéticos. Cavalcanti (2008) pondera que esse gênero é ação social localizada num contexto próprio e

para a exposição de uma opinião crítica com base humorística, no qual o produtor se insere no papel de jornalista opinativo e de cartunista ao mesmo tempo. Então, por meio das linguagens verbal e imagética, o chargista produz, por exemplo, sua crítica sobre o mundo da política. Entretanto, esse aspecto reforça mais ainda a necessidade de propostas pedagógicas sob o viés sociocognitivo-discursivo da referenciação, pois valoriza a mediação docente nas necessidades de aprendizagem da turma, isto é, coloca nas mãos do professor a responsabilidade de construção de saberes sobre as estratégias de referenciação presentes nas charges como gênero discursivo.

Nesse contexto, a proposta de intervenção permite compreender que do aluno do 9º tem certas dificuldades em significar os referentes construídos por meio de textos chárgicos. Possivelmente isso se deve pelos aspectos do próprio gênero, o qual engloba aspectos verbais e imagéticos que colaboram para a apreensão do sentido textual. Além disso, a temática que os referentes englobam, pode não fazer parte da cultura dos estudantes jovens como os que participaram dessa pesquisa. Pelo menos, essas são informações que estiveram presentes nas falas dos participantes.

Além disso, uma proposta para leitura e interpretação de charge, dentro do marco teórico proposto nessa pesquisa, deve perpassar necessariamente pela recuperação dos fatos que a gerou. Isso só é possível a partir do acesso ao noticiário contemporâneo à publicação da charge. O acesso aos textos e dados do meio jornalístico permitirá a recuperação das informações tanto explícitas, quanto daqueles dados que se encontram implícitas nos elementos verbais e imagéticos. Nessa relação da charge com o noticiário jornalístico, são convergentes os pensamentos de Vasconcellos, Cavalcanti (2008) e Ferreira (2010). Entretanto, cabe a este último maior solidez teórica a mostrar que essa intertextualidade é instauradora de temporalidade e que a mesma particulariza a charge como gênero discursivo.

Parece também que os estudos na área já permitem afirmar que o diálogo do texto chárgico não se encerra com o grupo de textos jornalísticos, mas que tem chances de se relacionar com os textos de outros setores sociais. Vale ressaltar, por exemplo, as pesquisas brasileiras que podem contribuir com o esse fenômeno textual discursivo. Nesse sentido, Cavalcante, Brito e Zavam (2017),

além de defenderem que os textos podem dialogar com um grupo de textos, também apontam que eles estabelecem relações de intertextualidade com textos específicos. Respectivamente, elas são denominadas relações de intertextualidades amplas e a intertextualidades restritas. Cavalcante, Faria e Carvalho (2017) não só concordam com essa classificação, mas também acrescentam a ideia de que o texto pode compartilhar uma temática semelhante com um grupo de textos.

As relações intertextuais discutidas acima não se tornam uma dificuldade para essa pesquisa. Por outro lado, isso deve contribuir para a identificação e análise das anáforas indiretas e deve ainda contribuir para a solidez teórica do trabalho. Entretanto, sugere-se que essa relação entre anáfora direta e as diferentes formas de intertextualidade em textos verbo-imagéticos passem por pesquisas mais sólidas em nível de doutorado. Pesquisas na área podem melhor explicar não somente a possibilidade das intertextualidades aparecerem como formas de retomadas de objetos de discurso, mas como introdução ou encapsulamentos desses objetos através de expressões anafóricas ou de imagens.

Destarte, a linguística textual tem valorizado em suas pesquisas apenas os aspectos verbais do texto na construção de referentes. Mas as nossas propostas contribuem com alargamento da Linguística Textual porque elas propõem questões que analisam os referentes do texto sob o aspecto verbal e imagético, ambos como colaboradores um do outro. Valorizando, por exemplo, tanto a presença das expressões referenciais como o referente recategorizado por meio de imagem. É esse o foco do caderno pedagógico direcionado para os professores de Língua Portuguesa, o qual contempla atividades e questões que podem ser desenvolvidas não só com o público do 9º ano, mas também com alunos do ensino médio, por exemplo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Murilo Rodrigues. **Presidente do tst ve desbalanceamento da justiça em favor dos trabalhadores.** Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,presidente-do-tst-ve-desbalanceamento-da-justica-em-favor-dos-trabalhadores,10000085271>. Acesso em 28/07/2017.

ARAÚJO, Ricardo (Rice). Disponível em: <https://www.visaoeste.com.br/charge-126/>. Acesso em 20/06/2017.

AROEIRA, Renato. Disponível em: <http://www.tribunadainternet.com.br/2016/03/page/27/>. Acesso em 20/06/2017

AROEIRA, Renato. Disponível em: <http://www.tribunadainternet.com.br/por-unanimidade-supremo-abre-mais-um-processo-contr-cunha-na-lava-jato/>. Acesso em 20/06/2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BERGAMASCO, Débora. **A delação de Delcídio.** Disponível em: [http://istoe.com.br/447783\\_A+DELACAO+DE+DELCIDIO/](http://istoe.com.br/447783_A+DELACAO+DE+DELCIDIO/). Acesso em 28/07/2017.

BRAGON, Ranier. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1869933-reforma-politica-volta-an-discussao-no-congresso-veja-as-propostas.shtml>. Acesso em 28/07/2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa.** Ensino de primeira à quarta série. Brasília, MEC / SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil:** ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2009. 193 p. : il.

\_\_\_\_\_. **BBC.** Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/gilmar-mendes-faz-criticas-a-marco-aurelio-11052017>. Acesso em 28/07/2017.

CABRAL, Gilvan. Disponível em: <http://www.blogdefranciscocastro.com.br/2017/03/a-reforma-politica-prever-o-fim-de-vice.html>. Acesso em 20/06/2017.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – **Programa de Mestrado Profissional em Letras (Profletras).** Disponível em: <http://capes.gov.br/educacao-a-distancia/profletras>. Acesso em: 015 jan. 2015.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. **Coerência, referenciação e ensino**. Cortez Editora: São Paulo, 2014.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Referenciação: uma entrevista com Mônica Magalhães Cavalcante. **ReVEL**, vol. 13, n. 25, 2015.

CAVALCANTI, Maria Clara Catanho. **Multimodalidade e argumentação na charge**. Recife: O Autor, 2008.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Aspectos multimodais envolvidos na construção da referência. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 6, **Anais...**, João Pessoa: ideia, 2009, p. 2927-2936.

DA SILVA, José Ricardo carvalho. **Leitura do gênero tira de humor em uma perspectiva enunciativa**. Niterói/Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2007.

EVANGELISTA, Eduardo dos Reis (Duke). Disponível em: <http://aesquerdavalente.blogspot.com.br/2016/05/>. Acesso em 20/06/2016.

FERREIRA, Camilla dos Santos. **Intertextualidade e temporalidade nos quadrinhos: um estudo da charge**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2010.

GERALDI, João Wanderley. Unidades básicas do ensino de Português. In: \_\_\_\_\_. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Anglo, 2012.

KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **O texto e a construção dos sentidos**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas**. Campinas/SP: Mercado de letras, 1996.

MARCUSCHI, Luiz A. Anáfora indireta: *o barco textual e suas âncoras*. In: KOCH, Ingedore Villaça et al. (Orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCUSCHI, Luiz A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M. et al. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.p.17 52.

MORATO, E. M; BENTES, A.C (orgs) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53-101.



NASCIMENTO, Suelene Silva Oliveira. **A construção multimodal dos referentes em textos verbo-audiovisuais**. Fortaleza, 2014. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal do Ceará.

PATAXÓ. Disponível em: <http://pataxocartoons.blogspot.com.br/2016/10/stf-x-direitos.html>. Acesso em 20/06/2017.

PERON, Isadora; AGUIAR, Gustavo. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,maioria-do-stf-vota-por-transformar-cunha-em-reu-por-contas-na-suica,10000058723>. Acesso em 28/07/2017.

REMBRANDT. Disponível em: <http://moltagge.blogspot.com.br/2009/05/encontro-entre-arte-medicina-e-morte-ou.html>. Acesso em 28/07/2017.

SILVA, Walleska Bernardino. **A referência em textos verbo – imagéticos**. Uberlândia, 2014. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Uberlândia.

SINFRÔNIO. In: <http://www.tribunadainternet.com.br/ao-vivo-e-a-cores-o-duelo-entre-gilmar-mendes-e-marco-aurelio-e-imperdivel/>. Acesso em 20/06/2016.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VIANA, Aline Moraes. **Compreensão leitora e humor de Histórias em Quadrinhos em ELE**. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M./VOLOCHINOV, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MODZELESKI, Alessandra. **Governo acelera liberação de emendas parlamentares**. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornalnacional/noticia/2017/07/governo-acelera-liberacao-de-emendas-parlamentares.html>. Acesso em 24/07/2017.

AMARILDO. Disponível em: <https://patyedeni.wordpress.com/2011/06/17/charges/charge-dilma-lula/>. Acesso em 24/07/2017.

FILHO, Daniel. Disponível em: <http://www.blogdozebrao.com.br/v1/2013/02/03/se-eu-fosse-voce-3/>. Acesso em 24/07/2017.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; FARIA, Maria da Graça dos Santos; CARVALHO, Ana Paula Lima de. Sobre intertextualidades estritas e amplas. Fortaleza-CE. **Rev. de Letras**. no. 36 - vol. (2) - jul./dez. – 2017.

SILVA, Adriana Pucci Penteado de Faria e. Bakhtin. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Organizador). **Estudos do Discurso:** perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, v., p. 45-69.

ALECRIM. Disponível em: <http://www.chargeonline.com.br>. Acesso em 31/07/2017.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica; ZAVAM, Aurea. **Intertextualidade e ensino.** In: MARQUESI, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Aparecida Lino; ELIAS, Vanda Maria. São Paulo: Contexto, 2017.

## ANEXOS

## APRESENTAÇÃO

Caros colegas professores de língua portuguesa, este caderno pedagógico foi elaborado especialmente para contribuir com as propostas de leitura e interpretação de texto nas aulas de língua materna. Nessa perspectiva de leitura, sugere-se a formalização escrita de possíveis respostas às questões colocadas como fio condutor das discussões apenas apoiar a para leitura e facilitar a análise das ideias do corpo discente sobre os textos.

Na proposta da referenciação, ao contrário da proposta da corrente teórica da referência, os referentes não traduzem a correspondência entre a as coisas do mundo real que eles representam e nem correspondem somente às expressões referenciais manifestas no cotexto. Certamente, o que tem de mais importante nessa mudança é a compreensão de referente ou *objeto de discurso* em sua dinamicidade tanto sincrônica quanto diacrônica.

No que se refere a essa perspectiva de troca do uso do termo referência para a denominação referenciação, cabe analisar o percurso traçado pelos pesquisadores, visto a importância da mudança conceitual dessa abordagem para as práticas de ensino de Língua Portuguesa nas escolas brasileiras, notadamente quando se trata das implicações do texto dentro de uma visão de interação humana, de coerência como uma das condições fundamentais para sua interpretabilidade e dos processos referenciais diretamente a eles relacionados.

Assim sendo, as pesquisas sobre os processos referenciais não se se prendem unicamente ao conteúdo linguístico do texto, isto é, considera também outras simioses nele presentes. As descobertas na área de referenciação já apontam para outros aspectos como o imagético do texto. A título de exemplo, Custódio Filho (2009) defende a consideração de outras semioses, além da simiose verbal, na instalação e modificação dos referentes. Além dele, Bernardino Silva (2014) vê a possibilidade da presença de introduções referenciais, de anáforas diretas e indiretas nos textos que contém em sua composição a escrita e a imagem. Nascimento (2014) também aponta para a construção de referentes em textos verbo audiovisual com base nas categorias de meta função composicional da Gramática do *Design Visual*. Pesquisas com esse teor vêm ao

encontro do sentido textual a partir dos vários elementos linguísticos e imagéticos negociados pelos participantes da interação.

O caderno pedagógico em questão é uma tentativa de melhorar a aprendizagem de Língua Portuguesa por meio das contribuições da LT na área da referência e dos processos referenciais, mais especificamente das anáforas indiretas. Visando contribuir com a leitura e interpretação de textos em língua materna, foram feitas quatro propostas pedagógicas com o gênero discursivo charge.

Em cada uma delas será proposto um texto chágico como meio para o trabalho com as anáforas indiretas, processos referenciais tão fundamentais para a construção do sentido textual. Como se trata de um gênero discursivo – charge - que comporta simioses verbais e simioses imagéticas em sua composição, as atividades buscam valorizá-las igualmente e ressaltam o teor colaborativo entre ambos.

A proposta pedagógica I será desenvolvida em três etapas.

No primeiro momento será feita uma atividade com duas questões objetivas e outras subjetivas com a notícia “Judiciário, a nova arena do retrocesso trabalhista” de Miguel Martins e Rodrigo Martins para recuperar as informações sobre a reforma trabalhista pretendida pelo presidente Michel Temer após assumir a presidência.

No segundo momento é sugerido assistir ao Filme “Tempos Modernos” de Charles Chaplin, pois a charge a ser trabalhada o tem como intertexto. Em seguida é proposto um debate sobre o contexto trabalhista da época a partir de perguntas subjetivas.

Por último, vem a leitura e interpretação do texto chágico “Tempos Modernos” de Pataxó. As questões subjetivas colocadas versam sobre os processos anafóricos indiretos e o sentido pretendido na charge como gênero discursivo que visa à crítica.

Na proposta pedagógica II, serão necessárias apenas duas etapas.

Na primeira etapa, o alunado fará a leitura e interpretação da notícia “A delação de Delcídio” de Débora Bergamasco. As atividades com duas questões objetivas e outras subjetivas sobre o texto ajudará na recuperação de

informações importantes sobre o caso do senador Delcídio do Amaral com a Lava Jato.

Nessa segunda etapa, as questões objetivas que orientam a leitura e a interpretação do texto chárstico de Renato Aroeira serão feitas em comparação com o texto “A lição de anatomia do Dr. Tulp” (The anatomy lecture of Dr. Nicolaes Tulp), pois é estabelecida a relação intertextual com essa grande obra de arte do século XVII. E ainda com texto de Débora Bergamasco da atividade anterior, visto a intertextualidade instauradora de temporalidade.

Na III proposta pedagógica serão indicadas duas etapas.

Primeiro, a leitura e interpretação da notícia “Reforma política volta à discussão no Congresso; veja as propostas” de Ranier Bragon. Trata-se da tentativa de reforma política brasileira, direcionando para pontos importantes como o combate a corrupção no país. As duas questões objetivas e as questões subjetivas buscam a recuperação dessas informações.

Segundo, a leitura e interpretação do texto chárstico “REFORMA POLÍTICA” de Ivan Alves. Nessa segunda etapa, será necessário compará-la, por meio das questões objetivas, com o texto jornalístico de Ranier Bragon, ou seja, com a notícia da atividade anterior, principalmente quando se pretende questionar da credibilidade política apontada na charge de Ivan Alves.

A IV proposta pedagógica será desenvolvida em três etapas.

A IV proposta começa com a leitura e interpretação da notícia “Por unanimidade, STF transforma Cunha em réu pela segunda vez” de Isadora Peron e Gustavo Aguiar. O texto destaca a segunda vez que o deputado Eduardo Cunha se torna réu diante do STF por alimentar, com dinheiro público desviado de contratos na Petrobrás, conta secreta na Suíça. Novamente serão colocadas duas questões objetivas e outras subjetivas.

Posteriormente, vêm à leitura e interpretação do capítulo I do livro Macunaíma, escrito pelo autor brasileiro Mário de Andrade e depois do filme Macunaíma, abordando a construção do anti-herói brasileiro por meio do personagem de mesmo nome.

A terceira etapa se volta para a leitura e interpretação do texto chárstico “MACUNHAÍMA”, de Renato Aroeira. Ao mesmo tempo deverá ser feita uma

comparação com os textos trabalhados nas etapas I e II: a notícia, o capítulo do livro de Mário de Andrade e o filme Macunaíma.

Relacionar com a possibilidade de adaptação

## PROPOSTA PEDAGÓGICA I

A proposta pedagógica foi desenvolvida em três etapas:

01 – Leitura e interpretação da notícia “*Judiciário, a nova arena do retrocesso trabalhista*” de Miguel Martins e Rodrigo Martins sobre a reforma trabalhista pretendida pelo presidente Michel Temer; abordando informações importantes a serem acessadas pelos estudantes na leitura e compreensão da charge na etapa III;

02 - Debate sobre o Filme “*Tempos Modernos*” de Charles Chaplin, principalmente sobre os direitos do trabalhador fabril naquele contexto. Foi estabelecida a relação dos Tempos Modernos daquele período e os Tempos Modernos trazidos pela charge da etapa III; contribuirá para melhor leitura por parte do alunado;

03 - Leitura e compreensão do texto chágico “*Tempos Modernos*”, de Pataxó. Nessa última etapa, será necessário comparar a charge com os textos trabalhados anteriormente, ou seja, a notícia e o filme; visto a intertextualidade instauradora de temporalidade que existem entre o texto de pataxó e os demais mencionados.

Vejamos detalhadamente cada etapa.

**Etapa 01** — Leitura e interpretação da notícia “*Judiciário, a nova arena do retrocesso trabalhista*” de Miguel Martins e Rodrigo Martins.

- O texto a seguir deve ser lido na íntegra pelos estudantes, inclusive as imagens de Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins que o acompanham como elementos extra textuais; para que possa reconhecê-los posteriormente na charge.

- Assim, o texto foi entregue individualmente e em momento anterior a aula marcada para debatê-lo.

- Feita a leitura individual, o professor propôs uma leitura coletiva. Em seguida, mediou a discussão sobre o suporte (Revista Carta Capital) no qual o texto foi veiculado, localização do texto na seção de política e a relação dele com as charges políticas.



- Como se trata de um texto que aborda um assunto pouco familiar para os jovens do 9º ano, foram feitos o esclarecimento de possíveis incompreensões de vocábulos ou trechos do texto durante as aulas;

- O tempo estimado para atividade é de quatro (04) aulas de 50 minutos. Por isso, foi explicada a necessidade da leitura completa antes da próxima aula.

**Texto 01:** Judiciário, a nova arena do retrocesso trabalhista

Há tempos, o movimento sindical reivindica uma regulamentação para melhorar a situação dos trabalhadores que atuam sob essa modalidade, mas os esforços do Legislativo e do Judiciário acenam para a terceirização sem limites, incluindo os que operam no ramo principal das empresas, as atividades-fim.



O presidente do TST demonstra simpatia pelas demandas patronais (Foto: Gláucio Dettmar/Agência CNJ)

**Judiciário, a nova arena do retrocesso trabalhista**

por Miguel Martins e Rodrigo Martins — publicado 16/11/2016 05h27

*Michel Temer escora-se em Ives Gandra Martins Filho e Gilmar Mendes para atropelar direitos dos trabalhadores nos tribunais*

Aventada como prioridade após o impeachment de Dilma Rousseff, a reforma trabalhista pretendida pelo governo de Michel Temer foi adiada para 2017. Longe de recuar perante a pressão do movimento sindical, o peemedebista confia no Judiciário como atalho para liberar as terceirizações e estabelecer a prevalência de acordos coletivos sobre a Consolidação das Leis do Trabalho, pilares de sua “readequação trabalhista”. “Ela já está sendo feita de alguma maneira pelos próprios tribunais”, disse recentemente.

Marcada para a quarta-feira 9, a principal batalha jurídica que poderia selar o destino dos trabalhadores também foi adiada. O Supremo Tribunal Federal havia previsto o julgamento de um recurso que poderia abrir as portas para a terceirização irrestrita, mas não houve tempo hábil para apreciar a matéria.

A depender dos esforços nos meios político e empresarial para acelerar a mudança, o recurso não deve demorar a entrar na pauta. O próprio presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra Martins Filho, tem pedido agilidade para atender às propostas defendidas pelo governo.

“Será que as reclamações de empresários e parlamentares contra a legislação e a Justiça Trabalhista não têm algum fundamento?”, indagou, em entrevista a *Carta Capital*, sem esconder a simpatia pelas demandas patronais.

À frente da Corte máxima do Trabalho desde fevereiro, Martins Filho tornou-se um dos maiores entusiastas de mudanças na legislação. Ele, inclusive, foi alvo de protestos de procuradores e magistrados do Trabalho após declarar que “a Justiça Trabalhista precisa ser menos paternalista” em relação aos trabalhadores.

Com base na trajetória de Martins Filho, a postura não surpreende. Há 23 anos, o então subprocurador-geral do Trabalho atuou para liberar as terceirizações de atividades acessórias, entre elas serviços de limpeza e telefonia. Hoje, os subcontratados representam quase um terço dos 39 milhões de empregados formais do País.

Trata-se de uma parcela precarizada da força de trabalho nativa. Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os terceirizados recebem salários 24,7% menores e permanecem no emprego pela metade do tempo, além de ter jornadas de trabalho mais longas.

Em 2015, Eduardo Cunha, então presidente da Câmara, conseguiu emplacar a terceirização de todas as atividades econômicas. No Senado, o projeto, sob relatoria do senador Paulo Paim, do PT, tramita de forma mais lenta. Em audiências públicas, a subcontratação nas atividades-fim tem sido rechaçada por sindicalistas, procuradores e juízes do Trabalho, que alertam para o maior risco de acidentes laborais e calotes trabalhistas.

Germano Silveira de Siqueira, presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), lamenta que o relator do caso no STF, o ministro Luiz Fux, não tenha permitido a participação da entidade no julgamento. “O número de acidentes é assustadoramente maior entre os terceirizados”, diz. “Não faz muito tempo, julguei o caso de um terceirizado eletrocutado. Ele não recebeu treinamento adequado e não estava com equipamento de proteção. Teve o corpo queimado, perdeu a genitália, ficou com os membros superiores incapacitados.”

Ângelo Fabiano Farias da Costa, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), alerta ainda para o grande número de processos por calotes trabalhistas. “Atuei em diversos casos envolvendo prestadores de serviços do governo federal. Eles atuavam por determinado tempo e depois sumiam do mapa, deixando centenas de empregados sem receber.”

Diante do vaivém legislativo, o Judiciário passou a ser visto como atalho. O STF analisará em breve o Recurso Extraordinário 958.252, contrário à Súmula 331, do TST, que obriga o tomador de serviço a assumir os encargos trabalhistas, caso a empresa subcontratada não cumpra com o contrato com os empregados. A ação foi ajuizada pela Celulose Nipo-Brasileira (Cenibra) contra um acórdão do TST que usou a súmula para condená-la por “transferência fraudulenta e ilegal” de suas atividades-fim.

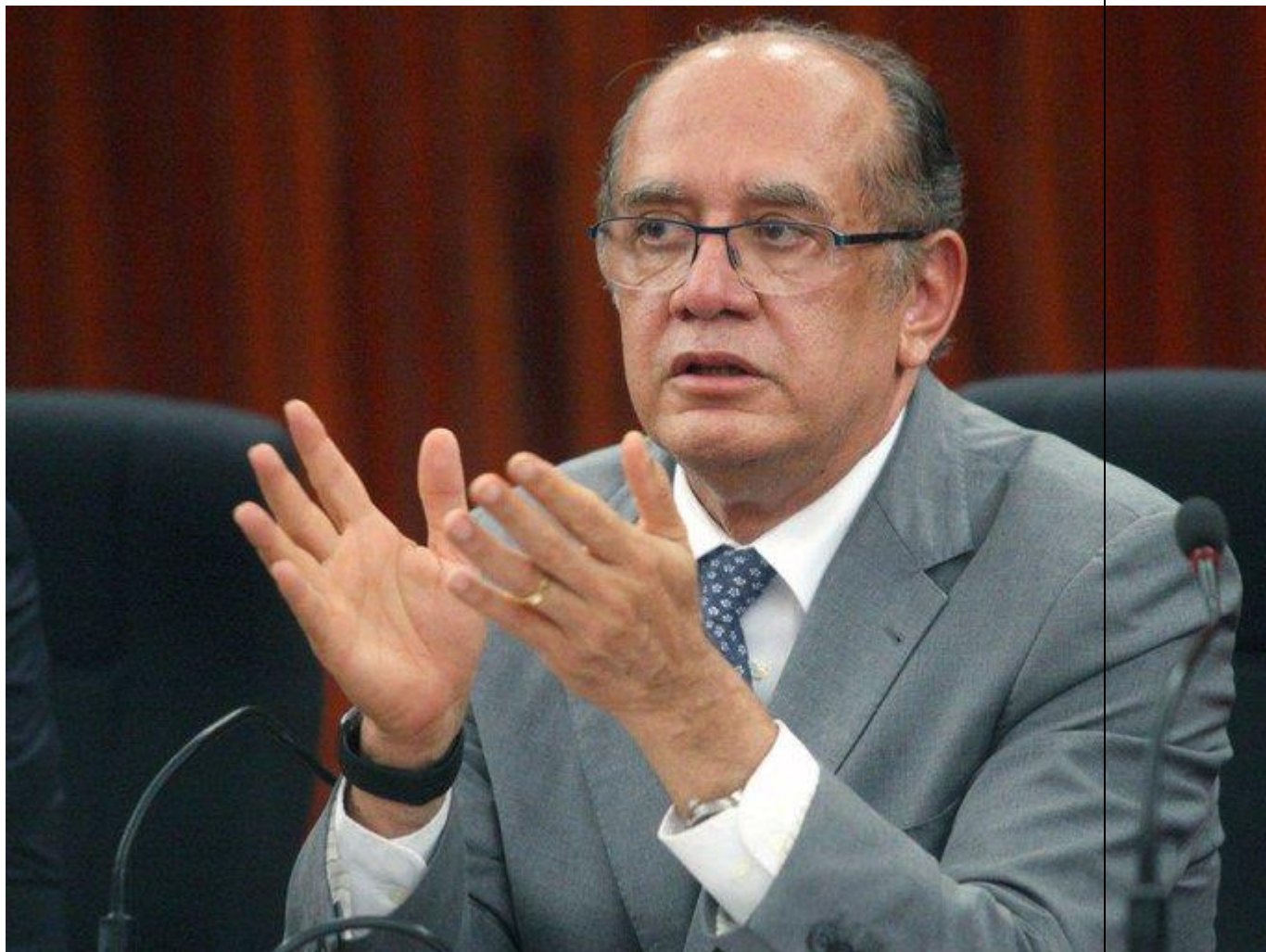
Distribuído para Fux em 2014, o ministro incluiu a análise do recurso na pauta da Corte em 24 de agosto deste ano, poucos dias antes do *impeachment* de Dilma. Caso o Supremo vote a favor do recurso da Cenibra, o resultado terá repercussão geral, ou seja, valerá para todos os casos semelhantes na Justiça Trabalhista.

A judicialização da reforma trabalhista não se encerra na questão. Um dos temas prestes a entrar na pauta é a prevalência de negociações coletivas sobre o disposto na CLT. Em outubro, Gilmar Mendes, do STF, concedeu liminar para suspender um entendimento do TST, segundo o qual os acordos seguem válidos, caso não haja um novo acerto entre patrões e empregados.

No fim de outubro, o Supremo autorizou o corte de ponto de funcionários públicos grevistas, antes mesmo de a Justiça considerar a paralisação ilegal. Ao contrário dos

trabalhadores da iniciativa privada, os servidores não têm data-base fixada para reajustes, o que desestimula o Estado a abrir negociações.

“Após o impeachment, abriu-se a caixa de Pandora para o mundo do trabalho”, lamenta o sociólogo Ruy Braga, da Universidade de São Paulo. “Se a Súmula 331 cair, em poucos anos os terceirizados podem tornar-se a maioria.”



Para Mendes, o TST parece um tribunal soviético (Foto: Roberto Jayme/TSE)

Hoje fundamental para impedir a expansão irrestrita dos terceirizados, a Súmula 331 representou um retrocesso quando foi elaborada, lembra a pesquisadora da Unicamp Magda Biavaschi, desembargadora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Em um artigo acadêmico, ela destrincha a história por trás da flexibilização da legislação em 1993.

À época, os magistrados seguiam o Enunciado 256 do TST, a autorizar subcontratações apenas em caso de trabalho temporário ou serviços de vigilância. Então subprocurador-

geral do Trabalho, Ives Gandra Martins Filho recebeu uma denúncia sobre a subcontratação irregular de digitadores pelo Banco do Brasil.

Foi assinado um termo de compromisso com o banco, para que fosse aberto um concurso público para as áreas de limpeza, telefonia e outros, mas a instituição alegou não ter tempo hábil para organizar o processo e ameaçou demitir os terceirizados.

Martins Filho apresentou ao TST uma proposta substitutiva. Surgiu então a Súmula 331, a autorizar as terceirizações de todas as atividades-meio, ou seja, que não constituem a atuação principal das empresas. “Houve um enorme crescimento das terceirizações a partir do governo FHC”, lembra Biavaschi.

O presidente do TST reconhece o protagonismo nessa flexibilização. “À época, o tribunal curvou-se à realidade”, diz. Martins Filho defende um novo marco regulatório das terceirizações. “Há disparidade de entendimentos. Considero os call centers, por exemplo, como uma atividade-meio de qualquer outro ramo, mas sou voto vencido”. O ministro reconhece que o ideal seria uma reforma tocada pelo Legislativo, mas não vê problemas de o Judiciário encampá-la. “Vamos acolher a decisão do Supremo.”

Causam assombro, no entanto, as flechadas do ministro contra os colegas da Justiça do Trabalho. Em recente entrevista, Martins Filho acusou-os de entregar de “mão beijada” indenizações a trabalhadores. Seu “amigo pessoal” Gilmar Mendes, como ele próprio define, afirmou que o TST é “formado por pessoas que poderiam integrar até um tribunal da antiga União Soviética”.

“É um deboche intolerável”, critica Siqueira, da Anamatra. “Se há um caso concreto de indenização indevida, eles poderiam apresentar uma denúncia à Corregedoria ou ao Conselho Nacional de Justiça, e não desqualificar a atuação dos juízes do Trabalho.”

Fonte: MARTINS, Miguel. MARTINS, Rodrigo.  
<https://www.cartacapital.com.br/revista/927/judiciario-a-nova-arena-do-retrocesso-trabalhista>.  
 Acesso em 28/07/2018.

O debate sobre o texto retomou pontos importantes, principalmente referentes aos juristas Gilmar Mendes, Ives Gandra Martins e as posições judiciárias assumidas por eles sobre a relação entre empregado e patrão. E como proposto anteriormente, devem ser formalizadas as seguintes questões e possíveis respostas:

1. Os autores apontam muitos aspectos relacionados à relação empregado/empregador, mas há um assunto que pode ser considerado mais amplo e abarca os demais. Portanto, o assunto central do texto é:

- a) A Reforma Trabalhista pretendida por Michel Temer;
- b) A terceirização;
- c) A prevalência dos acordos coletivos sobre a CLT;
- d) A autorização do corte de ponto funcionário público grevista;
- e) A repercussão geral das decisões do judiciário.

A resposta certa é a letra “A” porque embora o texto contenha muitas informações sobre o trabalhador, como as decisões do judiciário, todas elas estão a favor o assunto maior: a Reforma Trabalhista pretendida por Michel Temer.

2. Além da terceirização, existem outros aspectos centrais na Reforma Trabalhista pretendida pelo presidente Michel Temer e apoiada pelo presidente do TST, Ives Gandra Martins, e pelo ministro do STF, Gilmar Mendes. Assim, todas as alternativas a seguir correspondem aos aspectos presentes dessa reforma trabalhista, exceto:

- a) A prevalência dos acordos coletivos sobre a CLT
- b) A autorização do corte de ponto funcionário público grevista;
- c) Apoio do sindicato aos trabalhadores terceirizados.
- d) A repercussão geral das decisões do judiciário.
- e) A subcontratação de atividades meio.

A resposta certa é a letra “C”. A Reforma Trabalhista, nesse caso, além da terceirização de atividades fim, também prevê a subcontratação de atividades meio, prevalência de acordos coletivos sobre a Consolidação das Leis do Trabalho, autorização de corte do ponto de funcionário público grevista, antes mesmo de a Justiça considerar a paralisação ilegal como metas. Para isso ele busca apoio nas decisões judiciais, pois essas ganham repercussão geral.

3) Um dos aspectos da Reforma é a terceirização. O texto aponta dados comprovadores de que essa proposta não favorece os trabalhadores. Retire do texto informações que revelam essa concepção negativa.

Conforme o texto, “Trata-se de uma parcela precarizada da força de trabalho nativa. Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os terceirizados recebem salários 24,7% menores e

permanecem no emprego pela metade do tempo, além de ter jornadas de trabalho mais longas”. Acrescente-se a isso o aumento dos calotes trabalhistas e do número de acidentes de trabalho em relação aos não terceirizados.

4) Além do Poder Judiciário, são mencionados no texto o Poder Legislativo e, de certa forma o Poder Executivo. Cite representantes do:

a) Poder Judiciário

Nesse texto, é possível a identificação do ministro do STF, Gilmar Mendes, e o presidente do TST, Ives Gandra da Silva Martins Filho.

b) Poder Executivo

Identifica-se o poder executivo representado pelo presidente Michel Temer e a ex-presidente Dilma Rousseff.

c) Poder Legislativo

Menciona-se também o Poder Legislativo representado nas figuras de Eduardo Cunha, citado como presidente da Câmara dos deputados, e do senador Paulo Paim.

5) No Brasil, as funções típicas do Poder Executivo é administrar, o Poder legislativo faz leis e fiscaliza o Executivo e Poder Judiciário julga ou aplica a lei em casos concretos. Nesse sentido, especifique qual é a função para a concretização da reforma trabalhista atribuída ao:

a) Poder Judiciário;

O STF e o TST Realizam decisões judiciais que favorecem aos empregadores. Essas decisões ganham repercussão geral e podem ser aplicadas em situações afins.

b) Poder Executivo;

Michel Temer busca a reforma trabalhista através do Poder Judiciário, ao invés buscá-la por meio do Poder Legislativo.

c) Poder Legislativo.

Tocam a reforma trabalhista através de projeto de lei como no caso de Eduardo Cunha então presidente da câmara que emplacou a terceirização de todas as atividades econômicas e ainda do senador Paulo Paim, relator do projeto no Senado.

6) O Poder Judiciário é colocado como representante do retrocesso trabalhista devido a posição favorável aos empregadores assumida por Gilmar

Mendes e Ives Gandra Martins Filho. Quais ideias deles os jornalistas Miguel Martins e Rodrigo Martins usam para comprovar essa posição?

Por meio de citações diretas e indiretas dos discursos desses dois representantes maiores do poder judiciário, os jornalistas Miguel Martins e Rodrigo Martins mostram que eles têm uma posição favorável aos interesses da classe empresarial em detrimento da classe trabalhadora. Segundo os jornalistas Ives Gandra Martins afirmou que “a Justiça Trabalhista precisa ser menos paternalista” e também dizem Causar assombro “as flechadas do ministro contra os colegas da Justiça do Trabalho. Em recente entrevista, Martins Filho acusou-os de entregar de “mão beijada” indenizações a trabalhadores. Seu “amigo pessoal” Gilmar Mendes, como ele próprio define, afirmou que o TST é “formado por pessoas que poderiam integrar até um tribunal da antiga União Soviética”.

7) Há uma tendência em defender os interesses dos empresários tanto no discurso de Gilmar Mendes quanto na posição assumida por Ives Gandra Martins Filho. Qual a possível contradição nessa posição deles?

Na verdade, deveriam adotar o discurso em defesa do trabalhador como parte hipossuficiente na relação trabalhista. Sabe-se que não só a CF/88, mas também a CLT devem garantir os direitos dos trabalhadores brasileiros. Portanto, as autoridades de maior respaldo para isso seriam os ministros do TST e os ministros do STF. Entretanto, existe um discurso de Gilmar Mendes e Ives Gandra na direção contrária. Certamente porque se afina com as possíveis “queixas” dos empresários. Ao que tudo indica, concorda com o discurso localizado em um contexto maior de Reforma Trabalhista defendida pelo Poder Executivo.

8) A posição assumida por procuradores e juízes do trabalho não é a mesma assumida por Ives Gandra Martins Filho e Gilmar Mendes como representantes do Poder Judiciário. Retire fragmentos do texto que comprove essa afirmação.

Certamente isso se comprova a partir do momento que os autores trazem para o texto a afirmação de que autoridades da área como procuradores e magistrados do Trabalho se manifestaram contra as declarações de Ives Gandra Martins Filho. Isso fica claro no trecho “À frente da Corte máxima do Trabalho desde fevereiro, Martins Filho tornou-se um dos maiores entusiastas de mudanças na legislação. Ele, inclusive, foi alvo de protestos de procuradores e



magistrados do Trabalho após declarar que “a Justiça Trabalhista precisa ser menos paternalista” em relação aos trabalhadores.”

9) A reforma trabalhista também pode ser feita por meio do Processo Legislativo, responsabilidade dos Deputados Federais e dos Senadores. Entretanto, explique porque se afirma que “Michel Temer escora-se em Ives Gandra Martins Filho e Gilmar Mendes para atropelar direitos dos trabalhadores nos tribunais”.

Ao invés de buscar a reforma por meio do Processo Legislativo, responsabilidade dos deputados federais e dos senadores, o presidente Michel Temer confia no judiciário como atalho para liberar as terceirizações e estabelecer a prevalência de acordos coletivos sobre a CLT. Ou seja, as decisões judiciais no TST e no STF vão de encontro aos direitos dos trabalhadores e são vistas como mais rápidas do que os deputados e senadores para aprovarem nova legislação trabalhista.

10) Os autores comentam sobre um Recurso Extraordinário ajuizado pela Celulose Nipo-Brasileira, recorrendo da decisão que a obriga como tomadora de serviço a pagar os encargos trabalhistas quando a empresa subcontratada descumpra contratos com empregados. Qual é a consequência, nesses casos, das decisões tomadas pelo STF como corte máxima?

As decisões ganham repercussão geral e valerá para todos os casos semelhantes na Justiça do Trabalho.

11) Os autores trazem para o texto depoimentos de várias autoridades sobre a reforma trabalhista aventada como prioridade pelo presidente Temer após o impeachment de Dilma Rousseff. Comente pelo menos um desses depoimentos que comprovem a concepção negativa sobre aspectos da reforma trabalhista?

Departamento de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Germano Silveira de Siqueira (Presidente da associação Nacional dos Magistrados do Trabalho - Amantra) Ângelo Fabiano Farias da Costa (presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT), o sociólogo Rui Braga e Magda Biavaschi (desembargadora aposentada do tribunal regional do Trabalho da 4ª Região) se manifestam sempre contra algum ponto da “readequação trabalhista”. Germano Silveira de Siqueira lamenta não acompanhar diretamente as decisões do STF, alerta sobre o número de acidente

ser maior com os terceirizados e aponta um caso concreto no qual julgou eletrocutado. Afirma que ele teve treinamento inadequado, trabalhava sem equipamento de proteção quando teve o corpo queimado, perdeu a genitália e teve os membros superiores decepados.

## **Etapa 02 - Debate sobre o Filme “Tempos Modernos” de Charlie Chaplin.**

- Antes de assistir ao filme, o professor deve explicar o contexto histórico, econômico, social e cultural no qual ele foi produzido.

Durante o filme, podem ser dadas pausas para explicação de pontos importantes como a participação de Carlitos (Charles Chaplin) na greve, a ocorrência de acidentes de trabalho, o momento em que o personagem tem uma crise nervosa e liga as máquinas da fábrica, entre outros

- Para relacionar com a charge política a ser estudada em atividades da III etapa, é necessário focar principalmente nas questões trabalhistas, a exemplo do ambiente e das condições de trabalho daquele contexto.

- O tempo estimado para essa atividade é de duas (02) aulas de 50 minutos, pois serão 1h40 minutos para assistir ao filme e 50 minutos destinados para debatê-lo com a turma.

### **Texto 02: “Filme Tempos Modernos”, de Charles Chaplin.**

Para melhor explorar o filme de acordo com a nossa proposta de trabalho, as discussões devem ocorrer a partir dos seguintes pontos:

1. Logo no início do filme aparece o seguinte: “Tempos modernos” é uma história sobre a indústria, a iniciativa privada e a humanidade em busca da felicidade”. Aponte alguns elementos característicos da modernidade industrial abordada no filme.

Produção em massa, trabalho repetitivo e alienante, substituição do homem pelas máquinas etc.

2. O filme “Tempos Modernos” retrata a vida de operários no contexto da Revolução Industrial, no qual se deu a passagem da produção artesanal para

a produção em série. Elabore um quadro comparativo, estabelecendo semelhanças e diferenças entre esses dois modos de produção.

No modo de produção artesanal o trabalho era manual, enquanto na produção em massa ele é alienado, tem conhecimento apenas de uma etapa e a realização se dá através de máquinas controladas pelo homem, como por exemplo, o personagem Carlitos que só apertava parafusos.

3. Elabore um texto demonstrando como é a rotina de um trabalhador fabril, tais como horas trabalhadas por dia, condições do ambiente de trabalho, participação sindical, relação homem e máquina etc.

Produção em massa, trabalho repetitivo e alienante, substituição ou exploração do homem pelas máquinas, repressão por meio das autoridades quando se envolve em greves, não garantia de direitos em situações de acidente de trabalho etc.

4. Quando Carlitos adoeceu de crise nervosa, mandaram-no para o tratamento, ele se recupera e de imediato é encontrado no meio de um movimento sindical. Ele foi penalizado de alguma maneira por conta disso?

Sim. Ele é levado preso como um comunista e líder do movimento grevista.

5. Quando se recupera, Carlitos volta à fábrica onde trabalhava. Mas ela estava fechada. Depois ele procurou algum órgão/instituição jurídica para garantir os seus direitos trabalhistas referentes ao serviço prestado para a empresa?

Não. Possivelmente não existiam direitos trabalhistas protegidos por uma legislação específica.

6. E se o filme fosse sobre os dias atuais, principalmente aqui no Brasil, existiria uma legislação que protege o trabalhador como parte hipossuficiente na relação de trabalho com o empregador?

Sim. A Consolidação das Leis Trabalhistas e a Constituição Federal de 1988.

7. Apesar de o filme ser das primeiras décadas do Século XX, alguns problemas trabalhistas são contemporâneos ao Brasil do Século XXI. Diante dessa constatação, discuta algumas situações consideradas comuns aos dois momentos.

Além da produção em massa, do trabalho repetitivo e alienado e substituição do homem pelas máquinas, é possível perceber a tentativa de organização sindical, a repressão aos movimentos grevistas, a desvantagem econômica do empregado em relação ao empregador e os acidentes de trabalho.

8. A partir do filme, percebe-se que para defender os interesses dos empresários capitalistas, as autoridades reprimiam as greves e manifestações de forma agressiva. A resistência dos trabalhadores por meio desses movimentos pode trazer benefícios para eles ao longo desse tempo?

Sim. Melhores salários, menor jornada de trabalho, condições de trabalho mais dignas para o trabalhador, aprovação de leis que o protegem contra acidentes de trabalho etc.

**Etapa 03** - Leitura e interpretação do texto chágico “TEMPOS MODERNOS”, de Pataxó.

Nesse momento, será necessário retomar informações dos textos trabalhados anteriormente, ou seja, a notícia e o filme.

Conforme discutido na fundamentação teórica, na charge existe a intertextualidade instauradora de temporalidade. Dessa forma, será feita a análise da crítica pretendido na charge de Pataxó com foco na identificação das anáforas indiretas e descrição dos processos da referenciação, base teórica dessa pesquisa.

Logo, as atividades permitirão a exploração das anáforas indiretas como processo referencial essencial para a atribuição de sentido ao texto por parte a leitor no momento em que ele recupera as informações necessárias para isso.

Leiamos o texto a seguir.

**Figura 1:** Charge de Pataxó



PATAXÓ. In: <http://pataxocartoons.blogspot.com.br/2016/10/stf-x-direitos.html>. Acesso em 20/06/2017.

**Figura 2:** Tela captura do filme Tempos Modernos



CHAPLIN, Charles.  
<https://www.google.com.br/search?q=tempos+modernos+filme&oq=tempos+modernos&aqs=chrome.1.69i57j69i59j0l4.7326j0j1&sourceid=chrome&ie=UTF-8>.  
 Acesso em 01/02/2018.

01. É possível afirmar que a expressão “TEMPOS MODERNOS” mantém relação de intertextualidade com o filme “Tempos Modernos” de Charles Chaplin. Quais elementos linguísticos e imagéticos permite essa relação intertextual?

A intertextualidade na charge de Pataxó com o filme deve ser acessada desde a legenda quando se menciona “Tempos Modernos”. Isso certamente faz menção ao filme “tempos modernos”, protagonizado por Charlie Chapelin. Entretanto, a imagem da máquina sendo ligada por Gilmar e Martins Filho é semelhante à cena do filme reproduzida nessa atividade e a caricatura de Charles Chaplin aparece na mesma posição que Gilmar Mendes aparece na charge ligando a máquina. Além do mais, tanto na charge quanto na imagem do filme as cores são escuras. Outro elemento imagético importante para se afirmar a intertextualidade é a caricatura de Charles Chapelin jogada no lixo. A parte não verbal dessa charge aponta para um ambiente de trabalho próprio das fábricas, com máquinas funcionando, como nas produções em série retratada no filme. A percepção dos elementos que reforçam essa relação de intertextualidade se torna fundamental porque caracterizam a anáfora indireta.

02. Considerando o lapso temporal entre o tempo retratado no filme (1920) e a época da publicação da charge (2016), os tempos modernos teriam as mesmas características em termos de direitos trabalhistas?

Sim. Apesar de o filme representar o contexto trabalhista do início da industrialização e a charge serem publicada em 2016, ambos retratam a precariedade dos direitos do trabalhador.

1. Diante da relação intertextual estabelecida anteriormente e da aproximação temporal dos contextos trabalhistas, década de 1920 como o tempo retratado no filme e 2016 quando foi publicada a charge, comente o sentido que “TEMPOS MODERNOS” assume nesse novo contexto.

Nessa Charge, é possível que a alusão ao contexto vigente do STF e do TST (Tempos Modernos) se dê de forma recategorizada pela intertextualidade. Por isso não se pode ignorar a intenção de crítica, pois esses tempos modernos é uma reflexão sobre o contexto do Judiciário no país, representando as Cortes Supremas nos últimos dias do mês de Outubro de 2016, exclusivamente no contexto trabalhista. Nesse período, há um posicionamento claro de Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins contrário ao trabalhador, a exemplo da autorização

do desconto salarial para os servidores que estivessem em greve, mesmo antes dela ser considerada ilegal. A recontextualização temporária dos tempos modernos de Charlie Chapelin para o período da decisão permite reconhecer uma intenção de crítica sobre a adoção dessas medidas do judiciário.

2. A parte imagética da charge remete ao ambiente de trabalho das fábricas retratado no filme “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin. Porém, ao invés de uma máquina no sentido literal, trata-se da máquina trituradora de direitos, a qual está sendo movimentada por Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins. Diante disso, quem seria a máquina trituradora de direitos?

O Poder Judiciário. A expressão nominal, “TRITURADORA DE DIREITOS”, não só contribui para a progressão textual como também complementa a visão crítica a respeito do Poder Judiciário. A função de trituradora de direitos atribuída ao STF e ao TST se relaciona com a função de uma máquina, complementada pelas palavras “LIGA”/“DESLIGA”, colocadas ao lado de uma seta, apontando essas funções e sob o comando de Ives Gandra. Logo, a máquina trituradora é o Judiciário que ao tritura-los, joga-os no lixo.

3. Juntamente com as figuras de Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins movimentando a máquina, descreva mais elementos imagéticos que comprovem o pensamento de que o Judiciário é uma máquina trituradora de direito.

Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins representam os interesses da classe empresária porque eles fazem muito esforço para ligar e movimentar a máquina trituradora de direitos. Esse movimento arrasta o ministro do STF, Gilmar Mendes, e o presidente do TST, Ives Gandra Martins, com todo peso e força que eles comportam, compreensível a partir da hachura indicando o movimento na direção de ligar e o movimento do corpo do ministro como se estivesse sendo puxado. Nesse caso, é preciso reconhecimento não só de Gilmar Mendes, ministro do STF, como defensores da CF, mas ainda da figura de Ives Gandra ligando a máquina trituradora dos direitos trabalhistas.

4. A parte imagética da charge tem as figuras de Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins como representantes do Poder Judiciário. Eles estão ligando a máquina trituradora de direitos. Assim como no texto “Judiciário, a nova arena do retrocesso trabalhista”, de Miguel Martins e Rodrigo Martins, a charge aponta o judiciário como representante do retrocesso trabalhista?

As figuras de Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins como representantes do Poder Judiciário, reforçam a expressão verbal (tritadora de direitos). Esses direitos que deveriam ser protegidos pelo Judiciário, como instância maior que defende o trabalhador, garantindo a eficácia da CLT– Decreto Lei nº 5.452 de 1º de Maio de 1943, como lei Federal, abaixo apenas da Constituição Federal (CF), a qual também aparece no carrinho de lixo, juntamente com a imagem de Charlie Chapelin. Em resumo, todos jogados no lixo pela máquina tritadora, ou seja, textualmente há o contraponto entre os tempos modernos de Charlie Chapelin e o contexto da negação de Direitos Fundamentais no tempo de publicação da charge em análise para fazer a crítica de maneira humorada.

5. No texto “Judiciário, a nova arena do retrocesso trabalhista”, de Miguel Martins e Rodrigo Martins, o judiciário é apresentado como atalho para a reforma trabalhista, ao invés dela ser tocada pelo Poder Legislativo (Deputados Federais e Senadores). Compare essa possibilidade com o foto de após o personagem Carlitos (Charles Chaplin) sofrer problemas mentais no trabalho passa a ligar a máquina na fábrica, função que seria de outro personagem.

A função de ligar a máquina seria do personagem forte e musculoso, mas quando Carlitos passa a ter problemas mentais liga a máquina indevidamente.

6. O texto chágico mantém forte ligação com os fatos contemporâneos a sua publicação. Nesse texto de Pataxó, quais são os acontecimentos de 2016 que são alvos da crítica de Pataxó?

As posições de Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins contra o trabalhador ou as decisões do judiciário contra este.

7. O texto chágico não só mantém forte ligação com os fatos contemporâneos a sua publicação, como também estabelece uma crítica de forma bem humorada a esses fatos. Qual a crítica estabelecida pelo chargista Pataxó?

As decisões de Gilmar Mendes e Ives Gandra Martins na seara trabalhista são criticadas ao mostrar que os tempos modernos de Charles Chaplin continua o mesmo para os ministros do STF e do TST – tempos de retrocesso. Certamente a máquina tritadora dos direitos do trabalhador que poderia fazer parte desse ambiente não só nos dias de hoje, mas também nos tempos de Charlie Chapelin, como sugere a figura dele no lixo.



## PROPOSTA PEDAGÓGICA II

Essa sugestão de proposta didática é sobre uma charge de Renato Aroeira, a qual retrata a delação de Delcídio do Amaral referente à Lava jato. Para isso serão necessários dois momentos:

**Etapa 01** – Leitura e interpretação da notícia “A delação de Delcídio” de Débora Bergamasco sobre a delação Delcídio do Amaral, abordando informações importantes a serem acessadas pelos estudantes, sem as quais poderão ter dificuldades na leitura e na compreensão da charge;

**Etapa 02** - Leitura e interpretação do texto chágico de Renato Aroeira. Nessa segunda etapa, será necessário comparar a charge com o texto “A lição de anatomia do Dr. Tulp” (The anatomy lecture of Dr. Nicolaes Tulp) e a notícia da atividade anterior, visto a intertextualidade com o noticiário ou a intertextualidade com a obra de Arte.

**Etapa 01:** Leitura e interpretação da notícia “A delação de Delcídio” de Débora Bergamasco

- O texto deve ser lido na sala pelos estudantes de forma individual e silenciosa.

- Em seguida, o professor deve propor uma leitura coletiva, chamando a atenção para a imagem de Delcídio do Amaral para que possam reconhecê-lo através da caricatura na charge da etapa II.

Logo após, o professor mediará discussão sobre o contexto político da Lava Jato, relacionando com as charges políticas.

- Um dos pontos a serem enfatizados durante a leitura é a relação entre a delação de Delcídio, as ações dele na Lava jato e quais possíveis consequências na vida política dele, do ex-presidente Lula e da então presidente Dilma.

- a discussão será orientada pela das perguntas elaboradas pelo professor e com a formalização escrita das possíveis respostas.

- O tempo estimado para atividade é de apenas duas (02) aulas de 50 minutos.

**Texto 01: A delação de Delcídio****A delação de Delcídio**

**Revelações do senador à força-tarefa da Lava Jato, obtidas por ISTOÉ, complicam de vez a situação da presidente Dilma e comprometem Lula**

[...]

Pouco antes de deixar a prisão, no dia 19 de fevereiro, o senador Delcídio do Amaral (PT-MS) fez um acordo de delação premiada com a força-tarefa da Lava Jato. ISTOÉ teve acesso às revelações feitas pelo senador. Ocupam cerca de 400 páginas e formam o mais explosivo relato até agora revelado sobre o maior esquema de corrupção no Brasil – e outros escândalos que abalaram a República, como o mensalão.



Com extraordinária riqueza de detalhes, o senador descreveu a ação decisiva da presidente Dilma Rousseff para manter na estatal os diretores comprometidos com o esquema do Petrolão e demonstrou que, do Palácio do Planalto, a presidente usou seu poder para evitar a punição de corruptos e corruptores, nomeando para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) um ministro que se comprometeu a votar pela soltura de empreiteiros já denunciados pela Lava Jato.

O senador Delcídio também afirmou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha pleno conhecimento do propinoduto instalado na Petrobras e agiu direta e

pessoalmente para barrar as investigações – inclusive sendo o mandante do pagamento de dinheiro para tentar comprar o silêncio de testemunhas. O relato de Delcídio é devastador e complica de vez Dilma e Lula, pois trata-se de uma narrativa de quem não só testemunhou e esteve presente nas reuniões em que decisões nada republicanas foram tomadas, como participou ativamente de ilegalidades ali combinadas –a mando de Dilma e Lula, segundo ele.

Nos próximos dias, o ministro Teori Zavascki decidirá se homologa ou não a delação. O acordo só não foi sacramentado até agora por conta de uma cláusula de confidencialidade de seis meses exigida por Delcídio. Apesar de avalizada por procuradores da Lava Jato, a condição imposta pelo petista não foi aceita por Zavascki, que devolveu o processo à Procuradoria-Geral da República e concedeu um prazo até a próxima semana para exclusão da exigência. Para o senador, os seis meses eram o tempo necessário para ele conseguir escapar de um processo de cassação no Conselho de Ética do Senado. Agora, seus planos parecem comprometidos.

As preocupações de Delcídio fazem sentido. Sobretudo porque suas revelações implicaram colegas de Senado, deputados, até da oposição, e têm potencial para apressar o processo de impeachment de Dilma no Congresso. O que ele revelou sobre a presidente é gravíssimo. Segundo Delcídio, Dilma tentou por três ocasiões interferir na Lava Jato, com a ajuda do ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. “É indiscutível e inegável a movimentação sistemática do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo e da própria presidente Dilma Rousseff no sentido de promover a soltura de réus presos na operação”, afirmou Delcídio na delação.

A terceira investida da presidente contou com o envolvimento pessoal do senador petista. No primeiro anexo da delação, Delcídio disse que, diante do fracasso das duas manobras anteriores, uma das quais a famosa reunião em Portugal com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, “a solução” passava pela nomeação do desembargador Marcelo Navarro para o STJ. “Tal nomeação seria relevante para o governo”, pois o nomeado cuidaria dos “habeas corpus e recursos da Lava Jato no STJ”. Na semana da definição da estratégia, Delcídio contou que esteve com Dilma no Palácio da Alvorada para uma conversa privada.

[...]

Fonte: BERGAMASCO, Débora. IN: [http://istoe.com.br/447783\\_A+DELACAO+DE+DELCIDIO/](http://istoe.com.br/447783_A+DELACAO+DE+DELCIDIO/). Acesso em 28/07/2017.

1. A autora direciona para muitas informações referentes ao senador Delcídio do Amaral. Entretanto, o assunto que constitui o tema central do texto é:

- a) o acordo da delação premiada do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) para a força-tarefa da Lava Jato;
- b) o envolvimento da presidente Dilma e do ex-presidente Lula na Operação Lava Jato;
- c) a decisão de Teori Zavascki, ministro do STF, de não homologar a delação premiada do senador Delcídio do Amaral;
- d) a cláusula de confidencialidade imposta pelo senador Delcídio do Amaral como condição para o acordo de Delação Premiada;

A resposta correta é a letra “A”. Embora todas as alternativas acima sejam sobre o texto, o acordo da delação premiada do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) para a força-tarefa da Lava Jato constitui o assunto maior.

2. A proposta da cláusula de confidencialidade colocada pelo senador Delcídio do Amaral, como condição para o acordo de Delação Premiada à força tarefa da Lava Jato, teve como consequência:

- a) a afetação da relação do senador Delcídio do Amaral com os colegas após as declarações dele;
- b) a devolução do processo à Procuradoria Geral da República com prazo de uma semana para excluir a cláusula de confidencialidade;
- a) a cassação do senador Delcídio do Amaral através do Conselho de Ética do Senado;
- b) a decisão de Teori Zavascki, ministro do STF, de homologar a delação premiada do senador Delcídio do Amaral.

A alternativa correta é a “B” porque a devolução do processo à Procuradoria Geral da República com prazo de uma semana para excluir a cláusula de confidencialidade foi resultado da não aceitação da tentativa de imposição dessa cláusula por Delcídio do Amaral.

3. A autora Débora Bergamasco parece atribuir certa relevância ao acordo de delação premiada do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) para a força-tarefa da Lava Jato. A que se deve essa importância?

Segundo a autora Débora Bergamasco, Delcídio acusa o envolvimento da presidente Dilma e do ex-presidente Lula nessa Operação Lava Jato.

4. Segundo a jornalista Débora Bergamasco “O relato de Delcídio é devastador e complica de vez a vida de Lula e Dilma...”. A partir de qual (is) fato (s) ela explica essa posição?

Ela afirma se tratar de um relato de devastador que complica a vida dos petistas, pois são fatos contados por quem testemunhou as decisões nada republicanas e participou ativamente de ilegalidades combinadas nas reuniões com Lula e Dilma.

5. Afirma-se que o acordo de delação premiada só não foi feito por conta cláusula de confidencialidade de seis meses proposta pelo senador Delcídio do Amaral. Com que objetivo o ele tentou impor essa cláusula?

O prazo seria para escapar da cassação através do Conselho de Ética do Senado, já que a sua relação com os colegas ficaria afetada após suas declarações.

6. A jornalista Débora Bergamasco afirma que as preocupações de Delcídio quanto à possibilidade de comprometimento ou fracasso de seus planos – impor a cláusula de confidencialidade de seis meses e escapar do processo de cassação no Conselho de Ética do Senado - fazem sentido. Por quê?

As preocupações de Delcídio fazem sentido porque as revelações dele implicaram colegas de Senado, deputados, até da oposição. As declarações do senador têm potencial até para apressar o processo de impeachment de Dilma no Congresso Nacional.

7. Um dos aspectos do acordo de delação premiada à força-tarefa da Lava Jato diz respeito às declarações feitas pelo senador a respeito da Presidenta Dilma Rousseff. Quais ações são atribuídas a ela?

A ação decisiva para manter na estatal os diretores comprometidos com o esquema do Petrolão; a nomeação de ministro para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) que se comprometeu a votar pela soltura de empreiteiros já denunciados pela Lava Jato, evitando a punição de corruptos e corruptores; tentou por três ocasiões interferir na Lava Jato, com a ajuda do ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo para promover a soltura de réus presos na operação e por último a nomeação de Marcelo Navarro para o STJ com a finalidade de cuidar de habeas corpus e recursos da Lava jato.

8. A autora do texto- Débora Bergamasco - afirma que, assim como Dilma, o ex-presidente Lula também é comprometido com as declarações feitas pelo senador Delcídio do Amaral. Quais declarações do senador a jornalista Débora Bergamasco cita para comprovar essa posição?

Para Delcídio ex-presidente tinha conhecimento do propinoduto instalado na Petrobrás. Além disso, agia direta e indiretamente mandando comprar o silêncio de testemunhas.

## **Etapa 02: Leitura e interpretação do texto chágico de Renato Aroeira**

- Antes de desenvolver a atividade orientada pelas questões, o professor deve explicar o contexto histórico, social e cultural no qual foi produzida a obra de Rembrandt.

- Além disso, não se pode deixar de fazer observações sobre os aspectos imagéticos como as cores, expressões faciais e vestuários das figuras presentes nessa imagem etc.

- Feitas as considerações sobre o trabalho de Rembrandt, aconselha-se uma comparação das possíveis semelhanças – vestuários, cores, posição das figuras - e diferenças - a exemplo do aspecto linguístico que foi acrescentado ao texto chágico - com a charge de Renato Aroeira.

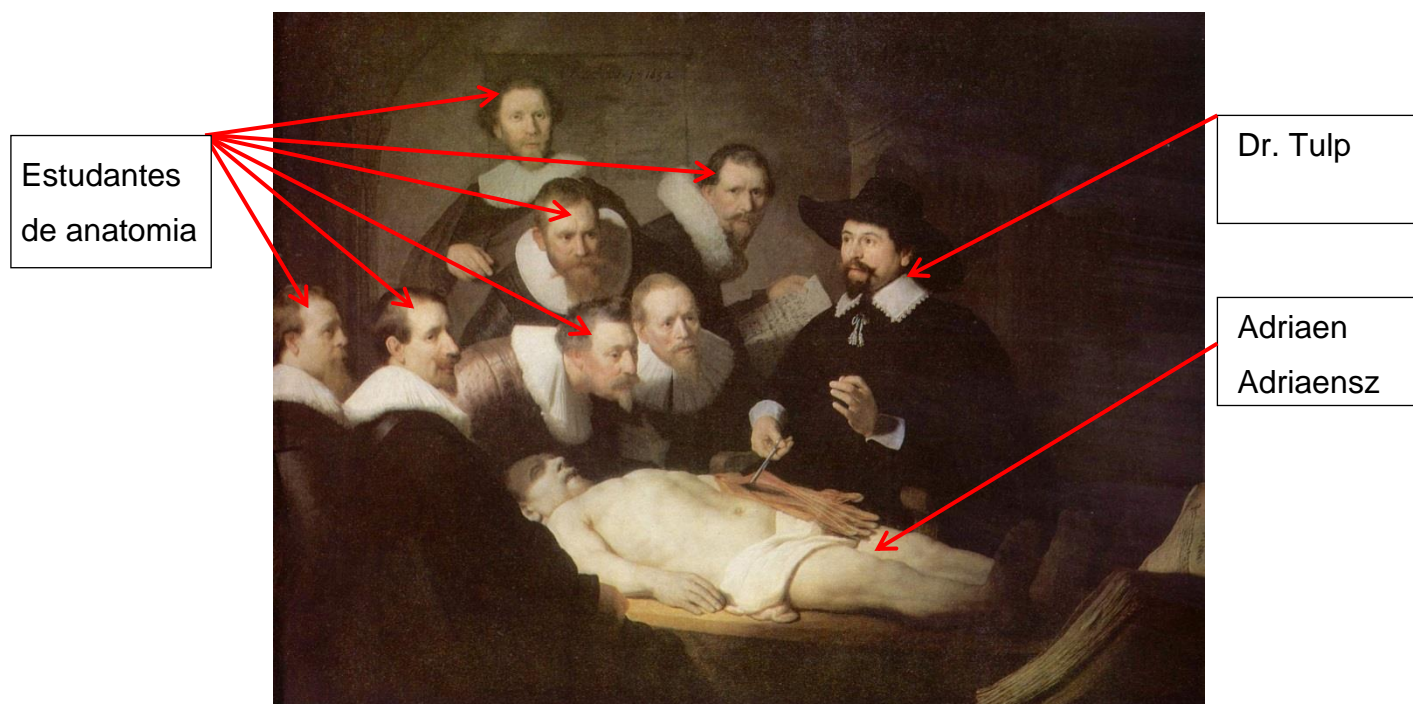
- Para relacionar a obra de arte de Rembrandt com a charge política de Renato Aroeira, é necessário focar principalmente nas questões que levavam a autorização de dissecação de cadáver, naquele contexto.

- O tempo estimado para essa atividade é de duas (02) aulas de 50 minutos. Análise do texto da proposta pedagógica II

Figura 1: **charge de Renato Aroeira**



**Imagem 02:** Lição de anatomia do doutor Tulp.



Fonte: Disponível em: <<http://mol-tagge.blogspot.com.br/2009/05/encontro-entre-arte-medicina-e-morte-ou.html>>. Acesso em 28/07/2017.

1. A charge de Renato Aroeira é uma paródia da obra renascentista “A lição de anatomia do Dr. Tulp” (The anatomy lecture of Dr. Nicolaes Tulp), criada em 1632 por Rembrandt (1606-1669), considerado o mais importante artista holandês da época. Quais elementos imagéticos permitem afirmar essa relação intertextual parodística?

Na obra renascentista “A lição de anatomia do Dr. Tulp” (The anatomy lecture of Dr. Nicolaes Tulp) tem a representação de uma dissecação. Nessa criação artística do século XVII estão presentes o Dr. Tulp, ministrando sua aula de anatomia e, sete (07) estudantes de anatomia. O cadáver a ser dissecado era Adriaen Adriaensz, ladrão morto por enforcamento. Na Charge de Renato Aroeira, Rodrigo Janot está posição centralizada, assim como o Dr. Tulp na pintura de Rembrandt. Se o Dr. Tulp é o chefe da dissecação, Rodrigo Janot é o chefe da “junta médica” na operação Lava Jato, pois como Procurador geral da República é o delator de Delcídio. Este é o “paciente” que está sendo preparando para o procedimento cirúrgico, como na posição do cadáver Adriaen Adriaensz. Por último, no trabalho de Rembrandt acontece uma dissecação feita pelos estudantes de medicina e comandada pelo Dr. Tulp. É preciso observar que eles se mostram atentos ao momento e ao “paciente”. Da mesma forma que aparecem ministros como responsáveis por uma cirurgia.

2. Em “A lição de anatomia do Dr. Tulp” (The anatomy lecture of Dr. Nicolaes Tulp), criada em 1632 por Rembrandt (1606-1669) estão presentes o Dr. Tulp, ministrando sua aula de anatomia e, sete (07) estudantes de anatomia. O cadáver a ser dissecado era Adriaen Adriaensz, ladrão morto por enforcamento. Afirma-se que a dissecação era realizada por algum membro das universidades e sua permissão acontecia em cadáveres de pessoas criminosas, inclusive com objetivos educativos. Diante dessas informações, relacione semelhanças entre Adriaen Adriaensz e o senador Delcídio do Amaral.

Se a dissecação era realizada em cadáveres de pessoas criminosas e com objetivos educativos, a situação do senador Delcídio do Amaral como réu da Lava Jato, um dos grandes escândalos de corrupção no país, leva a certa coincidência com Adriaen Adriaensz.



3. Em “A lição de anatomia do Dr. Tulp” (The anatomy lecture of Dr. Nicolaes Tulp) estão presentes o Dr. Tulp, ministrando sua aula de anatomia e, sete (07) estudantes de anatomia através da *dissecação* de Adriaen Adriaensz.

Já na charge de Aroeira, aparecem os 11 ministros do STF e Rodrigo Janot, procurador Geral da República, todos atuantes à época da publicação desse texto verbo/imagético, e senador Delcídio do Amaral. Aponte elementos verbais e imagéticos que permitem compreender que também há a representação de uma cirurgia/operação na charge.

Na composição imagética, Delcídio do Amaral está na mesa de operação, sem roupa e coberto apenas na área das genitálias por um tecido, o que reforça a ideia de ambiente cirúrgico. A interação verbal é estabelecida a partir da pergunta de Rodrigo Janot, Procurador Geral da República, no primeiro quadrinho no momento questiona: “Com ou sem anestesia?”. Não só o termo anestesia, mas também a imagem da mesa é apresentada como outro elemento pertencente ao ambiente cirúrgico.

4. Diante da relação intertextual estabelecida entre “A lição de anatomia do Dr. Tulp” (The anatomy lecture of Dr. Nicolaes Tulp) e a charge de Renato Aroeira, comente o sentido que “cirurgia/operação” assume nesse novo contexto?

No trabalho de Rembrandt acontece uma dissecação feita pelos estudantes de medicina e comandada pelo Dr. Tulp. No entanto, no momento em que o chargista se apropria dessa criação artística é para contextualizar com a Operação Lava Jato.

5. A interação verbal é estabelecida na charge a partir da pergunta de Rodrigo Janot, Procurador Geral da República e responsável pela denúncia contra Delcídio do Amaral. No primeiro quadrinho ele questiona “Com ou sem *anestesia*?”. A esse questionamento Teori Zavascki responde negativamente. No texto “A delação de Delcídio”, de Débora Bergamasco, mostra que um dos aspectos do acordo delação seria a cláusula de confidencialidade proposta ao STF pelo senador. Com base nisso, anestesia seria uma referência à essa cláusula de confidencialidade pretendida por Delcídio do Amaral? Justifique essa

possível relação entre operação/anestesia e a delação/cláusula de confidencialidade.

A situação do senador Delcídio do Amaral foi comparada pelo chargista a uma operação a partir da dissecação representada por Rembrandt. Portanto, o que se observa é que é a anestesia é a parte e a operação (operação lava jato) o todo. Desde que não se pensa um processo cirúrgico sem anestesia, pois é uma forma de amenizar a dor. No caso da charge, essa “dor” seria amenizada para Delcídio com a aceitação da cláusula de confidencialidade no momento em que não comprometeria os outros senadores com suas declarações e com isso não correria o risco de ser punido pelo conselho de ética.

6. Rodrigo Janot pergunta Procurador Geral da República, responsável pela denúncia contra Delcídio do Amaral, pergunta o seguinte no primeiro quadrinho “Com ou sem *anestesia*?”. A esse questionamento Teori Zavascki responde negativamente: “Sem”. Que vocábulo foi omitido na resposta de Zavascki?

A palavra anestesia.

7. Na charge de Aroeira existe uma relação meronímicas do tipo parte/todo. Pelo que se observa, a parte é anestesia (cláusula de confidencialidade) e o todo é a operação (operação lava jato), visto que não se pensa um processo cirúrgico sem anestesia. Discuta, a partir do imagético, outras possibilidades que completam essa relação parte/todo com a cirurgia.

Não só o termo anestesia, mas também a imagem mesa é apresentada como outro elemento pertencente ao ambiente da operação, por essas vias, também passa a fazer parte dessa relação parte do todo.

8. O texto chágico mantém forte ligação com os fatos contemporâneos a sua publicação. Nesse texto de Aroeira, qual é o acontecimento alvo da crítica?

O fato contemporâneo à produção da charge de Renato Aroeira foi a delação premiada de Delcídio do Amaral ao STF, responsável pelo processo da Operação Lava jato.

9. Ao fazer referência à delação premiada de Delcídio do Amaral, a charge de Aroeira estabelece uma crítica de forma bem humorada ao ex-senador. Qual a crítica estabelecida pelo chargista?

A crítica da charge de Renato Aroeira é percebida no momento em que se compreende a relação do envolvimento na operação Lava Jato com o cadáver dissecado na obra de Rembrandt, pois isso aconteceu porque ele era um ladrão.

### PROPOSTA PEDAGÓGICA III

A charge a seguir é de Gilvan Alves e trata de reforma política brasileira que se encontra na pauta do Poder Legislativo. Esse texto foi veiculado na transição de Março para Abril de 2016 a esta movimentação/articulação em torno das negociações parlamentares que estavam em andamento, com vistas a fazer uma reforma política no Brasil.

Em algumas charges apresentadas até agora, foram necessários (III) três momentos para as atividades didáticas. Nessa proposta didática, será preciso estabelecer relação apenas com o noticiário sobre a reforma política brasileira contemporânea à charge. E por isso os dois momentos sugeridos compreendem:

I – Leitura e interpretação da notícia sobre a reforma política de Ranier Bragon, direcionando para questões importantes como o combate a corrupção no país, financiamento das campanhas, obrigatoriedade do voto, sistema proporcional tribunais com indicação política, a existência de partidos nanicos e o efeito dessas mudanças políticas na vida do eleitor.

II - Leitura e interpretação do texto chágico “REFORMA POLÍTICA,” de Ivan Alves. Nessa segunda etapa, será necessário compará-la com o texto jornalístico **“Reforma política volta à discussão no Congresso; veja as propostas”**, de Ranier Bragon, ou seja, com a notícia da atividade anterior. Diante daquelas informações trazidas no noticiário, é preciso relacioná-las com a credibilidade política apontada na leitura e na compreensão da charge “REFORMA POLÍTICA” de Ivan Alves;

**Etapa I:** Leitura e interpretação da notícia “Reforma política volta à discussão no Congresso; veja as propostas” de Ranier Bragon

- Antes das leituras, o professor questionar a turma sobre o cenário de corrupção e a possibilidade de reforma política, estimulando a memória discursiva do alunado sobre a temática.

- Leitura individual de partes do texto “Reforma política volta à discussão no Congresso; veja as propostas”, de Ranier Bragon. Caso o professor acredite ser necessária a leitura na íntegra, deve acessá-lo no endereço eletrônico:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1869933-reforma-politica-volta-a-discussao-no-congresso-veja-as-propostas.shtml>.

- Feita a leitura individual, o professor deve propor uma leitura coletiva em sala de aula.

- Nesse momento, uma possibilidade de reflexão mediada seria sobre a possibilidade de reverter o quadro político de corrupção histórica no país. Ressaltar sobre a atribuição de responsabilidades ao eleitor brasileiro no momento de escolhas dos candidatos etc.

- A compreensão das informações presentes na estrutura textual também será orientada pela discussão a partir perguntas elaboradas pelo professor e com formalização escrita das possíveis respostas.

- O tempo estimado para a atividade é de duas (02) aulas de 50 minutos.

**Texto 01 - Reforma política volta à discussão no Congresso; veja as propostas**

### **Reforma política volta à discussão no Congresso; veja as propostas**

Sérgio Lima/Folhap



Vista aérea da Esplanada dos Ministérios e do Congresso Nacional

Após o Supremo Tribunal Federal proibir em 2015 as empresas de financiar os candidatos, Câmara e Senado voltaram a discutir propostas de alteração do sistema

político nacional.

Permeado por tentativas quase nunca públicas de aprovação de anistia a crimes apurados na Operação Lava Jato, o debate está concentrado na alteração do sistema de eleição de deputados e vereadores e na nova forma como as campanhas

Caciques partidários querem emplacar a chamada "lista fechada" de candidatos, com o aumento do desembolso de dinheiro público para bancar as campanhas.

Reforma política é um tema recorrente no Congresso e alguns dos pontos que voltam à tona, entre eles a lista fechada, já foram derrotados várias vezes nos últimos anos.

## **PROPOSTAS DA REFORMA POLÍTICA**

### **Obrigatoriedade do voto**

#### **COMO É HOJE**

Voto é obrigatório para os maiores de 18 e menores de 70 anos. É facultativo para analfabetos, quem tem 16 e 17 anos e para os acima de 70 anos. A ausência às votações, porém, é expressiva. No 2º turno das eleições presidenciais de 2014, a abstenção foi de 21% do eleitorado, mas o cadastro do tribunal pode ter falhas e contabilizar como abstenções eleitores que já morreram.

#### **EM DISCUSSÃO**

Plebiscito em 2018 para que a população decida se mantém ou não o voto obrigatório.

[...]

### **Financiamento**

#### **COMO É HOJE**

Empresas estão impedidas desde 2015 de financiar os candidatos. Recursos vêm de pessoas físicas, do bolso dos próprios candidatos e dos cofres públicos (fundo partidário e renúncia de arrecadação para veiculação da propaganda eleitoral).

#### **EM DISCUSSÃO**

Criação de um segundo fundo público para custear as campanhas. Algo entre R\$ 2,5 bilhões a R\$ 6 bilhões, a depender do sistema eleitoral a ser aprovado. Hoje já existe o fundo partidário, que deve repassar aos partidos políticos R\$ 820 milhões nesta ano. Mantém-se a possibilidade de doação de pessoas físicas e estabelece-se teto para o autofinanciamento.

[...]

### **Sistema**

#### **COMO É HOJE**

Deputados federais, deputados estaduais/distritais e vereadores são eleitos pelo sistema proporcional. Nesse sistema, o eleitor vota em candidatos isolados ou na legenda. As cadeiras são distribuídas com base na votação total que determinada coligação recebeu. Por isso às vezes um candidato é eleito mesmo recebendo menos voto do que um concorrente. Isso acontece porque os candidatos e partidos de sua coligação reuniram, no conjunto, mais votos. Um dos exemplos de distorção mais citados é o de Enéas Carneiro (1938-2007), então no Prona de São Paulo, que chegou à Câmara em 2003 com 1,57 milhão de votos, o que também alçou à condição de deputado cinco colegas do Prona que tiveram votações pequenas ou irrisórias, como Irapuan Teixeira, com menos de 700 votos.

### **EM DISCUSSÃO**

Relator da reforma política na Câmara, Vicente Cândido (PT-SP) irá apresentar a proposta da "lista Fechada" para as eleições de 2018 e 2022. Nela, o eleitor não vota em candidatos isolados, como hoje, mas em uma lista definida previamente pelos partidos. Câmara e Senado tendem a estabelecer que os atuais congressistas terão lugar privilegiado nessas listas. São eleitos os candidatos melhor posicionados na lista, na proporção de cadeiras que a sigla conseguir. Acaba a possibilidade de coligação. Para 2026, a proposta é de adotar modelo similar ao alemão, o distrital misto. Metade das cadeiras seria preenchida pela lista fechada e a outra metade, por candidatos mais votados por região. Defensores da lista fechada dizem que ela barateia a campanha e fortalece a identidade dos partidos. Críticos apontam que caciques partidários terão poderes quase ditatoriais, haverá mais obstáculos à renovação na política, além de facilitar a reeleição de políticos encrascados com a Justiça. No distrital misto, 35 das cadeiras de deputados federais de SP seriam preenchidas pela lista fechada e a outra metade, pelos mais votados em 35 distritos em que o Estado seria dividido.

### **Coligações**

#### **COMO É HOJE**

Pode haver coligações entre as legendas.

### **EM DISCUSSÃO**

Acaba essa possibilidade.

### **Partidos "nanicos"**

#### **COMO É HOJE**

Partidos com baixíssimo desempenho nas urnas, os chamados "nanicos", já sofrem algumas restrições de financiamento e atuação parlamentar.

### **EM DISCUSSÃO**

Há regras mais duras para tentar barrar a existência dos "nanicos". O fim das coligações (alguns nanicos só conseguem eleger candidatos por meio de coligações) e regras de desempenho, que tesouram direitos parlamentares e de financiamento das siglas que não obtiverem um percentual mínimo de votação nacional.

[...]

### **Tribunais com indicações políticas**

#### **COMO É HOJE**

Em tribunais como STF (Supremo Tribunal Federal), os ministros são indicados pelo presidente da República e aprovados pelo Senado. Não há mandato fixo, apenas aposentadoria obrigatória aos 75 anos de idade.

#### **EM DISCUSSÃO**

Mandato de 10 anos para tribunais com indicações políticas, como o STF.

Fonte: BRAGON, Ranier. Reforma política volta à discussão no Congresso; veja as propostas, 2016. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1869933-reforma-politica-volta-a-discussao-no-congresso-veja-as-propostas.shtml>. Acesso em 28/07/2017.

1. A notícia acima foi publicada em 27/03/2017 e permite ao leitor recuperar os principais pontos ou informações sobre:

- a) a decisão, em 2015, do Supremo Tribunal Federal que proíbe as empresas de financiarem os candidatos;
- b) as tentativas públicas de aprovação da anistia dos crimes cometidos e apurados na Operação Lava Jato;
- c) a alteração no sistema político nacional - reforma política brasileira - para ser aprovada no ano de 2017 e com previsão de eficácia para as eleições de 2018;
- d) a tentativa de reforma política para acabar com o favorecimento de deputados e senadores por meio da lista fechada e, o aumento de dinheiro público na campanhas;

A resposta correta é a letra “B”. Sabe-se que em 2016 já estavam aceleradas as discussões sobre a alteração no sistema político nacional ou a reforma política brasileira. A previsão para aprova-la era no ano de 2017 e com previsão de eficácia para as eleições de 2018.



2. Conforme a notícia, a tentativa de alteração do sistema político nacional é recorrente no Congresso Nacional. E alguns pontos voltam à tona, dentre esses pontos listados abaixo todos são verdadeiros, exceto:

- a) O aumento do financiamento das campanhas com o dinheiro público por meio da criação de um segundo fundo partidário;
- b) deputados, senadores e vereadores passam a ser eleitos pelo sistema de “lista fechada” e não mais pelo “sistema proporcional”;
- c) a fim do financiamento das campanhas com o dinheiro público, a doação de pessoas físicas e autofinanciamento;
- d) maior rigidez nas regras de financiamento e de atuação parlamentar para os partidos nanicos;
- e) a realização de um plebiscito em 2018 para a população decidir se o voto continua obrigatório ou não obrigatório.

A alternativa que não traz informação verdadeira é a “C”. O que se busca é a criação de um segundo fundo público para custear as campanhas para substituir o fundo partidário

3. Coloca-se que para o financiamento das campanhas políticas será criado um fundo público variável entre R\$ 2,5 bilhões a R\$ 6 bilhões, substituindo o fundo partidário. Partindo de um contexto de crise generalizada no país, comente possíveis contradições do custeio de campanha política com esse montante de dinheiro público.

Em tempos de crise que eleva impostos ao cidadão e se aprovam leis para restringir direitos previdenciários e trabalhistas em nome dessa crise, no mínimo, ridiculariza o eleitor.

4. No sistema proporcional vigente, os deputados federais, estaduais/distritais e vereadores são eleitos pelo voto individual e pela legenda. Por esse caminho, explique como são distribuídas as cadeiras para os candidatos?

A partir da votação total que cada coligação recebeu. O caso de Enéias Carneiro (1938- 2007), do PRONA de São Paulo. Ele foi eleito para a Câmara dos Deputados em 2003 com 1,57 milhão de votos e com essa votação elegeu mais

05 colegas que obtiveram votação irrisória – um deles foi Irapuan Teixeira, com menos de 700 votos.

5. De acordo Ranier Bragon, a proposta do congresso é substituir o sistema proporcional pelo sistema de lista fechada em 2018 e pelo sistema distrital misto em 2022. Como ocorrerá o preenchimento das cadeiras parlamentares nesses sistemas?

Isso que dizer que o eleitor não mais votará na legenda ou no candidato isoladamente, mas nas duas próximas eleições votará em uma lista de políticos escolhidos anteriormente pelos partidos respectivos. Nesse sentido, privilegia aqueles que já estão no congresso. Em 2026, será eleita uma metade dessa forma e outra pelos candidatos mais votados nas regiões ou distritos.

6. Conforme visto no texto de Ranier Bragon, o argumento principal usado pelos políticos para o sistema da lista fechada é de fortalecer os partidos políticos. Esse argumento é compartilhado pelos críticos?

Não. Eles defendem que, na verdade, há fortes suspeitas de fortalecimento de certa ditadura partidária pela não renovação dos políticos, inclusive com reeleição de políticos com problemas judiciais.

7. Com a reforma política, acredita-se que os chamados partidos nanicos passam a sofrer mais restrição ainda do que já sofrem. Por quê?

Pois além das dificuldades impostas para o financiamento de campanhas, serão impossibilitados de fazerem coligações e correm o risco de se extinguirem. Isso favorece os partidos “gigantes” que vêm sendo mantidos pela elite dos coronéis ao longo dos tempos.

**Etapa II:** Leitura e interpretação do texto chágico “REFORMA POLÍTICA” de Ivan Alves.

- Antes de desenvolver a atividade orientada pelas questões, o professor deve explicar o contexto político, histórico, social e cultural de corrupção no Brasil.

- Fazer observações sobre o aspecto imagético como as expressões faciais e representação do tipo genérico presente nessa charge.

- Feitas tais considerações, o professor ressalta também a importância do voto como possibilidade de mudar a cultura da corrupção no país.

- O tempo estimado para essa atividade é de duas (02) aulas de 50 minutos.

Figura 1: Charge “REFORMA POLÍTICA” de Ivan Cabral.



Fonte: CABRAL, Ivan. Publicado em 02 de 2011 apud CASTRO, Francisco. In: <http://www.blogdefranciscocastro.com.br/2017/03/a-reforma-politica-prever-o-fim-de-vice.html>. Acesso em 20/06/2017.

1. Sabendo-se que uma das características da charge como gênero discursivo é a intertextualidade com os fatos jornalísticos contemporâneos, identifique o acontecimento que deu origem à publicação da charge de Ivan Alves em 2016?

As propostas de reforma política no Congresso Nacional.

2. Na busca de um estreitamento entre as informações discutidas no texto jornalístico “Reforma política volta à discussão no Congresso; veja as

propostas” o tema da charge, é verdadeiro afirmar que ambos têm temática semelhante? Por quê?

Ambos têm como tema central a reforma política no Brasil. Tanto no título da notícia quanto no título da charge já se adianta esse referente.

3. A presença da caricatura de uma personalidade do universo extratextual ou de uma figura pública é uma das características do texto chágico. Essa é a tendência principal desses textos: a presença de personagens não fictícios. No entanto, na charge “REFORMA POLÍTICA” de Ivan Cabral, existe um tipo social genérico como personagem. Comente como essa escolha atende ao efeito de sentido pretendido no texto de representação do eleitor brasileiro.

Nesse texto, não há especificamente uma pessoa do mundo real como nas demais charges aqui analisadas. Dessa maneira, essa pessoa representada na imagem pode ser qualquer brasileiro descrente na política do país. Nesse caso, não é preciso o reconhecimento de uma pessoa pública específica. Mas de um tipo genérico que está lendo o noticiário e refletindo sobre o que lê: a necessidade de se mudar os políticos corruptos, antes de qualquer reforma.

4. Apesar da palavra “políticos” parecer pela primeira vez na seguinte fala “SE NÃO REFORMAREM OS POLÍTICOS NÃO ADINTA NADA”, é possível afirmar que lexicalmente ela já foi expressa na porção textual precedente?

A palavra “políticos” quando surge é porque se ancora na expressão nominal “reforma política”, mais especificamente por pertencer ao mesmo campo lexical de “política”.

5. Observe na parte imagética da charge o tipo genérico - um eleitor qualquer – que lê o noticiário do jornal. A partir da parte textual, explique porque na expressão “COMISSÃO É INSTALADA” a palavra grifada (comissão) aparece ancorada em “REFORMA POLÍTICA”.

A expressão nominal “reforma política” serve de âncora para o uso da palavra “comissão” porque se compartilha com o leitor o conhecimento de que para a aprovação de uma lei como no caso de reforma política existe o processo legislativo, e um dos momentos desse processo é a instalação de uma comissão seja na Câmara, seja no Senado.

6. No texto “Reforma política volta à discussão no Congresso; veja as propostas” de Ranier Bragon, foram apontadas questões que aparentemente

representariam mudanças efetivas na política na brasileira. Por outro lado, a charge “REFORMA POLÍTICA” de Ivan Cabral, afirma-se: “Se não reformarem os políticos não adianta nada”. Diante disso, pode-se afirmar que existe credibilidade nos políticos por parte do eleitor brasileiro? Por quê?

Não. Ao longo da nossa história, os políticos brasileiros têm a credibilidade reprovada pela sociedade brasileira devida principalmente ao cenário de corrupção e descaso com a população. O pedido de reforma deles retrata bem essa falta de credibilidade pelo eleitor.

7. Ivan Cabral afirma: “Se não reformarem os políticos não adianta nada”. Diante dessa hipótese do autor, qual tipo de conhecimento o ele pretende compartilhar como condição para a reforma política com o leitor?

O fracasso da reforma política está no fato de que, por exemplo, somente a aprovação da lei não resolve o problema da corrupção e dos gastos excessivos de dinheiro público com as campanhas políticas. Ao se afirmar: “*Se não reformarem os políticos não adianta nada*”, é defendido que sem atender a condição de reformar os políticos pelo voto do eleitor não se pode falar em reforma política. Já que eles têm a credibilidade reprovada pela sociedade brasileira.

8. As manifestações verbo/imagéticas da charge de Ivan Cabral contribuem colaborativamente para a construção do texto como unidade de sentido. Nessa perspectiva, busca a crítica a qual aspecto da política brasileira?

Com isso, busca-se fazer uma crítica de forma cômica a falta de credibilidade que os políticos têm na sociedade brasileira, representada pela imagem de um eleitor qualquer que pode ser inferido na relação com a parte verbal, devido à cultura da corrupção.

## PROPOSTA PEDAGÓGICA IV

A proposta pedagógica será desenvolvida em três momentos:

I – Leitura e interpretação da notícia “Por unanimidade, STF transforma Cunha em réu pela segunda vez” de Isadora Peron e Gustavo Aguiar. O texto destaca a denúncia que a PGR fez ao STF, envolvendo o deputado afastado Eduardo Cunha pelo fato dele manter conta secreta na Suíça, alimentada com dinheiro público desviado de contratos na Petrobrás;

II – Leitura e interpretação do capítulo I do livro Macunaíma, escrito pelo autor brasileiro Mário de Andrade e do Filme Macunaíma, abordando a construção do anti-herói brasileiro por meio do personagem de mesmo nome;

III - Leitura e interpretação do texto chágico “MACUNHAÍMA”, de Renato Aroeira, comparando-a com os textos trabalhados nas etapas I e II- a notícia, o filme Macunaíma, visto a intertextualidade entre eles e a charge.

As etapas serão detalhadas a seguir.

**Etapas I:** Leitura e interpretação da notícia “Por unanimidade, STF transforma Cunha em réu pela segunda vez” de Isadora Peron e Gustavo Aguiar

- Leitura do texto “Por unanimidade, STF transforma Cunha em réu pela segunda vez”, buscando o reconhecimento da figura do senador Eduardo Cunha e dos motivos pelos quais ele se tornou réu pela segunda vez na operação Lava Jato.

- O texto será entregue para leitura individual e silenciosa pelos estudantes.

- Feita a leitura individual, o professor deve propor uma leitura coletiva.

- Em seguida, devem ser feitas observações pelo professor sobre a imagem negativa que o envolvimento na Lava Jato ocasiona nos políticos, exemplificando com o comportamento de Cunha.

- Diante disso, o professor pode mediar possíveis esclarecimentos sobre esses crimes e a relação deles com o a identidade corrupta dos políticos brasileiros.

- A compreensão das informações presentes na estrutura textual também será orientada pelas perguntas elaboradas pelo professor e formalização escrita das possíveis respostas pelos estudantes.
- O tempo estimado para atividade é de duas (02) aulas de 50 minutos cada.

**Texto 1: Por unanimidade, STF transforma Cunha em réu pela segunda vez**

**Por unanimidade, STF transforma Cunha em réu pela segunda vez**

**Os 11 ministros entenderam que há elementos suficientes para aceitar denúncia da PGR de que o deputado afastado manteve contas secretas na Suíça abastecidas com dinheiro desviado de contratos da Petrobrás**

BRASÍLIA - O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu transformar nesta quarta-feira, 22, pela segunda vez, o presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em réu da Operação Lava Jato. Por unanimidade, os 11 ministros entenderam que há elementos suficientes para aceitar a denúncia proposta pela Procuradoria-Geral da República de que Cunha manteve contas secretas na Suíça abastecidas com dinheiro desviado de contratos da Petrobrás.



O presidente afastado da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) Foto: Dida Sampaio|Estadão

Para o relator Teori Zavascki, há "indícios robustos" para abrir uma nova ação penal contra o peemedebista e apurar os crimes de lavagem de dinheiro, corrupção passiva, evasão fiscal e falsidade eleitoral.

Em um extenso voto, o ministro afirmou que, diante das provas levantadas no inquérito, não havia dúvida de que Cunha era o verdadeiro titular das contas no exterior. Para Teori, o fato de os valores não estarem no nome do peemedebista, e sim terem sido repassados a trusts, "é absolutamente irrelevante para a tipicidade da conduta".

Em sua sustentação oral durante o julgamento, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou que Cunha nega ser o dono dos recursos depositados na Suíça, mas que há uma farta documentação que comprovam que ele usou o dinheiro para pagar suas despesas e de seus familiares. "Está documentalmente provado que as contas são de titularidade do acusado e que a origem dos recursos é absolutamente espúria", disse.



Teori também destacou em seu voto que Cunha tinha a palavra final sobre a indicação do PMDB para a diretoria internacional da Petrobrás e que deu apoio para que Jorge Luiz Zelada chegasse ao cargo.

Para o ministro, em troca da sustentação política, o peemedebista teria recebido uma propina na ordem de R\$ 5 milhões, fruto da compra do campo de petróleo em Benin, na África, pela estatal.

O relator disse ainda que o peemedebista não estava sendo acusado por indicar um nome para a Petrobrás, mas sim por receber pagamento de forma ilícita para isso.

O ministro Luis Roberto Barroso ironizou a situação e questionou se "alguém imaginava que os partidos disputavam as indicações de diretores de estatais para fazer alguma coisa boa".

O ministro relator ainda afirmou que os crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisa estão caracterizados pelo fato de Cunha não ter declarado os valores depositados na Suíça ao Banco Central e à Receita Federal e pela incompatibilidade com o seu rendimento, ou seja, com o salário que recebe como deputado federal.

Acordos. Durante o seu voto, Teori também defendeu os acordos de cooperação internacional fechados pela Procuradoria-Geral da República no âmbito da Lava Jato. A investigação contra Cunha teve origem em dados enviados ao País pelo Ministério Público da Suíça. "A prevenção e erradicação da corrupção são responsabilidade de todos os Estados. No caso, é legítima a providência da autoridade brasileira de, com base no material suíço, investigar o processado por evasão de divisas", disse.

Durante o julgamento, a advogada de Cunha, Fernanda Tórtima, afirmou que não havia "indícios minimamente sólidos" que o peemedebista recebeu propina e defendeu que Cunha não poderia responder por crimes que não são tipificados no país de origem, no caso a Suíça.

Em março deste ano, o STF aceitou a primeira denúncia contra Cunha, por suposto recebimento de propina pela venda de navios-sonda da Petrobrás. Há

pelo menos outros cinco inquéritos tramitando na Corte contra o peemedebista.

Fonte: PERON, Isadora. AGUIAR, Gustavo. Publicado em 22 de Junho de 2016. Por unanimidade, STF transforma Cunha em réu pela segunda vez. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,maioria-do-stf-vota-por-transformar-cunha-em-reu-por-contas-na-suica,10000058723>. Acesso em 28/07/2017.

1. Essa charge foi veiculada em 22 de Junho de 2016, no site Tribuna da internet. Das alternativas a seguir todas são corretas, exceto:

a) a aceitação do presidente afastado da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), como réu na Operação Lava Jato pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e falsidade ideológica com finalidade eleitoral;

b) a afirmação o relator do processo Operação Lava Jato, Teori Zavascki, de que o deputado Eduardo Cunha (PMDB) teria recebido uma propina de R\$ 5 milhões através da compra do campo de petróleo em Benin, na África, efetivada pela Petrobrás.;

c) O valor de R\$ 5 milhões, montante não declarado ao Banco Central e nem à Receita Federal, que o deputado Eduardo Cunha (PMDB) teria recebido seria propina pelo apoio dado a Jorge Luiz Zelada para chegar ao cargo da diretoria internacional da empresa estatal;

d) apesar da última denúncia feita pela Procuradoria Geral da República acontecer com base em provas de que Eduardo era Cunha titular de conta na Suíça, a qual era alimentada com dinheiro público desviado de contratos na Petrobrás, ela não foi aceita pelos ministros do STF.

2. Com base nas informações textuais, nota-se fatos que de certa maneira contam a história do deputado Eduardo Cunha (PMDB), todos listados abaixo são verdadeiros, exceto:

a) além do relator do caso Eduardo Cunha na Lava Jato, Teori Zavascki, os demais ministros aceitaram a denúncia feita pelo Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, porque havia elementos convincentes para isso;

b) quando o deputado Eduardo Cunha (PMDB) foi denunciado pelo Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, pela segunda vez ao STF, ele já estava afastado do cargo de deputado por recebimento de propina;

c) Teori Zavascki, relator do caso, Eduardo Cunha (PMDB) foi responsável pela indicação de Jorge Luiz Zelada ao cargo da diretoria Internacional da Petrobrás e recebeu R\$ 5 milhões pela compra de campo petrolífero na África;

d) a advogada de Cunha, Fernanda Tórtima, o defendeu porque ao afirmar que não havia "indícios minimamente sólidos" para comprovar que ele recebeu propina e por isso não poderia responder por crimes não são tipificados na Suíça;

e) Roberto Barroso não tem elementos suficientes para comprometer Eduardo Cunha (PMDB) como titular de conta na Suíça, mas sugere que disputar cargos por parte dos partidos na Petrobrás tinha más intenções.

3. Provavelmente um dos caminhos que o deputado Eduardo Cunha (PMDB) buscou para escapar da justiça brasileira foi não aparecer como titular dos valores depositados na Suíça. Comente como ele fez isso e a relevância dessa ação para Teori Zavascki.

Para driblar a justiça os valores foram repassados a trusts. Segundo relator do caso, Teori Zavascki, o fato de os valores não estarem em nome do deputado é irrelevante para tornar a conduta dele atípica ou inocentá-lo.

4. Isadora Peron escreve que os ministros entenderam existirem elementos suficientes para aceitar a denúncia feita pelo Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, contra o deputado Eduardo Cunha (PMDB).

Vasta documentação apontada por Rodrigo Janot, por exemplo, comprova que Eduardo Cunha pagava as contas dele e da família na Suíça.

5. Para o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, o deputado Eduardo Cunha (PMDB) não estava sendo acusado por indicar Jorge Luiz Zelada ao cargo da diretoria Internacional da Petrobrás. Então qual seria o real motivo da acusação?

A acusação não seria pela indicação de Jorge Luiz Zelada ao cargo da diretoria Internacional da Petrobrás. Mas seria pelo recebimento de pagamento de maneira ilícita para fazer essa indicação.

6. Discuta os elementos que levaram o relator, Teori Zavascki, a concluir que sobre a caracterização dos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisa cometidos por deputado Eduardo Cunha (PMDB).

A não declaração dos valores depositados no banco da Suíça ao Banco Central e a Receita Federal e a incompatibilidade com o salário que recebia como deputado.

7. A investigação contra deputado Eduardo Cunha (PMDB) teve origem na cooperação internacional fechadas no âmbito da Lava Jato, a exemplo de dados enviados pelo Ministério Público da Suíça. Qual a posição do relator, Teori Zavascki, a esse respeito?

Para o relator, essa cooperação é legítima porque prevenir e erradicar a corrupção é responsabilidade de todos os Estados.

**Etapas II:** Leitura e interpretação do capítulo I do livro Macunaíma, escrito pelo autor brasileiro Mário de Andrade, e do Filme Macunaíma

- O professor deve explicar o contexto histórico, econômico, social e cultural no qual ele foi produzido o livro.

Durante o filme, podem ser dadas pausas para explicação de pontos importantes como o nascimento de Macunaíma.

- Para relacionar com a charge política a ser estudada em atividades da III etapa, é necessário focar principalmente e as atitudes como herói de nossa gente.

- O tempo estimado para essa atividade é de duas (02) aulas de 50 minutos, pois serão 1h40 minutos para assistir ao filme e 50 minutos destinados para debatê-lo com a turma.

## Texto 2 - Trecho do livro Macunaíma

I

### Macunaíma

#### Mário de Andrade

No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uraricoera, que a índia, tapanhumas pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram de Macunaíma.

Já na meninice fez coisas de sarapantar. De primeiro: passou mais de seis anos não falando. Sio incitavam a falar exclamava: If — Ai! que preguiça!. . . e não dizia mais nada."] Ficava no canto da maloca, trepado no jirau de paxiúba,

espiando o trabalho dos outros e principalmente os dois manos que tinha, Maanape já velhinho e Jiguê na força de homem. O divertimento dele era decepar cabeça de saúva. Vivia deitado mas si punha os olhos em dinheiro, Macunaíma dandava pra ganhar vintém. E também espertava quando a família ia tomar banho no rio, todos juntos e nus. Passava o tempo do banho dando mergulho, e as mulheres soltavam gritos gozados por causa dos guaimuns diz-que habitando a água-doce por lá. No mucambo si alguma cunhatã se aproximava dele pra fazer festinha, Macunaíma punha a mão nas graças dela, cunhatã se afastava. Nos machos guspia na cara. Porém respeitava os velhos, e freqüentava com aplicação a murua a poracê o torê o bacorocô a cucuicogue, todas essas danças religiosas da tribo.

Quando era pra dormir trepava no macuru pequeninho sempre se esquecendo de mijar. Como a rede da mãe estava por debaixo do berço, o herói mijava quente na velha, espantando os mosquitos bem. Então adormecia sonhando palavras-feias, imoralidades estrambólicas e dava patadas no ar.

Nas conversas das mulheres no pino do dia o assunto eram sempre as peraltagens do herói. As mulheres se riam muito simpatizadas, falando que "espinho que pinica, de pequeno já traz ponta", e numa pagelança Rei Nagô fez um discurso e avisou que o herói era inteligente.

Nem bem teve seis anos deram água num chocalho pra ele e Macunaíma principiou falando como todos. E pediu pra mãe que largasse da mandioca ralando na cevadeira e levasse ele passear no mato. A mãe não quis porque não podia largar da mandioca não. Macunaíma choramingou dia inteiro. De noite continuou chorando. No outro dia esperou com o olho esquerdo dormindo que a mãe principiasse o trabalho. Então pediu pra ela que largasse de tecer o paneiro de guarumá-membeca e levasse ele no mato passear. A mãe não quis porque não podia largar o paneiro não. E pediu pra nora, companheira de Jiguê que levasse o menino. A companheira de Jiguê era bem moça e chamava Sofará. Foi se aproximando ressabiada porém desta vez Macunaíma ficou muito quieto sem botar a mão na graça de ninguém. A moça carregou o piá nas costas e foi até o pé de aninga na beira do rio. A água parará pra inventar um ponteio de gozo nas folhas do javari. O longe estava bonito com muitos biguás e biguatingas avoando na estrada do furo. A moça botou Macunaíma na praia porém ele principiou

choramingando, que tinha muita formiga!... e pediu pra Sofará que o levasse até o derrame do morro lá dentro do mato, a moça fez. Mas assim que deitou o curumim nas tiriricas, tajás e trapoerabas da serrapilheira, ele botou corpo num átimo e ficou um príncipe lindo. Andaram por lá muito.

Quando voltaram pra maloca a moça parecia muito fatigada de tanto carregar piá nas costas. Era que o herói tinha brincado muito com ela. Nem bem ela deitou Macunaíma na rede, Jiguê já chegava de pescar de puçá e a companheira não trabalhara nada. Jiguê enquizlou e depois de catar os carrapatos deu nela muito. Sofará agüentou a sova sem falar um isto.

Jiguê não desconfiou de nada e começou trançando corda com fibra de curauá. Não vê que encontrara rasto fresco de anta e queria pegar o bicho na armadilha. Macunaíma pediu um pedaço de curauá pro mano porém Jiguê falou que aquilo não era brinquedo de criança. Macunaíma principiou chorando outra vez e a noite ficou bem difícil de passar pra todos.

No outro dia Jiguê levantou cedo pra fazer arma-ilha e enxergando o menino tristonho falou:

— Bom-dia, coraçãozinho dos outros.

Porém Macunaíma fechou-se em copas carrancudo.

— Não quer falar comigo, é?

— Estou de mal.

— Por causa?

Então Macunaíma pediu fibra de curauá. Jiguê olhou pra ele com ódio e mandou a companheira arranjar fio pro menino, a moça fez. Macunaíma agradeceu e foi pedir pro pai-de-terreiro que trançasse uma corda para ele e assoprasse bem nela fumaça de petum.

Quando tudo estava pronto Macunaíma pediu pra mãe que deixasse o cachiri fermentando e levasse ele no mato passear. A velha não podia por causa do trabalho mas a companheira de Jiguê mui sonsa falou pra sogra que "estava às ordens". E foi no mato com o piá nas costas.

Quando o botou nos carurus e sororocas da serrapilheira, o pequeno foi crescendo foi crescendo e virou príncipe lindo. Falou pra Sofará esperar um bocadinho que já voltava pra brincarem e foi no bebedouro da anta armar um

laço. Nem bem voltaram do passeio, tardinha, Jiguê já chegava também de prender a armadilha no rasto da anta. A companheira não trabalhara nada. Jiguê ficou furo e antes de catar os carrapatos bateu nela muito. Mas Sofará agüentou a coca com paciência.

No outro dia a arraiada inda estava acabando de trepar nas árvores, Macunaíma acordou todos, fazendo um bué medonho, que fossem! que fossem no bebedouro buscar a bicha que ele caçara!... Porém ninguém não acreditou e todos principiaram o trabalho do dia.

Macunaíma ficou muito contrariado e pediu pra Sofará que desse uma chegadinha no bebedouro só pra ver. A moça fez e voltou falando pra todos que de fato estava no laço uma anta muito grande já morta. Toda a tribo foi buscar a bicha, matutando na inteligência do curumim. Quando Jiguê chegou com a corda de curauá vazia, encontrou todos tratando da caça, ajudou. E quando foi pra repartir não deu nem um pedaço de carne pra Macunaíma, só tripas. O herói jurou vingança.

No outro dia pediu pra Sofará que levasse ele passear e ficaram no mato até a bôca-da-noite. Nem bem o menino tocou no folhiço e virou num príncipe fogoso. Brincaram. Depois de brincarem três feitas,

correram mato fora fazendo festinhas um pro outro. Depois das festinhas de cotucar, fizeram a das cócegas, depois se enterraram na areia, depois se queimaram com fogo de palha, isso foram muitas festinhas. Macunaíma pegou num tronco de copaíba e se escondeu por detrás, da piranheira. Quando Sofará veio correndo, ele deu com o pau na cabeça dela. Fez uma brecha que a moça caiu torcendo de riso aos pés dele. Puxou-o por uma perna. Macunaíma gemia de gosto se agarrando no tronco gigante. Então a moça abocanhou o dedão do pé dele e engoliu. Macunaíma chorando de alegria tatuou o corpo dela com o sangue do pé. Depois retesou os músculos, se erguendo num trapézio de cipó e aos pulos atingiu num átimo o galho mais alto da piranheira. Sofará trepava atrás. O ramo fininho vergou oscilando com o peso do príncipe. Quando a moça chegou também no tope eles brincaram outra vez balanceando no céu. Depois de brincarem Macunaíma quis fazer uma festa em Sofará. Dobrou o corpo todo na violência dum puxão mas não pôde continuar, galho quebrou e ambos despencaram aos emboléus até se esborracharem no chão. Quando o herói

voltou da sapituca procurou a moça em redor, não estava. Ia se erguendo pra buscá-la, porém do galho baixo em riba dele furou o silêncio o miado temível da suçuarana. O herói se estatelou de medo e fechou os olhos pra ser comido sem ver. Então se escutou um risinho e Macunaíma tomou com uma gusparada no peito, era a moça. Macunaíma principiou atirando pedras nela e quando feria, Sofará gritava de excitação tatuando o corpo dele em baixo com o sangue espirrado. Afinal uma pedra lascou o canto da boca da moça e moeu três dentes. Ela pulou do galho e juque! tombou sentada na barriga do herói que a envolveu com o corpo todo, uivando de prazer. E brincaram mais outra vez.

Já a estrela Papacéia brilhava no céu quando a moça voltou parecendo muito fatigada de tanto carregar piá nas costas. Porém Jiguê desconfiado seguira os dois no mato, enxergara a transformação e o resto. Jiguê era muito bobo. Teve raiva. Pegou num rabo-de-tatu e chegou-o com vontade na bunda do herói. O berreiro foi tão imenso que encurtou o tamanho da noite e muitos pássaros caíram de susto no chão e se transformaram em pedra.

Quando Jiguê não pôde mais sorrir, Macunaíma correu até a capoeira, mastigou raiz de cardeiro e voltou são. Jiguê levou Sofará pro pai dela e dormiu folgado na rede.

1. A partir da leitura do capítulo I do livro “Macunaíma”, selecione acontecimentos que mostrem traços negativos da personalidade de Macunaíma, o anti-herói brasileiro criado por Mário de Andrade.

Desde pequeno ele já aprontava coisas de sarapantar. A primeira delas é o fato dele se mostrar preguiçoso nos primeiros anos de vida, exceto quando se tratava de dinheiro.

2. Lei o trecho a seguir, retirado do livro Macunaíma, de Mário de Andrade:

“No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uraricoera, que a índia, tapanhumas pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram de Macunaíma”.



Agora observe a imagem capturada do filme baseado no livro:

Figura 1 - **Cena capturada do filme Macunaíma**



Relacione as informações contidas no fragmento sobre Macunaíma que também estão presentes na imagem.

O nascimento de Macunaíma no meio da mata virgem dá início a narração. Da mesma forma a imagem mostra o nascimento dele e as condições que isso acontece. Bem como o reconhecimento por todos de que ele é inteligente e usá-la mais para agir de forma trapacear os outros, como fazia com o irmão Jiguê.

3. No trecho “O divertimento dele era decepar cabeça de saúva. Vivia deitado, mas si punha os olhos em dinheiro, Macunaíma dandava pra ganhar vintém”, os termos destacados expressam um traço negativo do herói brasileiro. Explique.

Macunaíma mostra um interesse exagerado por dinheiro e os esforços podem ser maiores com o empregado do verbo “dandava”, pois se percebe que isso não é muito normal por se tratar de uma criança que pode ter desvio de caráter a depender do que faz para ganhar dinheiro.

**Etapa III:** Leitura e interpretação do texto chágico “MACUNHAÍMA”, de Renato Aroeira

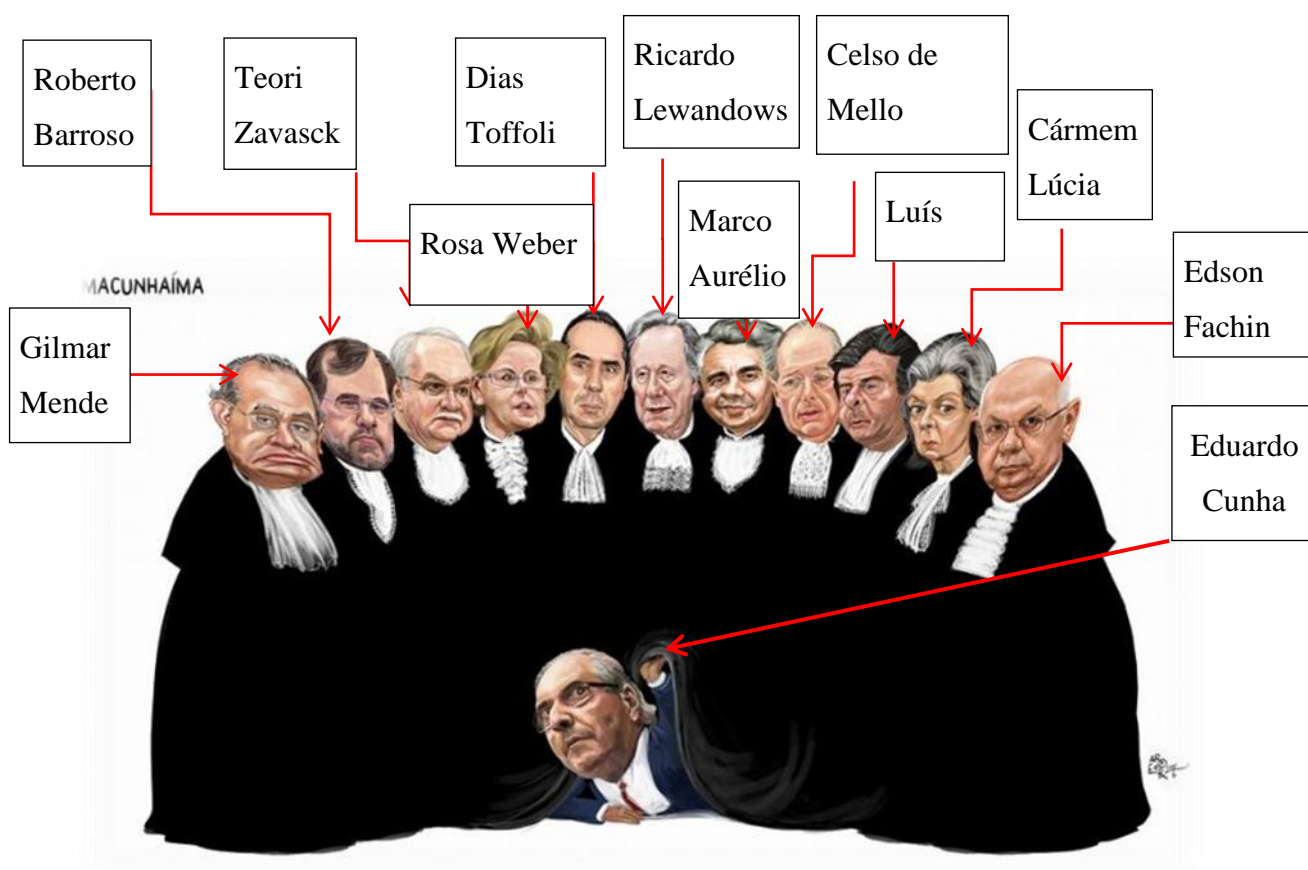
- Como forma de contribuir com a leitura e a interpretação da charge, serão retomadas informações dos textos trabalhados anteriormente, ou seja, a notícia, o capítulo I do livro Macunaíma e o filme.

- Dentre os pontos a serem considerados, certamente a relação entre a Lava Jato e a cultura da corrupção política no país.

- Fazer observações sobre o aspecto imagético da charge, tais como a posição de Eduardo Cunha abaixo dos ministros do STF, formato do vestuário e sobre o aspecto linguístico da palavra “MACUNHAÍMA”.

- O tempo estimado para essa atividade é de duas (02) aulas de 50 minutos.

Figura 2: **Charge MACUNHAÍMA**



Fonte: AROEIRA, Renato. In: <http://www.tribunadinternet.com.br/por-unanimidade-supremo-abre-mais-um-processo-contra-cunha-na-lava-jato/>. Acesso em 20/06/2017.

No texto chágico de Renato Aroeira, o reconhecimento das figuras dos ministros do STF e da figura do deputado Federal Eduardo Cunha, aparecendo logo abaixo do tecido que veste os ministros, serão essenciais para se compreender a relação com os fatos políticos e certamente com a obra *Macunaíma* de Mário de Andrade. Por isso, já colocaremos uma legenda para facilitar a identificação das figuras públicas da charge.

1. A charge de Renato Aroeira é uma paródia do “*Macunaíma*” de Mário de Andrade, criada em 1932. Como se permite afirmar na construção verbal da charge essa relação intertextual parodística?

Essa percepção se dá com o uso de uma “legenda” colocada na parte superior do lado esquerdo da charge. Na referida legenda está escrito a palavra “MACUNHAÍMA”. Dessa maneira, para a construção do sentido do texto/charge é necessária a relação intertextual/paródia sugerida pela palavra “MACUNHAÍMA”, a qual com o acréscimo do H à palavra *Macunaíma* busca uma relação entre Eduardo Cunha e o anti-herói da obra literária de Mário de Andrade. É necessário, portanto, com o uso dessa expressão, atentar para a obra literária *Macunaíma* de Mário de Andrade, escrita em 1932.

2. A partir do capítulo I do livro *Macunaíma* e da imagem capturada do filme produzido sobre essa obra, aponte aspectos imagéticos que complementam a expressão “*Macunhaíma*” da charge e permitem compreender a representação de Eduardo Cunha como *Macunaíma*.

Nota-se que todos os 11 ministros do Supremo Tribunal Federal estão vestindo a mesma roupa. Isso fica perceptível porque eles estão um ao lado do outro e o tecido da vestimenta de cores escuras e em formato contínuo. Isso é uma relação intertextual com o momento do nascimento de *Macunaíma* narrado no primeiro parágrafo do texto e logo no início do filme.

3. Analise o trecho “Vivia deitado, mas si punha os olhos em dinheiro, *Macunaíma* dandava pra ganhar vintém” e compare o interesse do personagem *Macunaíma* por dinheiro com o fato de que o deputado Eduardo Cunha (PMDB) teria recebido propina de R\$ 5 milhões pelo apoio dado a Jorge Luiz Zelada para chegar ao cargo da diretoria internacional da empresa estatal.

O contexto de *Macunaíma* permite inferir a presença de um herói às avessas. Nessa obra, o personagem aparece como anti-herói porque se envolve em trapagens

e mentiras, mas faz parte de sua personalidade fazer tudo por dinheiro. A comparação desse personagem da ficção na obra Macunaíma com Eduardo Cunha - uma personalidade da vida real - é estabelecida pela intertextualidade como aqueles que fazem tudo para conseguir capital e buscam ardilosamente não serem punidos por isso.

4. Explique o efeito de sentido da imagem de Cunha abaixo da toga do STF, imagem semelhante a posição de “MCUNHAÍMA” ao nascer.

Parece fazer alusão ao momento em que Macunaíma busca refúgio na “roda das saias da mãe Tapunhama para se proteger e não sofrer punições pelas suas ações.

5. O texto chágico “Macunhaíma” de Renato Aroeira mantém forte ligação com os fatos contemporâneos a sua publicação. Mencione os acontecimentos a serem ativados na leitura e interpretação desse texto.

A interpretação da charge em pauta depende da ativação dos fatos que circulam os jornais da época sobre a ação penal que cunha responderá por crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e falsidade ideológica para fins eleitorais quando fraudou contratos da Petrobrás na África e manteve conta no exterior sem informar ao judiciário brasileiro.

6. Diante da relação intertextual estabelecida na charge de Aroeira entre “Macunaíma” e Eduardo Cunha, qual a crítica estabelecida pelo chargista?

A charge crítica o comportamento de Eduardo Cunha ao compará-lo com o personagem Macunaíma que se mantinha um comportamento sempre interesseiro e corrupto.

